

EIXOS TEMÁTICOS USP



AGENDAS PARA

POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

UMA CONTRIBUIÇÃO DA USP PARA A SOCIEDADE

ORGANIZAÇÃO MARCOS SILVEIRA BUCKERIDGE ■ ARLINDO PHILIPPI JUNIOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR

Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA

Maria Arminda do Nascimento Arruda

CHEFE DE GABINETE

Arlindo Philippi Junior

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Aluísio Augusto Cotrim Segurado

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rodrigo do T. C. de Saloma Rodrigues

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Paulo Alberto Nussenzveig

PRÓ-REITORA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Marli Quadros Leite

PRÓ-REITORA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO

Ana Lúcia Duarte Lanna

PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS

COORDENADOR GERAL

Arlindo Philippi Junior

COORDENADOR EXECUTIVO

Marcos Silveira Buckeridge

COORDENADOR EXECUTIVO-ADJUNTO

Bruno Caramelli

COORDENADORA EXECUTIVA-ADJUNTA

Célia Regina da Silva Garcia

PARCERIA

IEA – INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

DIRETOR

Guilherme Ary Plonski

VICE-DIRETORA

Roseli de Deus Lopes

APOIO

PRPI – PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

PRÓ-REITOR

Paulo Alberto Nussenzveig

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PESQUISA

Susana Inês Cordoba de Torresi

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE INOVAÇÃO

Raul Gonzalez Lima

AGENDAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

ORGANIZADORES

Marcos Silveira Buckeridge

Arlindo Philippi Junior

APOIO ACADÊMICO EXECUTIVO

Sylvestre Aureliano Carvalho

COORDENADORES DOS EIXOS/TEMAS

Adenilso da Silva Simão

Ana Elisa Liberatore Silva Bechara

Ana Maria de Oliveira Nusdeo

Ariaster Baumgratz Chimeli

Arlindo Philippi Junior

Augusto Hauber Gameiro

Berenice Bilharinho de Mendonça

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Célia Regina da Silva Garcia

Cibele Saliba Rizek

Cicero Romão Resende de Araujo

Cláudio Antonio Pinheiro Machado Filho

Edmilson Dias de Freitas

Francisco Palma Rennó

Gerd Sparovek

Jean Paul Walter Metzger

João Fernando Gomes de Oliveira

João Maurício Gama Boaventura

João Sette Whitaker Ferreira

José Roberto Cardoso

José Sebastião dos Santos

Lucia Maciel Barbosa de Oliveira

Marcos Neira

Marcos Silveira Buckeridge

Martin Grossmann

Pedro Roberto Jacobi

Suaní Teixeira Coelho

Tadeu Fabricio Malheiros

Vanderley Moacyr John

Vladimir Pinheiro Safatle

PROJETO VISUAL

Marcos Keith Takahashi

EDIÇÃO DE TEXTO

Maurício Katayama

ILUSTRAÇÕES

Robson Castilho de Brito

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Quadratim

EIXOS TEMÁTICOS USP



AGENDAS PARA

POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

UMA CONTRIBUIÇÃO DA USP PARA A SOCIEDADE

ORGANIZAÇÃO MARCOS SILVEIRA BUCKERIDGE ■ ARLINDO PHILIPPI JUNIOR

edusp



SUMÁRIO

Prefácio, por Carlos Gilberto Carlotti Junior	7
Contribuições da Universidade de São Paulo para a qualidade de vida da sociedade	9
1 Eixo Agricultura e Pecuária.....	15
2 Eixo Cidades	35
3 Eixo Combate às Desigualdades	49
4 Eixo Cultura e Artes.....	59
5 Eixo Democracia.....	73
6 Eixo Economia.....	83
7 Eixo Educação	95
8 Eixo Energia	107
9 Eixo Indústria	123
10 Eixo Meio Ambiente	137
11 Eixo Saúde.....	149
Conclusões e perspectivas do Programa Eixos Temáticos	163
Participantes do ProETUSP 2022-2024	169

PREFÁCIO

CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR

Reitor

A Universidade de São Paulo dá boas-vindas ao leitor de *Agendas para Políticas Públicas Brasileiras: Uma Contribuição da USP para a Sociedade*, publicação que visa a um futuro sustentável, inovador e inclusivo.

Este livro é um mergulho no universo de possibilidades em que combinações de agendas para políticas públicas se tornam alicerce do enfrentamento de grandes desafios do Brasil contemporâneo. Nossa intenção é que este conjunto de agendas seja capaz de iluminar o caminho para o desenvolvimento de políticas públicas embasadas na ciência. Se isso acontecer, a USP cumprirá seu papel social, contribuindo, em médio e longo prazos, para o bem-estar da população brasileira e, quiçá, para o de várias populações do mundo.

Esta obra foi produzida no âmbito do Programa Eixos Temáticos da Universidade de São Paulo (ProETUSP), uma iniciativa da Reitoria desta universidade em parceria com o Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Em junho de 2022, a assessoria do Gabinete do Reitor conduziu uma série de reuniões com grupos de especialistas, professores líderes experientes em suas áreas. Esse processo forjou uma rede colaborativa interdisciplinar cujo foco era produzir uma série de itens de agenda que pudessem ser utilizados por gestores públicos, pelo setor privado e pelo terceiro setor em busca de soluções científicamente fundamentadas para os grandes problemas que se apresentam nesta turbulenta terceira década do século XXI. O grupo contou com mais de 160 profissionais, distribuídos em onze Eixos Temáticos: Agricultura e Pecuária; Cidades; Combate às Desigualdades; Cultura e Artes; Democracia; Economia; Educação; Energia; Indústria; Meio Ambiente; e Saúde.

A partir dessa distribuição, a obra apresenta um conjunto de agendas para políticas públicas voltadas para os problemas emergentes

e estruturais da sociedade brasileira: a crise climática e suas consequências; os riscos à democracia brasileira; a gestão e a democratização de água, saneamento e infraestrutura; a adequação da matriz energética; o crescimento econômico e os padrões de consumo; a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades; a universalização de tecnologia e a inovação para alavancar os setores agropecuário e industrial brasileiros; os desafios urbanos e o problema habitacional brasileiro; dentre uma série de outras questões. As agendas são voltadas para os três níveis federativos – municipal, estadual e federal – e norteadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ods) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa abordagem foi baseada na estratégia sintética, isto é, partir da produção de um conjunto de “partes” que podem, posteriormente, ser combinadas e aplicadas de diferentes modos para atacar problemas complexos.

A decisão de basear o Programa Eixos Temáticos nos objetivos da Agenda 2030 da ONU está relacionada a um dos três pilares principais desta gestão reitoral: a sustentabilidade. E, como será visto ao longo deste livro, os outros dois pilares – a inclusão e a inovação – também estão fortemente presentes neste programa.

Os capítulos estão organizados a partir de sínteses temáticas que formam as premissas principais de cada eixo. Em seguida à síntese, são apresentados itens de agenda mais amplos (cinco ou seis, a depender do eixo) que, por si mesmos, já podem ser usados como guias na direção do bem-estar social. Cada capítulo se completa com um conjunto de, em média, oitenta itens de agendas para políticas públicas classificadas de acordo com os ods da Agenda 2030 da ONU. Também são apontados com quais entes federativos (federal, estadual e municipal) e metas dos ods cada um desses itens se relaciona. Acreditamos que o uso dos ods como guias para formular os itens de agenda favorecerá a compreensão destes em suas aplicações em políticas públicas, tanto no Brasil como no exterior.

Hoje, mais do que nunca, o Brasil enfrenta dilemas complexos que exigem soluções inovadoras, direcionadas e obrigatoriamente interdisciplinares. As possibilidades de contribuição da Universidade de São Paulo para o enfrentamento dos problemas atuais não se esgotam com esta publicação. Pelo contrário, a obra é uma demonstração das competências e capacidades da USP para, a partir das demandas apresentadas pelos diferentes setores da sociedade, atuar em colaboração com todas as esferas governamentais, empresariais e sociais na busca por soluções efetivas para os desafios com que nossa população se defronta no tempo presente.

Esta edição pretende também servir como incentivo e convite para que outros agentes comprometidos com os princípios da sustentabilidade, da inclusão e da inovação unam esforços com a Universidade visando à construção de um futuro melhor para as gerações de hoje e de amanhã. ■

INTRODUÇÃO

CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE

O objetivo central do Programa Eixos Temáticos da Universidade de São Paulo (usp) é reunir grupos de especialistas desta instituição em torno de onze eixos – baseados no conhecimento científico e articulados com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) – para criarem um conjunto de propostas capazes de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas no país.

O segundo objetivo é subsidiar os meios de comunicação com pausas para debates e entrevistas, de modo a enfatizar para a sociedade a importância da sustentabilidade, da inovação e da inclusão.

O terceiro objetivo é estimular a interação entre esta universidade e a sociedade, apresentando aos agentes políticos uma ferramenta capaz de motivar tomadas de decisão de setores públicos e privados e de produzir jurisprudência por meio dos poderes Legislativo e Executivo em todos os níveis, do municipal ao federal.

Se, por um lado, há temas que podem não ter sido incluídos nesta publicação, por outro lado, veremos ao longo desta publicação a relevância, a consistência e a solidez do Programa Eixos Temáticos da USP, ao reunir itens de agenda que contribuem para a formulação de um plano de ação para o desenvolvimento sustentável do país. Cada um dos onze eixos produziu um conjunto de propostas e itens (gerais e específicos) de agenda.

CÓMO AS AGENDAS FORAM PREPARADAS?

Este documento foi construído a partir de um processo de análise e de uma série de reuniões e workshops realizados com especialistas nos seguintes eixos temáticos: Agricultura e Pecuária, Cidades, Combate às Desigualdades, Cultura e Artes, Democracia, Economia, Educação, Energia, Indústria, Meio Ambiente e Saúde.

Inicialmente, para cada eixo, foram escolhidos dois coordenadores, que convidaram outros dez professores da Universidade de São Paulo (USP) cuja especialidade complementasse os respectivos grupos em torno do tema do eixo. Depois da constituição desses grupos, que somaram 132 professores, foram realizadas reuniões para explicar o passo a passo do procedimento padrão para a construção das agendas para políticas públicas na área de cada Eixo Temático. Essa padronização inicial foi necessária para estabelecer uma linguagem comum que permitisse posteriores análises e comparações interdisciplinares entre as agendas, com o mínimo de interferência dos diferentes estilos de cada área de pesquisa. Desse modo, o usuário das agendas, ao desenvolver sua política pública, poderá escolher itens de diferentes eixos temáticos e criar sua própria agenda, adequada aos objetivos da política pública em questão.

O procedimento seguinte foi planejado com cada grupo de professores de cada Eixo Temático.

- » Em uma tabela pré-preenchida e enviada aos membros de cada Eixo Temático, a primeira coluna apresentava os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Colunas à direita poderiam ser preenchidas com outros elementos que levassem à construção dos itens de agenda.
- » Para cada ODS, os professores discutiram e chegaram ao consenso de três ações baseadas em um nexo triplo (sustentabilidade, inovação e inclusão). As três ações, em si, deveriam formar um nexo triplo que permitisse a discussão sobre a complementariedade e a articulação entre eles para possibilitar a construção dos itens de agenda.
- » A partir de comparações dessas ações com as 169 metas dos ODS (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>), os três pilares para a construção deste documento foram: sustentabilidade, inovação e inclusão.
- » A partir das articulações entre os ODS com os nexos propostos – tendo como base as 169 metas dos ODS –, foram produzidos e discutidos cerca de cinco itens de agenda contendo cerca de cem palavras cada.
- » Esse procedimento levou à formulação de cerca de novecentos itens de agenda para os onze eixos temáticos.
- » A partir dos itens de agenda, a coordenação produziu um texto introdutório, submetido aos coordenadores de cada grupo para ratificação ou modificação. O mesmo procedimento foi usado para produzir cinco ou seis propostas de itens mais amplos para cada eixo temático.
- » Enquanto o processo de produção das agendas ocorria, foram contratados dois pós-doutorandos ligados à coordenação do programa e onze dedicados a cada eixo específico. A partir daí, os pós-doutorandos passaram a utilizar cerca de 30% de seu tempo para revisar e aperfeiçoar as agendas de seus respectivos grupos. Todo esse processo foi compilado para produzir o documento final a partir de reuniões acadêmicas envolvendo pós-doutorandos e respectivos supervisores.

- » A revisão iterativa intensa visou retirar duplicações, verificar e ratificar as atribuições aos ODS e suas 169 metas, atribuindo às agências os entes federativos a elas relacionados.
- » O documento final, contendo 68 propostas gerais e 804 itens de agenda específicos, foi revisado pelos coordenadores e demais membros dos eixos temáticos.

O procedimento adotado forneceu os fundamentos para a definição dos itens de agenda, oferecendo consistência às proposições de políticas públicas embasadas em conhecimento científico.

COMO ESTE LIVRO ESTÁ ORGANIZADO?

Este livro está organizado de modo a simplificar a complexidade e a interconexão dos problemas da sociedade brasileira nos níveis municipal, estadual e federal a partir de agendas voltadas para um futuro sustentável, inovador e inclusivo. A estrutura do texto expressa a harmonia entre os onze eixos temáticos – Agricultura e Pecuária, Cidades, Combate às Desigualdades, Cultura e Artes, Democracia, Economia, Educação, Energia, Indústria, Meio Ambiente e Saúde – e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ods) que guiam nossa jornada.

A CONSTELAÇÃO DOS ODS

Os 17 ods associados a 169 metas resultam de um acordo global deliberado na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, conhecido como Agenda 2030. Depois de intensas negociações, líderes mundiais convergiram para uma visão compartilhada de futuro e delinearam a nomenclatura e iconografia dos ods para enfrentar os desafios globais até o ano de 2030¹.



Os ods, como estrelas na constelação de um “paraíso planetário”, iluminam cada capítulo deste livro com luzes distintas. Essa analogia com estrelas indica que, embora cada objetivo seja singular e crucial, quando reunidos contribuem para um futuro sustentável.

¹ Para mais informações, consulte a ODS-Brasil em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAPÍTULOS E EIXOS TEMÁTICOS

Cada um dos capítulos deste livro é um universo autônomo, uma exploração de cada um dos onze eixos temáticos, dispostos em ordem alfabética, para criar uma experiência coesa e fácil de ser seguida. De “Agricultura e Pecuária” a “Saúde”, cada eixo é apresentado em um capítulo que mergulha profundamente nas especificidades, nos desafios e nas interconexões de sua área com os temas de outras áreas.

PREMISSAS

A cada capítulo, os leitores são introduzidos às premissas que orientaram a criação de propostas tanto gerais como específicas de agendas para políticas públicas.

PROPOSTAS GERAIS

Cada capítulo contribui com cerca de quatro a nove propostas gerais para políticas públicas, perfazendo 68 propostas pelos onze eixos temáticos. Essas propostas se iniciam com verbos no infinitivo que expressam a direção da mudança desejada e, em seguida, sintetizam os problemas sociais identificados pelos pesquisadores como urgentes e prioritários a serem enfrentados. Acompanha essas propostas um conjunto de ícones dos ODS que traduz visualmente o vínculo do capítulo com o foco dessas agendas. Esse arranjo não apenas organiza, mas também destaca a relevância direta de cada proposta para os objetivos globais.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

A última parte de cada capítulo apresenta **itens de agenda** específicos para políticas públicas. Essas propostas, na maioria dos capítulos, são inspiradas na totalidade dos ODS; em casos específicos, foram considerados menos ODS do que o total de propostas.

Ao lado esquerdo dos itens, um **ícone dos ODS** indica o alinhamento das propostas com o respectivo ODS; ao lado direito, os itens estão classificados com nenhuma, uma ou várias **metas da ONU** para os ODS. Além disso, há uma classificação das propostas quanto ao **nível federativo** associado: federal (F), estadual (E) e municipal (M). Ao todo, os onze eixos temáticos produziram 804 agendas específicas voltadas para os dezessete ODS.

As 68 propostas gerais e as 804 agendas específicas para políticas públicas são peças de um intrincado quebra-cabeça. Organizadas adequadamente e distribuídas geoespacialmente pelo Brasil, essas propostas desenham cidades e estados de um Brasil ideal. As 17 dimensões dos ODS promovem combinações perfeitas dos temas, nas quais a erradicação da fome se vincula à promoção da saúde, e a igualdade de gênero se entrelaça com a energia limpa e sustentável.

Ao fechar o livro, os leitores terão navegado por um trabalho intelectual rico e intrincado, cujas ideias para políticas públicas se entrelaçam e produzem soluções que se conectam e tornam mais tangível a possibilidade de um “paraíso brasileiro”. Este não é apenas um livro; trata-se de uma oferta

de conhecimento da USP para que gestores, legisladores, operadores do Direito, demais integrantes da sociedade civil e a universidade possam juntos construir políticas públicas ancoradas no conhecimento científico com vistas a um futuro mais brilhante para todos nós. ■

1

EIXO

AGRICULTURA E PECUÁRIA



1.1 PREMISSAS DO EIXO AGRICULTURA E PECUÁRIA

Até o início do século XX, quando o Brasil era predominantemente agrário, um setor de maior visibilidade produzia *commodities*, em geral em grandes propriedades, com uso intensivo de mão de obra e voltado para o mercado internacional. Nesse setor, destacava-se a produção de açúcar, cacau, café e algodão. E havia também outro setor com pouca visibilidade, mas importante desde o início da colonização portuguesa, que operava em menor escala e se dedicava sobretudo à produção para consumo interno. Desse setor provinha a maior parte dos víveres para a população local, com destaque para o milho, o feijão, o arroz e a mandioca.

Essa configuração estrutural da economia – maiores esforços e melhores recursos voltados para exportação e mercado interno de baixo poder aquisitivo e relativamente pequeno – criava as condições para crises periódicas de abastecimento. O Brasil foi, por pelo menos quatro séculos, um país exportador de produtos agrícolas e convivia com a alimentação deficiente da parcela mais pobre da população.

Esse cenário se alterou ao longo do século XX, e essas mudanças se aceleraram fortemente entre os anos de 1950 e 1990. A intensa urbanização, a industrialização e o crescimento populacional criaram um país novo, hoje predominantemente urbano, com maior poder individual de compra e um tamanho agregado de mercado entre os maiores do planeta. Houve um crescimento generalizado da produção agrícola, tanto para exportação como para abastecimento interno, com evolução tecnológica em todos os setores e para quase todos os produtos.

Mas essa evolução não foi homogênea, nem deixou de trazer consigo outros desafios para a sociedade brasileira. Neste texto, nossa preocupação foi focalizar esses desafios. Um século depois, o Brasil figura como um país estratégico para a segurança alimentar no planeta, embora ainda seja questionado sobre a atual realidade de sua responsabilidade.

Há uma dicotomia que predomina no agronegócio brasileiro. Por um lado, há produtores rurais que, com mentalidade empreendedora e impulsionados pela modernização tecnológica promovida pela revolução verde, aprimoraram a produção de *commodities* de crescente demanda e passaram a deter a maior fração da produção e das atividades em que se especializaram, o que caracteriza o atual sucesso brasileiro no mercado global. No entanto, diferentes linhas de pensamento questionam se esse sucesso não estaria associado, de modo socialmente aceitável, a subsídios governamentais e benefícios legais, tributários e mercadológicos. Assim, tem-se uma atividade agrícola empresarial que concentra a produção e os meios de sua obtenção a partir de alguns fatores principais: processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, infraestruturas local e regional apoiando a produção, políticas público-privadas de acesso a crédito.

Por outro lado, há produtores rurais que não incorporaram tal tecnologia e usam formas tradicionais de produção de alimentos, mas contribuem com a renda, a alimentação e o sustento de milhares de brasileiros. Nesse grupo, observam-se processos de fragmentação da propriedade e de gradativa desativação produtiva ou estagnação que, embora não sejam exclusivos, afetam os pequenos produtores, perpetuando a desigualdade e a concentração de pobreza no campo.

Do ponto de vista ambiental, há contraste entre o crescimento da produtividade decorrente da eficiência tecnológica adotada no campo e o aumento da produtividade pela expansão das fronteiras agrícolas sobre áreas inexploradas, de domínio público, e pelos desmatamentos ilegais.

Análises do enorme e complexo setor agropecuário, por vezes, são feitas com filtros ideológicos e unilaterais ou são simplificações que propõem modos inexequíveis de direcionar o setor pelo caminho da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável deve partir de um processo plural, baseado em princípios igualitários entre humanos e humanos-natureza. Nesse sentido, o conhecimento é fundamental para descrever e entender de forma holística os efeitos do setor agropecuário brasileiro. É de fundamental importância a prevalência de esforços gerados em ambientes colaborativos e de cocriação entre ciência, gestão público-privada e grupos envolvidos e afetados por tais decisões.

1.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Desenvolver planos de produção agropecuária ajustados aos impactos ambientais e sociais e direcionados para sistemas agroecológicos que reduzam potenciais agravos ao meio ambiente. Foco no crescimento da produtividade sem aumento significativo

de área utilizada pela agricultura e pecuária, contemplando a equidade social na produção.

- » Aumentar a produtividade com uma nova revolução realmente verde (isto é, sistemas agroecológicos e integrados), contribuindo com metas nacionais/internacionais de redução de desmatamento no país, aprofundando ainda mais a ciência de tal forma que novas tecnologias de produção, ecologicamente sustentáveis, possam ser aplicadas ao setor, e de acesso amplo a todos os produtores e consumidores.
- » Investir na ciência para o desenvolvimento tecnológico que leve a um equilíbrio entre produtividade e conservação dos ecossistemas. Esta agenda precisa ser fortemente fomentada e apoiada politicamente.
- » Tornar o sistema mais igualitário com medidas equilibradas de financiamento aos produtores.
- » Desenvolver dois planos que devem ser executados paralelamente e com frequentes correções de rumo: um deve ser um plano nacional em que a produção agropecuária brasileira seja suficiente para que não haja fome no Brasil; o outro deve ser um plano que mantenha o Brasil como um grande produtor mundial, uma responsabilidade enorme considerando o aumento populacional esperado.

1.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇA-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

1.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Ampliar as estratégias de acesso à terra e aos meios de produção, por meio de programas com foco específico nos mais pobres, em regiões em situação de vulnerabilidade. Promover o acesso a crédito para produtores de subsistência, com prioridade para aqueles que adotam práticas de produção sustentável, trabalham na recuperação de áreas degradadas e mantêm relações de trabalho éticas, bem como promovem o cooperativismo. Deve-se implementar políticas de incentivo e apoio que evitem ou revertam a desativação produtiva na Agricultura Familiar.</p>	2.3, 2.4, 2.a	F, E, M
	<p>Criar uma política de renda mínima universal que seja extensiva às pessoas que vivem no meio rural, quilombolas e indígenas.</p>		F
	<p>Aumentar as oportunidades relacionadas à cultura e ao esporte, através de investimento na infraestrutura urbana nas regiões mais pobres da cidade, em conjunto com melhorias na educação, emprego e renda.</p>		F, E
	<p>Promover treinamentos técnicos continuados para pequenos produtores de subsistência e fomentar o cooperativismo entre os produtores, viabilizando a venda do excedente de produção.</p>		F, E, M
	<p>Desenvolver instrumentos de microcrédito solidário para financiar empreendedores socialmente vulneráveis, com prioridade para aqueles que adotam práticas de produção sustentável, trabalham na recuperação de áreas degradadas e promovem relações de trabalho éticas e cooperativismo. Além disso, apoiar a aquisição de imóveis residenciais por moradores em áreas de risco, complementando políticas de ordenamento territorial que previnam a reocupação dessas áreas. Serão necessários investimentos em infraestrutura para regiões deficitárias e de extrema pobreza, utilizando recursos provenientes das concessões de infraestrutura logística de grande geração de receita, muitas vezes localizadas fora das áreas de maior impacto social e extrema pobreza.</p>		F, E, M

1.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover políticas públicas que, de forma ampla – financiamento, mercados institucionais, Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), infraestrutura, acesso à terra e aos meios de produção –, fortaleçam a transição de sistemas de produção agropecuária tradicionais para sistemas de base ecológica em todos os níveis e escalas de produção, bem como o apoio à produção e mercado para a agricultura familiar e tradicional visando ganhos de produtividade e acesso a mercados.	2.4, 2.3, 2.a, 8.3	F, E, M
	Fomentar os programas de alimentação escolar, hospitalar e de outros órgãos públicos, com especial foco na compra de produtos orgânicos, visando dietas saudáveis e compras públicas verdes – <i>green public procurement policies</i> – apoiadas e subsidiadas por programas governamentais de abastecimento.		F, E, M
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Resgatar bancos genéticos de cultivares tradicionais a partir de associação de criadores e programas de melhoramento genético de animais; criar centros de pesquisas em práticas agrícolas, ecológicas e tradicionais voltadas para o estudo, difusão e conservação de espécies de plantas e animais pouco difundidos; revisar a legislação e os mecanismos de aplicação das normas ligadas ao acesso e à repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados; estimular as indústrias a utilizarem o conhecimento tradicional associado e garantir a repartição dos recursos obtidos junto às comunidades.	2.5	F, E, M
	Promover condições adequadas de acessibilidade em grandes e pequenas propriedades rurais, estruturas de armazenagem, bancos de alimentos e outros recursos, conectando as regiões de produção e os principais eixos rodoviários. Isso visa a integração nacional, a redução de perdas, a diminuição de custos, o aumento da renda dos produtores, além do desenvolvimento econômico e da garantia de segurança alimentar local; fomentar linhas de crédito para armazenagem em nível de fazenda, com o objetivo de reduzir as perdas no campo e aumentar a renda dos produtores, bem como fortalecer a segurança alimentar local; estabelecer regras e suporte logístico para a manutenção de estoques de grãos destinados à indústria de produtos de origem animal, evitando períodos de escassez e aumento de preços.	2.a	F, E, M
	Fortalecer a produção agropecuária e extração ligada à produção tradicional (comunidades quilombolas, ribeirinhas, agricultura familiar) ou de práticas ancestrais (comunidades indígenas) no financiamento agrícola.	2.3	F, E, M

1.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Revisar e aprimorar o sistema de registros de propriedade, bem como promover o desenvolvimento de novos defensivos visando à substituição daqueles com maior toxicidade por tecnologias e produtos menos nocivos. Isso será alcançado por meio de medidas convergentes e estruturais de incentivos em PDI, tributárias e fiscais. Ampliar o controle sobre o uso inadequado de defensivos agrícolas e oferecer treinamento aos produtores sobre a aplicação e o manuseio de agrotóxicos e antibióticos.</p>		F, E, M
	<p>Aprimorar a rede de notificação de doenças negligenciadas e o monitoramento de indivíduos que atuam como fontes de infecção; promover a educação em saúde; reduzir o risco de transmissão de doenças emergentes e reemergentes de origem alimentar e estabelecer um sistema nacional de amostragem para analisar a contaminação de matérias-primas alimentares e alimentos por diversos contaminantes, incluindo agrotóxicos; responsabilizar a indústria de alimentos pela execução do sistema de amostragem.</p>		F, E, M
	<p>Melhorar a qualidade das rodovias brasileiras, especialmente em áreas precárias; reduzir a presença de animais nas estradas através da construção de passagens seguras; promover alternativas ao transporte rodoviário de longa distância para reduzir acidentes; e intensificar a fiscalização para coibir o excesso de velocidade e o excesso de peso nas rodovias do Brasil.</p>		F, E, M
	<p>Estimular e contratar outros profissionais, não apenas das Ciências Agrárias, para atuarem nas políticas de Assistência Técnica de Atenção Rural, tais como médicos, enfermeiros, educadores físicos, psicólogos, assistentes sociais etc., de modo a fortalecer ações de prevenção aos acidentes de trabalho, especialmente relacionados às máquinas agrícolas e agrotóxicos; produzir material audiovisual para a difusão de boas práticas e conhecimentos de saúde e nutrição, para distribuição na rede de assistência técnica.</p>		F, E, M
	<p>Promover a transição agroecológica das propriedades rurais produtoras de fumo dando acesso privilegiado a fomento, crédito, assistência técnica e mecanismos de compensação (Pagamento por Serviços Ambientais ou outros); expandir as políticas públicas de restrição ao tabaco para o ambiente de sua produção, visando uma transição para o Brasil livre de produção comercial de tabaco; criar incentivos para que os agricultores possam substituir e/ou diversificar os cultivos mediante fomento a compras de alimentos, destinados a abastecimento público.</p>		F, E, M

1.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Fortalecer e ampliar políticas de programas de alfabetização de adultos bem como de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizante e formação continuada com temas relacionados à agropecuária nas áreas rurais do Brasil; criar condições de acessibilidade para que as crianças, jovens, adultos, professores, em especial aqueles residentes em regiões mais carentes e assentados, para que se desloquem com segurança, de maneira gratuita, para a escolas, universidades ou locais de ensino e capacitação técnica.</p>		F, E, M
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	<p>Qualificar professores na área de ensino agrícola, com conhecimento da realidade local e que desenvolva conteúdos de ensino voltados para agroecologia e sustentabilidade; incluir conteúdo de produção e consumo de alimentos nas grades educacionais das escolas urbanas, assim como processamento e técnicas de cocção de forma a promover a educação alimentar no ambiente escolar, estimular a formação básica e aplicada em temas ligados a meio ambiente e produção agrícola de base ecológica; universalizar tecnologia de comunicação no meio rural (internet de qualidade).</p>		F, E, M
	<p>Ampliar o acesso ao ensino superior, à pós-graduação e às bolsas de pesquisa científica em áreas relacionadas à agricultura para estudantes de origem rural nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, bem como em outras regiões economicamente desfavorecidas e vulneráveis. Expandir esse acesso a estudantes de áreas rurais carentes do Sul Global para as universidades brasileiras de maior excelência em agricultura. Implementar um sistema de cotas em cursos de graduação e pós-graduação específicos na área agrária, direcionado a famílias rurais de baixa renda e regiões em situação de vulnerabilidade.</p>	4.b	F, E, M
	<p>Desenvolver cursos técnicos para capacitação de jovens e adultos em ações de empreendedorismo e inovação que promovam melhorias nas diferentes áreas e modalidades do transporte de cargas; reduzir desperdícios e geração de resíduos no setor de transporte, bem como ganhos ambientais e eficiência energética nas diferentes áreas e modalidades do transporte de cargas. Desenvolver e aplicar inovações que favoreçam práticas de logística reversa e economia circular.</p>		F, E, M
	<p>Fomentar a criação de cursos de qualificação com financiamento do setor de produção agropecuária.</p>		F, E, M

1.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Ampliar o foco das políticas de desenvolvimento rural ligadas ao acesso à terra e apoio à produção para mulheres.		F, E, M
	Formular programas de financiamento voltados para mulheres empreendedoras pobres ou em condições de vulnerabilidade social.		F, E
	Fortalecer as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, visando ainda o empoderamento feminino.	5.c	F, E, M
	Reconhecer a trabalhadora rural como tendo um papel de trabalho não apenas nas lavouras e criações, mas também doméstico. Isso pode ser feito, por exemplo, pela redução do tempo para aposentadoria.		F, E, M

1.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Aprimorar e expandir as tecnologias de controle da deriva, do descarte de embalagens de defensivos agrícolas e tratamento de águas residuais resultantes dos processos de produção agrícola. Ampliar o acesso ao saneamento nas áreas rurais do Brasil por meio do desenvolvimento e promoção de tecnologias de tratamento de esgoto integrado, abrangendo tanto os dejetos humanos quanto os resíduos de animais confinados. Essas soluções devem ser adaptadas às diversas realidades dos ambientes de produção rural, levando em consideração fatores como escala e tecnologia produtiva.		F, E, M
	Fortalecer a gestão integrada de recursos hídricos em bacias hidrográficas em diversas escalas, incluindo análises específicas sobre a expansão da agricultura irrigada, levando em conta as mudanças climáticas. Adaptar as políticas de outorga de água para irrigação, com foco em estratégias de longo prazo que considerem os diversos usos da água e as mudanças climáticas, e intensificar o controle sobre o uso da água na irrigação. Promover a disseminação de tecnologias já existentes de sistemas e manejo de irrigação de baixo custo para beneficiar a agricultura familiar.	2.4, 6.5	F, E, M
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	Ampliar e fomentar programas que ofereçam acesso a tecnologias para garantir água potável e seu uso sustentável na agricultura familiar, em assentamentos e para pequenos produtores em todas as áreas rurais do Brasil. Isso inclui especialmente as regiões semiáridas do Nordeste e do Rio Grande do Sul, bem como outras regiões afetadas por secas frequentes, por meio de recursos e equipamentos para armazenar água da chuva, como cisternas, poços artesianos e "barraginhas".	6.a, 6.4	F, E, M
	Aprimorar a utilização de resíduos agroindustriais na produção de insumos, biomassa, biocombustíveis e biofertilizantes, levando em consideração os possíveis impactos ambientais e explorando ferramentas de mitigação, como a biorremediação. Ampliar os investimentos em novas tecnologias para o reúso da água nas atividades de criação e abate de animais de produção. Apoiar e promover iniciativas relacionadas a projetos agropecuários voltados para a recuperação e conservação dos recursos hídricos. Financiar pesquisas e apoiar o reúso da água na agricultura. Incentivar a utilização da água de reúso por meio da criação de incentivos.		F, E, M
	Incentivar a conservação de nascentes por meio de ações de reflorestamento bem como conscientizar e aumentar a participação de produtores e agroindústrias nos comitês de bacias hidrográficas.		F, E, M

1.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Desenvolver políticas públicas destinadas a incentivar a pesquisa, inovação e o desenvolvimento de soluções relacionadas à eficiência energética nos transportes, abrangendo logística, combustíveis renováveis, motores e aerodinâmica. Garantir que essas soluções sejam acessíveis a todos, incluindo pessoas de baixa renda e da agricultura familiar. Promover o uso de modos de transporte energeticamente eficientes e fomentar a criação de soluções inovadoras para melhorar a eficiência energética nos sistemas de transporte, como logística reversa, logística colaborativa e roteirização. Investir na melhoria da infraestrutura de transporte já existente e na expansão de ferrovias e hidrovias. Implementar programas de renovação de frota.</p>	11.2	F, E, M
	<p>Reformar o ambiente regulatório para promover a geração e distribuição local de energia nas áreas rurais. Incentivar o uso de energias alternativas e limpas, bem como a autossuficiência energética nas propriedades e na produção rural, por meio de incentivos legais e regulatórios. Fortalecer o ambiente regulatório para viabilizar soluções oriundas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) que combinem a produção de alimentos e energia nas áreas rurais, aproveitando todas as fontes disponíveis. Garantir o acesso a energia de qualidade para todos os produtores, com foco especial na agricultura familiar, assentamentos e pequenos produtores.</p>		F, E, M
	Capacitar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para elaborar projetos de energia limpa.		F, E, M
	Criar uma certificação nacional para a eficiência energética dos principais produtos do agronegócio (nos moldes dos já existentes para aparelhos eletrodomésticos) de modo a remunerar agricultores por serviços ambientais prestados (sugere-se utilizar a concepção de eMergia, isto é, <i>embodied energy</i> ou energia incorporada).		F, E, M
	Promover incentivos legais e regulatórios que incentivem a agropecuária a se tornar produtora de bioenergia (isto é, biogás e biometano a partir de dejetos de bovinos, suínos e aves) e outras fontes de energia limpa; promover incentivos para os produtores adotarem biodigestores em suas propriedades.		F, E, M

1.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular a indústria de insumos agropecuários e as agroindústrias a investirem em serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), ainda que, para isso, possam ser concedidos incentivos fiscais ou mesmo subsídios; incluir, nas políticas de Ater, esforços para atividades produtivas que gerem trabalho decente, estimulem a criatividade e inovação, a formalização dos negócios e o estímulo ao empreendedorismo.	F, E, M	
	Criar cursos técnicos para capacitar jovens e adultos em empreendedorismo e inovação com foco na redução de desperdício, gestão de resíduos e melhoria da eficiência energética em diversas áreas e modalidades do transporte de cargas. Fomentar a inovação e a implementação de práticas de logística reversa e economia circular.	F, E, M	
	Criar um plano nacional para impulsionar o turismo rural, incluindo iniciativas educativas que valorizem as culturas locais e o ambiente natural. Desenvolver uma plataforma que forneça informações sobre os pontos turísticos de todas as cidades do país. Promover de maneira abrangente o turismo rural, especialmente nas regiões de produção agropecuária tradicional e de base ecológica, destacando as propriedades agrícolas como atrativos.	F	
	Aprimorar as condições de vida nas áreas rurais para estimular a permanência no campo, com foco na melhoria da infraestrutura e no aumento do acesso a tecnologias. Promover, por meio do ambiente regulatório, incentivos financeiros para o desenvolvimento de tecnologias e inovações que visam a intensificação produtiva, modernização da produção agropecuária de base ecológica e alto valor agregado em pequena escala por parte das empresas.	2.a	F, E, M
	Aprimorar a legislação, regulamentações e o controle das condições de trabalho dos trabalhadores rurais temporários. Estabelecer mecanismos de responsabilização das indústrias que consomem produtos agropecuários produzidos com trabalho infantil ou trabalho análogo ao escravo.		F, E, M

1.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Criar estímulos à criação e desenvolvimento de uma série de indústrias relacionadas ao setor de transporte e armazenagem (inovações em matérias-primas para infraestrutura e implementos de transporte, em soluções de armazenagem, em obras de engenharia de transporte etc.); criar programas que promovam o crescimento da taxa de investimento em infraestrutura de transporte e logística, tanto na melhoria das condições da infraestrutura já existente quanto na promoção de novas infraestruturas de transporte e armazenagem; promover investimentos diretos em infraestrutura de transporte que favoreçam a acessibilidade de populações carentes e regionalmente mais afastadas; buscar maior equilíbrio na matriz de transporte de cargas do país, fazendo uso de modalidades mais sustentáveis.		F, E, M
	Fomentar a formação de cooperativas de produtores rurais nos assentamentos, visando a comercialização de alimentos minimamente processados e da indústria tradicional; fortalecer, nas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), as ações no sentido de promover a agregação de valor aos produtos da agropecuária, por meio do processamento destes na propriedade e, inclusive, o estabelecimento de pequenas agroindústrias no local.		F, E, M
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Ampliar redes de colaboração público-privada voltadas ao desenvolvimento de produtos nacionais que resolvam situações locais na agropecuária; ajustar e aprimorar o ambiente regulatório e normativo visando o fortalecimento do processamento e industrialização local e descentralizada da produção agropecuária; desenvolver instrumentos de crédito de investimento e custeio adequados às pequenas indústrias.	2.a	F, E, M
	Desenvolver políticas que promovam novas configurações de arranjos institucionais e empresariais voltados aos investimentos diretos em infraestrutura, prestação de serviços ou desenvolvimento tecnológico na logística e transporte.		F, E, M
	Estimular e fortalecer a indústria nacional de insumos na área de saúde para produção de materiais básicos tais como suabes, seringas, agulhas, plásticos e insumos descartáveis para pesquisa na área de saúde; facilitar a obtenção de registro de insumos e produtos derivados da fauna e da flora brasileira, repartindo os lucros com comunidades locais; buscar novos métodos de controle de pragas que sejam baseados em processos naturais (uso de bacteriófagos, fungos, bacillus e outros microrganismos competidores); incorporar a nanotecnologia e o microencapsulamento de moléculas na fabricação de fármacos mais seguros e eficientes para uso em animais; reduzir a burocracia nos processos de registro de vacinas e medicamentos destinados aos animais de produção.		F, E, M

1.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Assentar trabalhadores rurais sem terra e dar o título de propriedade; dar prioridade à mulher na titulação das terras.	F, E, M	
	Ajustar e aprimorar o ambiente regulatório e normativo visando a desconcentração e descentralização produtiva e a reativação produtiva dos pequenos imóveis rurais.	F, E, M	
	Desenvolver cursos técnicos para capacitação de jovens e adultos para atuação nas diferentes áreas e modalidades do transporte de cargas, incluindo obras e prestação de serviços.	F, E, M	
	Estender todas as políticas de redução de desigualdades para o campo também, uma vez que a pobreza rural no Brasil é imensa, apesar de pouco conhecida pela população geral; criar uma Agência de Desenvolvimento Rural na região do Semiárido do Nordeste do Brasil; dar maior visibilidade ao setor mais vulnerável e pobre da agricultura familiar, especialmente do Nordeste do Brasil.	F, E, M	
	Expandir as experiências de formação de preços mais justos e transparentes para os produtos agrícolas comercializados entre agricultores e agroindústrias (exemplos: Consecana e Conseleite).	F, E, M	

1.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover e fomentar a produção de alimentos em ambientes urbanos tais como hortas comunitárias em cidades, feiras de produtores locais, feira de produtos orgânicos e agroecológicos; viabilizar a utilização de terrenos públicos ou privados para a produção de alimentos nas cidades.	F, E, M	
	Estimular ações que promovam a mobilidade urbana sustentável; ampliar o uso de meios de transporte coletivos e mobilidade ativa; estimular o desenvolvimento e adoção de energias limpas e renováveis; criar programas que foquem a logística urbana, especialmente em grandes cidades e zonas portuárias.	F, E, M	
	Desenvolver técnicas e matérias-primas inovadoras para construção de infraestrutura de transportes que gerem menos resíduos e menor impacto ambiental de forma geral.	9.4	F, E, M

1.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Aprimorar o ambiente regulatório e normativo (com foco em iniciativas tecnológicas, educacionais e de difusão do conhecimento), a infraestrutura, os incentivos e a tributação para reduzir o desperdício de alimentos e de outros produtos agropecuários; criar sistemas logísticos para redistribuição de alimentos, reduzindo o desperdício em cozinhas e restaurantes; desenvolver cursos de capacitação para produtores e demais agentes do sistema de produção para reduzir a perda de alimentos; estimular a criação de material audiovisual sobre sustentabilidade com linguagem didática para o uso em escolas (isto é, animações e curta-metragens); criar programas de conscientização sobre consumo responsável e minimização de desperdícios de alimentos.</p>	F, E, M	
	<p>Divulgar e apoiar ações de 4R (repensar, reduzir, reutilizar e reciclar) para melhoria do meio ambiente; reduzir perda ao longo da cadeia de produção de alimentos com desenvolvimento de soluções logísticas (transporte, embalagem, armazenagem); reduzir o uso de antibióticos na cadeia de produção agropecuária e apoiar pesquisas de soluções alternativas, como controle biológico, probióticos, fitoterápicos; prover assistência técnica sobre o uso adequado de defensivos agrícolas e fertilizantes; financiar pesquisas e divulgar resultados sobre o reúso agrícola; promover o uso racional e monitorado de efluentes tratados das agroindústrias na irrigação de culturas como fonte de água e nutrientes.</p>	F, E, M	
	<p>Avaliar as cadeias de produção agropecuária em função da eficiência de apropriação humana na produção de alimentos e priorizar aqueles com maior taxa de aproveitamento nutricional e energético e menores perdas nos processos de transformação de pós-colheita.</p>	F, E, M	
	<p>Ampliar as políticas e as metas das Compras Públicas Sustentáveis diretas e indiretas, visando fomentar cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas; incluir métricas específicas nas Compras Públicas Sustentáveis que estimem sua contribuição na mitigação dos efeitos climáticos e na promoção de serviços ecossistêmicos; integrar os sistemas de Compras Públicas Sustentáveis dos níveis federal, estadual e municipal e disponibilizar seu uso para empresas públicas e privadas, visando ampliar e otimizar seu uso. Implantar dispositivos de segregação das compras públicas por meio de métricas verdes de avaliação; ampliar fomento às compras públicas de alimentos de agricultores familiares para programas de alimentação escolar e de outras esferas públicas.</p>	12.7	F, E, M
	<p>Criar cadastro nacional de agricultores de produção orgânica e em conformidade para ser referência de política de pagamento por serviços ambientais (isto é, CAD-Único da Sustentabilidade); apoiar a agricultura familiar na produção orgânica de acordo com legislações nacionais e internacionais; financiar e promover a agroecologia como forma de produção sustentável; fomentar as cadeias curtas de comercialização a partir da facilitação de acesso às tecnologias digitais; apoiar e fomentar a comunicação e a contribuição entre pequenos e outros produtores, em estratégias do tipo Environmental, Social, and Governance (ESG); estimular e apoiar programas de ESG multiníveis e multiatores.</p>		F, E, M

1.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Favorecer o desenvolvimento de sistemas de produção mais resilientes, que façam melhor uso dos nutrientes e energia em seu ciclo produtivo: Integração Lavoura Pecuária (ILPF), Agroecologia, Sistemas Integrados; financiar e promover a agroecologia como forma de produção sustentável de produtos e alimentos.	2.4	F, E, M
	Criar programas de conscientização da população quanto aos seus impactos na mudança do clima relacionados às práticas e escolha de meios de transporte, bem como das possíveis formas de contribuição para mitigação das emissões.	13.b, 13.3	F, E, M
	Criar programas de conscientização de empresas e instituições quanto aos seus impactos na mudança do clima relacionados às práticas e escolha de meios de transporte, bem como das possíveis formas de contribuição para mitigação das emissões.	13.b, 13.3	F, E, M
	Criar um observatório das principais atividades humanas e seus impactos no avanço das métricas das fronteiras planetárias.		F, E, M
	Definir objetivos e metas de mitigação específicos para o setor de transporte, para orientar o desenvolvimento de políticas públicas, programas e fundos destinados a promover o uso de combustíveis renováveis e melhorar a eficiência energética nesse setor.		F, E, M

1.3.14 ODS 14: VIDA NA ÁGUA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Criar o observatório nacional de poluição por nitrogênio e fósforo; mensurar os níveis de eficiência no uso do nutriente (NUE) dos sistemas agropecuários brasileiros.		F, E, M
	Prover adequada infraestrutura para transporte e armazenagem, de modo a aumentar a vida útil e minimizar as perdas dos produtos pesqueiros.		F, E, M
	Restringir o uso de embalagens plásticas.		F, E, M

1.3.15 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Aprimorar a transparência e o controle social sobre as metodologias e monitoramento dos compromissos assumidos pelo governo, tanto em nível internacional, nacional, subnacional quanto setorial, relacionados ao combate ao desmatamento, à biodiversidade e à preservação de ecossistemas naturais. Garantir o cumprimento efetivo desses compromissos e promover revisões regulares e participativas das metas globais e intermediárias, buscando ampliar sua abrangência, alcance ou antecipação.</p>		F, E, M
	<p>Realizar planejamento de longo prazo, zoneamento econômico-ecológico e incentivar investimentos em infraestrutura de transporte que orientem a atividade econômica e a produção agrícola para áreas de baixo impacto ambiental, preservando áreas florestais, recursos hídricos e biodiversidade em locais estratégicos.</p>		F, E, M
 15 VIDA TERRESTRE	<p>Ampliar as medidas de compensação ambiental e aumentar as penalizações para o tráfico de flora e fauna. Revisar a legislação relacionada ao tráfico, estabelecendo penalidades diferenciadas para grupos organizados envolvidos em atividades criminosas recorrentes. Implementar sistemas de inteligência para desmantelar as redes de tráfico.</p>		F, E, M
	<p>Assegurar a implementação e monitoramento da legislação de proteção da vegetação nativa em propriedades rurais. Promover a restauração legal obrigatória e incentivar a restauração voluntária de áreas agrícolas de baixa aptidão agrícola. Facilitar o acesso a defensivos e insumos agropecuários inovadores para todos os produtores, com ênfase na agricultura familiar, assentamentos e pequenos produtores, ensinando boas práticas de utilização de defensivos agrícolas e pecuários para aumentar a sustentabilidade das atividades agrícolas e pecuárias.</p>		F, E, M
	<p>Promover a adoção de produtos provenientes de restauração multifuncional e sistemas agroflorestais, por meio de marcos regulatórios, normativos e compras públicas.</p>		F, E, M

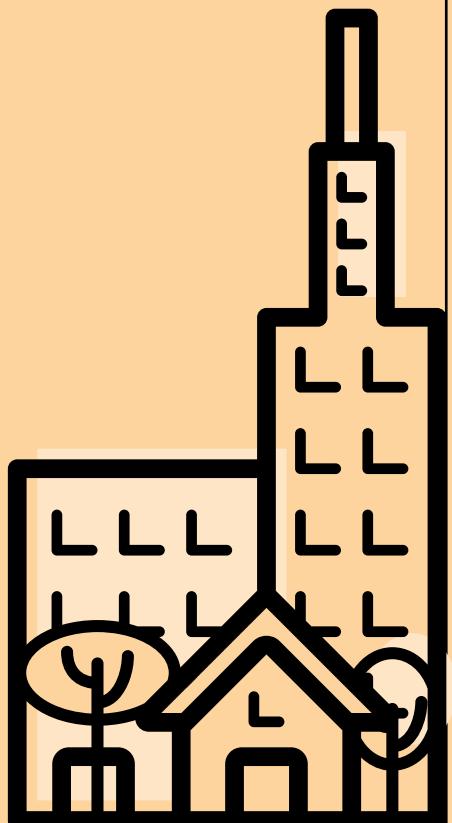
1.3.16 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Buscar recursos internacionais, de preferência a fundo perdido, para financiar políticas e ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) no Brasil. Isso pode ser feito, especialmente, enfatizando a necessidade de redução das desigualdades, conservação ambiental e aumento da produção de alimentos para o mundo.		F, E, M
	Tornar inelegíveis os políticos que tenham colaborado com ações de degradação do meio ambiente.		F, E, M
	Fomentar parcerias público-privadas de várias naturezas para promover a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).		F, E, M

2

EIXO

CIDADES



2.1 PREMISSAS DO EIXO CIDADES

As cidades enfrentam diversos desafios para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ods), estabelecidos pelas Nações Unidas. Esses desafios estão relacionados a aspectos sociais, ambientais e econômicos. As cidades, como centros de atividades humanas, concentram as desigualdades socioespaciais e, ao mesmo tempo, desempenham papel fundamental no processo do desenvolvimento sustentável, uma vez que são responsáveis por parcela significativa do consumo de recursos naturais e das emissões de gases de efeito estufa. As cidades, sobretudo, são extremamente vulneráveis a uma série de fatores como as mudanças climáticas, urbanização descontrolada, riscos de desastres, insegurança hídrica e alimentar, poluição e qualidade do ar, desigualdades sociais e exclusão, que podem afetar sua sustentabilidade e resiliência.

A resolução dos problemas urbanos depende de políticas públicas universais e adaptadas a cada caso específico. Essas políticas desempenham um papel crucial na criação de cidades socialmente justas, equitativas e que minimizem seu impacto ambiental.

É fundamental reconhecer que os processos de urbanização atuais resultam em desigualdade, agravando a pobreza e a violência, muitas vezes com políticas públicas urbanas insuficientes ou inadequadas. No Brasil, ao longo de décadas, a acumulação de deficiências aprofundou a crise urbana, destacando ainda mais a importância de abordagens integradas e sustentáveis das políticas de planejamento urbano e gestão das cidades, que garantam, para toda a população, infraestrutura básica, mobilidade eficiente e acesso aos serviços urbanos, reduzindo a vulnerabilidade da população, sobretudo aos riscos associados às mudanças climáticas, e fortalecendo a capacidade de adaptação das cidades aos desafios futuros.

2.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Possibilitar acesso universal a elementos básicos do sistema urbano: moradia digna, emprego e renda, condições de deslocamento. Priorizar projetos de moradia associados à política de emprego e de infraestrutura urbana. Melhorar o deslocamento nas cidades é crucial, pois afeta todos os serviços, diminui o custo de forma ampla e aumenta substancialmente o bem-estar dos cidadãos.
- » Formular um conjunto de políticas públicas para diminuir as desigualdades socioespaciais associadas à infraestrutura, notadamente ao saneamento básico, uma das principais causas da desigualdade urbana no país.
- » Combater vulnerabilidades urbanas produzidas pelas alterações ambientais com uma política que integre medidas de prevenção, mitigação e adaptação para diminuir os riscos relacionados a eventos extremos. A vulnerabilidade das populações urbanas ao impacto climático é maior em populações economicamente carentes.
- » Atentar, no âmbito das políticas ambientais urbanas, para o verde urbano, aumentando-o até o limite possível, bem como fomentar o uso de energias renováveis que tendem a diminuir a poluição de vários tipos (química, sonora, visual etc.), assim como alternativas sustentáveis para a mobilidade urbana e o saneamento.
- » Manter políticas de estímulo à inovação em amplo espectro. Considerar inovações tecnológicas relacionadas às cidades inteligentes (computacionais) em conjunto com inovações sociais. O processo de inovação nas tecnologias urbanas deve visar ao bem-estar do cidadão e, principalmente, à diminuição das desigualdades.

2.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

1 ERADICAÇÃO DA POBREZA 	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 	3 SAÚDE E BEM-ESTAR 	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	5 IGUALDADE DE GÉNERO 	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 	9 INDÚSTRIA, INovação e INFRAESTRUTURA 	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 
13 ACÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA 	14 VIDA NA ÁGUA 	15 VIDA TERRESTRE 	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES 	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 	

ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; E F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

2.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir na infraestrutura das regiões menos favorecidas das cidades, prioritariamente em saneamento, fornecimento de água e melhoria em geral as condições de habitação.	1.4.1	F, E, M
	Instituir um grande programa de treinamento para que as pessoas mais pobres tenham condições de obter empregos cada vez melhores, com isto aumentando a renda.	1.3.1, 1.a.2, 1.b.1	F, E, M
	Ampliar as oportunidades relacionadas à cultura e esportes, através de investimento na infraestrutura urbana nas regiões mais pobres da cidade em conjunto com melhorias na educação, emprego e renda.	1.4.2	F, E, M
	Realizar um levantamento das ações voltadas para a erradicação da pobreza resultante de gestões anteriores e considerar a possibilidade de retomar projetos interrompidos. Ao mesmo tempo, manter em curso os projetos atualmente em execução, sujeitos à avaliação antes de qualquer interrupção. É fundamental incluir a consulta à população em todos os casos.	1.1.1, 1.2.1, 1.2.2, 1.a.1	F, E, M
	Desenvolver um amplo programa de aumento de oportunidades de emprego e renda, com base no diálogo com a indústria, o comércio e a população, incluindo a criação de mecanismos legislativos para instituir esse programa como uma política de estado perene, em vez de um programa de governo.	1.3.1, 1.a.2, 1.b.1	F, E, M

2.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Debater com as comunidades, gestores e políticos locais e regionais para futuramente construir uma agenda nacional.	2.a.1	F, E, M
	Fomentar a proximidade com o produtor e o consumidor.	2.3.1, 2.3.2	F, E, M
	Fomentar maior assistência técnica ao pequeno produtor.	2.3.2	F, E, M
	Investir em produção com baixas emissões (CO ₂).	2.4.1	F, E, M
	Promover agricultura urbana sustentável, considerando horas urbanas.	2.4.1	F, E, M

2.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir pesadamente na prevenção de doenças ligadas a falta de saneamento e poluição, como arboviroses, doenças diarreicas, doenças respiratórias e cardiovasculares.	3.9.1, 3.9.2	F, E, M
	Fortalecer o Sistema Único de Saúde (sus) em âmbito local, expandindo a capilaridade da rede de atendimento, em integração com a assistência social.	3.8.1, 3.c.1	F, E, M
	Integrar as ações de vacinação e atendimento de saúde à infância e adolescência às ações educativas na rede pública de ensino.	3.b.1	F, E, M
	Promover a sensibilização e educação em saúde, para ajudar as pessoas a compreender a importância de estilos de vida saudáveis e da prevenção de doenças.	3.a.1	F, E, M
	Fomentar estilos de vida saudáveis, como uma alimentação equilibrada, atividade física regular e redução do uso de tabaco e álcool.	3.a.1, 3.5.2	F, E, M

2.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Planejar a universalização da educação da primeira infância é fundamental com período integral.	4.2.2, 4.a.1	F, E, M
	Promover política educacional voltada ao educador.	4.c.1	F, E, M
	Disseminar a ciência, a tecnologia e acesso à conectividade.	4.4.1	F, E, M
	Priorizar a qualidade da educação, em vez da quantidade, para maximizar os impactos positivos.	4.1.1	F, E, M
	Adaptar o currículo para atender às necessidades e realidades locais, e incluir a formação em habilidades relevantes para o mercado de trabalho local.	4.7.1, 4.b.1	F, E, M

2.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover ações de assistência às trabalhadoras informais e integrar as mulheres no mercado de trabalho com salários equiparados e igualdade de oportunidades.	5.5.2, 5.b.1	F, E, M
	Garantir e fomentar o acesso das vítimas de violência doméstica, mulheres encarceradas e seus familiares aos equipamentos e serviços de assistência social, psicológica, à saúde e educação.	5.2.1, 5.2.2, 5.c.1	F, E, M
	Promover ações de capacitação cidadã às meninas e mulheres, principalmente as negras.	5.a.1, 5.a.2	F, E, M
	Fortalecer a inclusão e diversidade nas cidades, promovendo a tolerância e o respeito às diferenças de gênero, raça, orientação sexual e outras características.	5.1.1	F, E, M
	Envolver ativamente as comunidades e grupos de mulheres na formulação e implementação de políticas e programas relacionados à igualdade de gênero.	5.6.2	F, E, M

2.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Planejar, junto com o Estado, as ações para a universalização do acesso à água potável.	6.1.1	F, E, M
	Gerar parcerias como os níveis federal e estadual para investimentos na infraestrutura de saneamento básico, possibilitando o acesso à água potável para todo o município.	6.2.1	F, E, M
	Gerar parcerias com o setor privado (fundamentalmente com a construção civil) para a universalização do saneamento básico.	6.b.1	F, E, M
	Investir em infraestrutura de saneamento básico, através de linhas de financiamento de agências de fomento (por exemplo, Bird).	6.a.1	F, E, M
	Compatibilizar os eixos de adensamento da cidade com o Plano Diretor e o planejamento para a universalização do saneamento.	6.5.1	F, E, M

2.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir em inovação e subsidiar acesso para geração de energias renováveis.	7.2.1, 7.a.1	F, E, M
	Facilitar o acesso à eficiência energética e estimular a redução do uso de combustíveis fósseis, incluindo melhorias nos modos de transporte individuais (por exemplo, bicicletas) e no transporte público em massa.	7.1.2, 7.3.1	F, E, M
	Expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia, incluindo nos grandes centros urbanos a rede de distribuição subterrânea, que propicia melhores indicadores e menos impactos na arborização e paisagem urbana.	7.1.1, 7.b.1	F, E, M
	Planejar metas para potencializar o uso de energias renováveis.	7.2.1	F, E, M
	Planejar infraestruturas modernas e tecnologias “verdes” que sejam inclusivas para diminuir a pobreza energética.	7.a.1	F, E, M

2.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Implementar políticas e programas que garantam a segurança e proteção social para trabalhadores, especialmente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, como mulheres, idosos e jovens.	8.3.1, 8.8.2	F, E, M
	Investir em parcerias e subsídios e fortalecer a capacidade das instituições financeiras para incentivar a expansão de agências bancárias e do acesso aos serviços bancários para todos.	8.10.1, 8.10.2	F, E, M
	Promover a igualdade de oportunidades e condições de trabalho dignas, incluindo horários de trabalho razoáveis, salários justos e condições de trabalho seguras e saudáveis.	8.5.1, 8.8.1	F, E, M
	Investir em programas de educação e formação profissional para ajudar as pessoas a se adaptarem às mudanças no mercado de trabalho e a se prepararem para futuras oportunidades econômicas.	8.6.1	F, E, M
	Promover a inclusão de grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, imigrantes e refugiados no mercado de trabalho, garantindo o acesso a oportunidades econômicas inclusivas e equitativas.	8.8.2	F, E, M

2.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Implementar regulamentações ambientais rigorosas para assegurar que as indústrias e empresas cumpram os padrões ambientais e promovam o desenvolvimento sustentável.	9.4.1	F, E, M
	Estabelecer políticas e regulamentações para promover o desenvolvimento de indústrias limpas e tecnologias verdes, e estimular a transição para uma economia verde.	9.2.1, 9.b.1	F, E, M
	Investir em infraestrutura verde, como transporte público eficiente, energia renovável e sistemas de água e esgoto, para promover o desenvolvimento sustentável.	9.1.1, 9.5.1	F, E, M
	Desenvolver soluções e tecnologias apropriadas ao contexto local, com base nas necessidades e recursos do país, para maximizar a eficácia e o impacto das ações.	9.5.1, 9.5.2	F, E, M
	Buscar ajuda financeira e técnica de parceiros internacionais para apoiar o desenvolvimento de infraestrutura e tecnologias verdes.	9.a.1	F, E, M

2.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir na infraestrutura das regiões menos favorecidas; investir em habitações populares (atividades trabalho-intensivas).	10.1.1	F, E, M
	Adotar tributação municipal francamente progressiva.	10.4.2, 10.b.1	F, E, M
	Investir na educação da primeira infância; expandir em número e capilaridade os Centros Municipais de Educação Infantil; aumentar as vagas em tempo integral.	10.2.1	F, E, M
	Avaliar a qualidade das políticas públicas existentes quanto a seus efeitos na redução das desigualdades; considerar nos programas de governo a ampliação das oportunidades e representação de mulheres, negros e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+) em espaços de poder.	10.3.1	F, E, M
	Reestruturar espacialmente o binômio moradia-emprego é fundamental para enfrentar a desigualdade nos deslocamentos dentro de São Paulo. Além disso, é necessário investir na infraestrutura de mobilidade e na distribuição equitativa de equipamentos públicos na cidade.	10.7.1	F, E, M

2.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Implementar processos de elaboração das políticas públicas que sejam participativos da concepção à aplicação, priorizando os territórios mais precários, a integração setorial (não segmentando as políticas em setores estanques que não dialogam) e o recorte sustentável, entendendo que a melhoria habitacional e urbana está relacionada à promoção de um conjunto de políticas públicas nos mais diversos setores.	11.3.2, 11.b.1, 11.b.2	F, E, M
	Incentivar ações de governança (decisões técnicas, processos licitatórios, sistemas de fiscalização etc.) para a implementação de sistemas de mobilidade estruturais, baseados na prioridade ao transporte público de massa em seus diversos modais, com soluções sustentáveis e de baixo custo para os usuários, como estratégia de homogeneização socioeconômica das cidades, promoção da qualidade de vida urbana, geração de renda, redução das desigualdades urbanas e dos impactos ambientais gerados pelo atual modelo de transporte.	11.2.1, 11.6.2	F, E, M
	Apoiar a aplicação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e o aumento maciço dos investimentos públicos para a solução da problemática habitacional em todas suas vertentes, rompendo a lógica da solução única de produção de conjuntos isolados e distantes: regularização fundiária, urbanização de áreas precárias, produção de habitações novas (tanto pelo mercado como pela produção associativa) e, sobretudo, assistência técnica para a melhoria urbana e das moradias, visando a integração dos bairros pobres às cidades, sem necessidade de (somente) produzir novas unidades.	11.1.1, 11.7.1	F, E, M
	Elaborar planos de ação para reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes, por meio de ações de gestão preventiva por parte dos órgãos públicos (secretarias de Habitação, Meio Ambiente, Defesa Civil, Bombeiros etc.), com mapeamento de riscos diante dos desastres naturais e tecnológicos, divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais para atendimento a vítimas.	11.5.1, 11.5.2	F, E, M
	Para impactos ambientais relacionados às emissões atmosféricas: i) ampliar estudos de áreas verdes e cobertura verde na cidade; ii) promover mobilidade urbana sustentável e política de substituição gradual da matriz energética dos veículos. / Para impactos ambientais relacionados aos resíduos sólidos urbanos: i) realizar campanhas para a segregação correta de resíduos na fonte; ii) buscar a universalização da coleta seletiva; iii) profissionalizar as cooperativas de reciclagem; iv) valorizar resíduos orgânicos provenientes de feiras, mercados, restaurantes e domicílios; v) implementar uma cobrança específica para o serviço de coleta e destinação de resíduos domiciliares; vi) oferecer contrapartidas e incentivos para grandes geradores que adotem tecnologias de autogestão de resíduos sólidos.	11.3.1, 11.6.1	F, E, M

2.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Planejar ações com estabelecimentos de ensino público e privado.	12.8.1	F, E, M
	Promover práticas de compras públicas sustentáveis.	12.7.1	F, E, M
	Implementar melhor a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).	12.1.1	F, E, M
	Implementar políticas eficazes de gestão de resíduos, incluindo a coleta seletiva, o tratamento e a reciclagem.	12.4.1, 12.4.2, 12.5.1	F, E, M
	Fomentar a mobilidade sustentável, como a utilização de transporte público, ciclovias e veículos elétricos, e reduzir a dependência de veículos com motor a combustão.	12.2.1, 12.a.1, 12.c.1	F, E, M

2.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Inserir no currículo escolar da educação básica, pré-escolar e ensino fundamental temas que promovam, de forma transdisciplinar, o debate sobre as mudanças climáticas globais, criando uma maior conscientização sobre os aspectos da mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce do processo de mudança do clima.	13.3.1	F, E, M
	Pensar a mobilidade urbana de forma sustentável, favorecendo a qualidade do transporte público e de opções de deslocamento individual de baixo carbono (por exemplo, bicicletas) e orientando o deslocamento no município de forma a minimizar as emissões de gases de efeito estufa (GEE).	13.2.2	F, E, M
	Investir na criação de áreas verdes no município e garantir a manutenção das áreas verdes já existentes que podem ser pensadas como sumidouros de carbono, possibilitando melhores resultados na mitigação dos problemas climáticos.	13.2.2	F, E, M
	Planejar as ações efetivas do Plano de Ação Climática municipal de São Paulo e o cumprimento das metas e diretrizes das parcerias internacionais, como a C40, estimulando ações e leis ativas para redução do impacto municipal no processo de mudança climática.	13.2.1, 13.a.1	F, E, M
	Elaborar e implementar Plano de Adaptação Municipal com medidas transversais e integradas às demais políticas públicas, inclusive a de prevenção e remediação de desastres, lastreado em uma avaliação de vulnerabilidades e riscos da cidade.	13.1.2, 13.1.3, 13.b.1	F, E, M

2.3.14 ODS 14: VIDA NA ÁGUA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fortalecer os órgãos que atuam na gestão de bacias hidrográficas.	14.2.1	F, E, M
	Fomentar capacitação de gestores e servidores municipais na questão ambiental, com destaque para resíduos sólidos.	14.c.1	F, E, M
	Estimular parcerias com o setor privado para gestão de risco em áreas portuárias, em municípios litorâneos.	14.c.1	F, E, M
	Reducir emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), de forma a mitigar os impactos das mudanças climáticas nos oceanos, como acidificação.	14.3.1	F, E, M
	Fiscalizar as atividades pesqueiras, com monitoramento regular de coleta, e acabar com a sobrepeca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica.	14.6.1, 14.7.1	F, E, M

2.3.15 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir em programas de erradicação de vetores (por exemplo, o mosquito da dengue).	15.5.1, 15.6.1	F, E, M
	Investir na criação e conectividade de áreas verdes.	15.1.1, 15.1.2, 15.4.1, 15.4.2	F, E, M
	Estimular parcerias com o setor privado (por exemplo, turismo para atividades de observação/educação, construção civil para aumento de áreas verdes).	15.a.1	F, E, M
	Elaborar políticas para arborização.	15.1.1, 15.2.1	F, E, M
	Avaliar e atualizar o mapeamento de áreas contaminadas na cidade e intensificar a política de reabilitação de áreas degradadas.	15.3.1, 15.9.1	F, E, M

2.3.16 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fortalecer os órgãos de vigilância do município, como a Controladoria Geral e o Tribunal de Contas, incentivando a divulgação de suas deliberações e o Estado de Direito, bem como transparência de suas ações.	16.6.1, 16.7.1, 16.7.2	F, E, M
	Inserir no currículo escolar da educação básica, pré-escola e ensino fundamental, respeitando o desenvolvimento do educando, elementos de Cultura de Paz e Sustentabilidade como eixo transdisciplinar do currículo formal.	16.4.2, 16.6.2, 16.10.2	F, E, M
	Criar meios de aproximação dos gestores do município e sua população, fortalecendo o respeito e a confiança nas instituições e promovendo um melhor acesso público à informação.	16.6.1, 16.6.2, 16.10.1, 16.10.2	F, E, M
	Fortalecer as instituições públicas, incluindo a polícia, o sistema de justiça e o sistema de proteção social, para garantir a proteção dos direitos humanos e a promoção da justiça.	16.a.1	F, E, M
	Promover a participação cidadã ativa na tomada de decisões políticas e na resolução pacífica de conflitos, estimulando a criação de canais de diálogo e comunicação aberta entre governo e sociedade.	16.7.1	F, E, M

2.3.17 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Intensificar as parcerias com organizações que associem o poder local com sustentabilidade (por exemplo, ICleI e C40).	17.11.1, 17.14.1, 17.15.1	F, E, M
	Buscar a promoção de parcerias multissetoriais, mobilizando tecnologia, recursos humanos e financeiros para projetos que promovam o desenvolvimento sustentável.	17.7.1	F, E, M
	Mobilizar recursos financeiros, humanos e tecnológicos para apoiar a implementação de soluções de desenvolvimento sustentável nas cidades.	17.17.1	F, E, M
	Comunicar adequadamente as parcerias feitas, os resultados alcançados visando uma aproximação da população local com o poder público reforçando seu compromisso com uma pauta política "verde".	17.14.1, 17.18.2	F, E, M
	Fornecer aportes técnicos e científicos para tomada de decisão.	17.12.1, 17.18.1, 17.18.2	F, E, M

3

EIXO

COMBATE ÀS DESIGUALDADES



3.1 PREMISSAS DO EIXO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

As desigualdades, que incluem não somente a socioeconômica, mas de vários outros gêneros (racial, de gênero, epistêmica¹, tecnológica, digital, alimentar, entre outras), estão vinculadas à ascendência de uma parcela da população sobre outra.

Um dos tipos de ascensão que caracteriza uma relação de poder entre partes da população se dá, por exemplo, pela hierarquia que surge a partir da democracia representativa, em que é dado aos representantes o poder de atuar na tomada de decisões por toda a sociedade. Contrapõe-se à hierarquia a dominação, que consiste na sujeição de uma porção da população por outra de suas partes através de uma relação em que a vontade de uma parte da população se sobrepõe à de outra.

O escravagismo é o que melhor caracteriza a dominação. No Brasil, as desigualdades socioeconômicas são mais visíveis, dada a estrutura econômica do nosso país. Mas há outros tipos de desigualdades, que estão todas inter-relacionadas e compõem assimetrias evidentes no tecido social.

As questões relacionadas às desigualdades exigem abordagem transversal a todos os Eixos Temáticos e, nesse sentido, são análogas à transversalidade do Eixo Cultura e Artes e do Eixo Democracia.

¹ A desigualdade epistêmica é definida como o acesso desigual ao aprendizado imposto por mecanismos subliminares de captura de informação, produção, análise e controle.

3.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Exigir não apenas políticas públicas de reparação das desigualdades econômicas, mas de transformação estrutural. Primeiro, devemos lembrar que a desigualdade econômica é fruto direto da desigualdade no controle e posse dos aparelhos produtivos. Faz-se necessária a criação de dispositivos de autogestão da classe trabalhadora ou de participação conjugada da classe trabalhadora no processo de gestão de empresas e corporações. Só dessa forma é possível realizar administrações voltadas ao interesse coletivo e ao enriquecimento comum.
- » Exigir também a revalorização do trabalho. O Brasil não pode ser um país que naturaliza disparidades salariais enormes, além de naturalizar sistemas de defesa contra a concentração de renda.
- » Elaborar e executar efetivas políticas de distribuição de riqueza, tais como: taxação fiscal sobre dividendos, reforma tributária de forma a aumentar a alíquota dos extratos mais ricos da população etc.
- » Ampliar os debates sobre a estrutura do atual Pacto Federativo, um dos fatores de manutenção de desigualdades, principalmente a socioeconômica, já que os repasses financeiros de verbas estão concentradas em nível federal, o que gera grande desigualdade no processo de tomada de decisão e mantém as históricas desigualdades regionais.
- » Fazer o enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e epistêmica a partir de políticas concretas que permitam que as representações de autoridade e os cargos de poder obedeçam a estruturas mais paritárias. Além disso, as universidades devem colaborar para a multiplicação de matrizes epistêmicas na formação de nossa sociedade.
- » Garantir a proteção estatal à população negra e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+), às mulheres e às comunidades tradicionais, de forma a combater as múltiplas práticas de dominação, inclusive estatal e institucional, que recaem sobre esses grupos.

3.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇA-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; E F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRÍNSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

3.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 ERADICAÇÃO DA POBREZA 	Realizar estudos que objetivem a criação de dispositivos políticos e legais para a limitação da diferença salarial pela implantação de um salário máximo.		F
	Elaborar e executar a reforma tributária que implemente justiça tributária, a qual deve contemplar, ao menos, esta agenda: a taxação de lucros e dividendos das pessoas físicas detentoras de cotas e ações de empresas; a instituição de alíquota sobre os lucros remetidos ao exterior; a cobrança do imposto sobre grandes fortunas, já prevista na Constituição Federal; a ampliação da progressividade fiscal, elevando os tributos sobre a renda e o patrimônio e reduzindo os tributos sobre o consumo e a folha de pagamento.		F
	Planejar e implementar programa de renda básica universal articulada com a execução de políticas de justiça tributária.		F
	Investir em pesquisas que identifiquem e estudem boas práticas internacionais para a limitação dos ganhos de capital.		F, E
	Fortalecer econômica e politicamente o Sistema Único de Assistência Social (Suas).		F

3.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Incentivar os pequenos produtores rurais e as cooperativas por meio da ampliação do acesso à tecnologia, à pesquisa e ao ensino, e às linhas de crédito de bancos públicos.	2.a, 9.3	F, E, M
	Investir em pesquisas que subsidiem a elaboração e execução de uma efetiva reforma agrária que priorize a distribuição de terras devolutas dos estados e a desapropriação de latifúndios improdutivos, particularmente aqueles próximos a grandes centros urbanos, de forma a promover o assentamento de famílias acampadas e desempregadas.		F, E
	Garantir a função social da propriedade da terra e dar maior efetividade à cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), atualizando os valores das grandes propriedades quando defasados.		F, E
	Garantir a proteção estatal nas áreas de preservação ambiental, incluindo as comunidades tradicionais afetadas na elaboração e execução das políticas públicas.		F
	Monitorar, identificar e combater o desmatamento irregular, integrando, para tanto, estímulo à pesquisa, aparatos de inteligência e segurança e o sistema de justiça.		F

3.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Garantir acesso amplo aos equipamentos do Sistema Único de Saúde (sus) por meio tanto do investimento público na expansão da rede de saúde quanto da ampliação de programas de educação em saúde.	3.8	F
	Aprofundar a reforma psiquiátrica visando a reduzir a criação de hierarquias normativas entre os normais e os anormais.		F
	Fortalecer política e economicamente o sus.		F
	Investir na pesquisa e em políticas de reconhecimento da multiplicidade de concepções de saúde, doença e cura a depender da matriz educacional e cultural.		F

3.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Garantir nos currículos e práticas docentes, em todos os níveis de ensino, o reconhecimento de outras epistemologias.	F, E, M	
	Implementar efetivas políticas de memória e reconhecimento do legado cultural, educacional e político-social de outras etnias.	F, E, M	
	Incentivar pesquisas acadêmicas voltadas para a avaliação do papel das universidades na manutenção e reprodução do silêncio cultural e educacional que contemple a diversidade de grupos sociais.	F, E	
	Garantir políticas de inclusão, nas universidades públicas e privadas, de docentes, estudantes e pesquisadores de diferentes raças e etnias.	F, E	

3.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 5 IGUALDADE DE GÊNERO	Construir e implementar, junto com organizações e movimentos sociais, políticas voltadas para a inclusão de mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+).	F, E, M	
	Estimular políticas de cotas de gênero em concursos públicos e, na iniciativa privada, na seleção para cargos de chefia e gestão, assegurando equipamentos que garantam o reconhecimento das necessidades específicas de cada grupo.	F, E, M	
	Incentivar, nas Universidades, cotas estudantis para mulheres e para a população LGBTQIA+, bem como políticas específicas de permanência estudantil, na graduação e na pós-graduação.	F, E, M	
	Criar leis e implementar as normativas que asseguram o amplo reconhecimento das especificidades da população LGBTQIA+ e das mulheres, tais como ampliação da licença maternidade remunerada e, nas penitenciárias, o acesso a produtos de higiene pessoal compatíveis com as necessidades de cada grupo social.	F, E, M	

3.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Garantir a ampliação da rede de água e esgoto como medida de promoção igualitária de saúde e bem-estar.	E	
	Investir em pesquisas que identifiquem formas de enfrentamento da escassez de água potável em diversas regiões do País.	F, E, M	

3.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Ampliar o acesso à energia por meio de subsídios públicos destinados à população pobre; incentivar a variação das matrizes energéticas segundo as condições naturais de cada região, de forma a ampliar a cobertura energética no País.		F

3.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Criar e ampliar as formas de participação conjugada dos trabalhadores na gestão dos aparelhos produtivos.	F, E, M	
	Incentivar a autogestão e gestão participativa dos trabalhadores nos conselhos diretivos das companhias e empresas.	F, E, M	
	Revogar a reforma trabalhista atual de forma a elaborar outra com ampla participação da classe trabalhadora; investir em pesquisas acadêmicas e, também, naquelas conduzidas por institutos e associações trabalhistas que colham e sistematizem demandas de trabalhadores de diferentes categorias.		F
	Investir em programas periódicos de avaliação de trabalho decente em diferentes modalidades de trabalho; fortalecer as instituições responsáveis pela fiscalização e punição de empresas que utilizem, direta ou indiretamente, mercadorias produzidas com o emprego de mão de obra de trabalhadores em situação análoga à escravidão.	F, E, M	
	Fortalecer as organizações de base dos trabalhadores, levando em conta as transformações pelas quais vem passando a organização do trabalho.	F, E, M	

3.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Subsidiar e garantir o acesso à tecnologia e à infraestrutura visando combater a desigualdade tecnológica.	9.c	F, E, M

3.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Realizar pesquisas capazes de diagnosticar com precisão a produção e reprodução das desigualdades econômica, racial, de gênero, ontológica, regional, epistêmica e tecnológica, bem como de suas articulações.	F, E, M	
	Combinar, no âmbito das políticas públicas, programas de redistribuição econômica com programas que garantam o reconhecimento econômico, racial, de gênero, ontológico, regional, epistêmico e tecnológico dos setores das populações excluídas.	F, E, M	
	Estimular a pesquisa e o debate público que busquem alternativas para o modelo de hierarquização social.	F, E, M	
	Combater as práticas geradoras e reprodutoras de desigualdade existentes na administração pública e na privada.	F, E, M	

3.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Reformar o pacto federativo de modo a descentralizar da União a arrecadação tributária.	F	
	Garantir a função social da propriedade.	F, E, M	
	Elaborar e executar políticas de direito à cidade.	M	
	Estimular a desierarquiação econômica e social das cidades, de forma a descentralizar os polos concentradores de postos de trabalho.	M	
	Criar, com o auxílio de pesquisas e consultas públicas, formas de enfrentamento à gentrificação.	F, E, M	

3.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fortalecer programas que garantam o acesso a bens de consumo e que não levem à maximização do endividamento social.	F	
	Regulamentar e fiscalizar a produção industrial para evitar o descarte de resíduos tóxicos ou o desperdício de recursos naturais.	E, M	

3.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Ampliar os programas de educação ambiental.</p> <p>Implementar, nas áreas pobres, políticas de saneamento básico e de coleta de lixo.</p>		E, M

3.3.14 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir em pesquisas voltadas para o mapeamento diagnóstico da violência civil e de Estado.	F, E, M	
	Elaborar e implementar a reforma das instituições de segurança pública e das suas instituições de formação.	F, E	
	Elaborar e implementar a reforma das Forças Armadas, dos seus currículos de formação e do seu papel constitucional.	F	
	Cumprir o preconizado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e pelas múltiplas comissões da verdade estabelecidas em âmbito nacional, estadual, municipal e local.	F, E, M	
	Implementar programas de formação e de combate ao racismo estrutural nas políticas de gestão pública e privada, nas instituições de segurança pública e nas Forças Armadas.	F, E	

3.3.15 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Reducir a desigualdade de representação popular na tomada de decisões de governo.	F, E, M	
	Estreitar o diálogo entre governo, universidades e os múltiplos atores sociais.	F, E, M	
	Reformular e implementar políticas de conselhos populares e gestão participativa.	F, E, M	
	Realizar periodicamente audiências e consultas públicas, bem como plebiscitos.	F, E, M	

4

EIXO

CULTURA E ARTES



4.1 PREMISSAS DO EIXO CULTURA E ARTES

A cultura e as artes são elementos fundamentais na estruturação social, através dos quais as sociedades criam, dão sentido e refletem as suas experiências. Interconectam as várias dimensões sociais no processo coletivo de invenção de símbolos, valores, ideias e modos de vida.

Ainda que a cultura em si não deixe nunca de existir enquanto existirem seres humanos vivendo em sociedade, no Brasil, a cultura e as artes foram negligenciadas nas últimas gestões governamentais, provocando um estado de desmonte que exige figurar caminhos a seguir nesse campo tão importante.

Uma orientação que proponha novos paradigmas que se consubstanciem em políticas públicas sólidas, bem financiadas e elaboradas em diálogo com a sociedade, se faz premente neste momento do país. A cultura e as artes têm papel fundamental na consolidação democrática e no enfrentamento de questões urgentes no Brasil.

As relações sociais precisam ser qualificadas por meio de valores cívicos e democráticos e o potencial emancipatório da cultura é elemento a ser estimulado a partir de uma ação governamental que tenha como premissa o diálogo e a participação social, que incentive os processos coletivos.

A cultura é um dos elementos transversais aos Eixos Temáticos como um todo. Por isso, é preciso que seja vista como uma teia que interliga os demais Eixos, na medida em que todas as práticas sociais têm uma dimensão cultural e qualquer transformação que se deseje operar implica levar em consideração as bases culturais da sociedade.

4.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Traçar políticas culturais que tenham o diálogo intercultural como elemento central, de forma que os diferentes sentidos que produzem sujeitos e grupos possam circular e competir na arena pública. Este diálogo pode ser efetuado através da formação de redes com base nos nexos descentramento, interculturalidade e participação.
- » Propor políticas que contemplem as seguintes dimensões da cultura: patrimônio e memória; formação cultural e artística; econômica; administrativa; infraestrutura e equipamentos; inovação científica e tecnológica.
- » Fomentar atividades culturais em sua diversidade e territorialidade, criando condições para a criação e a produção cultural e artística, para a fruição cultural, estimulando a criatividade para que seja exercida em sua plenitude por diferentes pessoas e de diferentes formas.
- » Estabelecer novos arranjos institucionais e jurídicos que permitam formas inovadoras e participativas, com vistas a criar espaços interculturais de diálogo, parcerias e trocas nas tomadas de decisão.
- » Criar canais de intercâmbio e de fortalecimento da cultura e das artes brasileiras no contexto internacional.

4.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA FIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

4.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Assegurar a dimensão utópica da Cultura e das Artes na estimulação de futuros possíveis como projeto compartilhado para a transformação da sociedade e erradicação da pobreza.	1.5	F, E, M
	Promover políticas de financiamento para atividades culturais ou projetos artísticos que visem colaborar na redução das necessidades das populações marginalizadas e desfavorecidas.	1.4, 8.3	F, E, M
	Estimular o financiamento de projetos que assegurem condições de trabalho por meio da Cultura e que acelerem processos de erradicação da pobreza através de políticas artísticas e práxis educacionais.	1.a	F, E, M
	Desenvolver, implementar e monitorar políticas, regulamentos legais e programas de financiamento que garantam a inserção e a contratação dos mestres e mestras das culturas tradicionais nos diferentes âmbitos de ensino formal (escolas e universidades municipais, estaduais, federais), colaborando com a erradicação da pobreza.	1.4	F, E, M
	Estimular a concessão do título universitário de notório saber para os mestres e as mestras dos saberes tradicionais, apoiando investimentos nas ações do ODS 1 em suas múltiplas dimensões.	1.a, 1.b	F, E, M
	Fomentar a geração de renda e a sustentabilidade de espaços culturais independentes, sobretudo daqueles associados às matrizes culturais indígenas e africanas.	1.a	F, E, M

4.3.2 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	Articular ações e atividades culturais em parceria com equipamentos públicos de diversas naturezas do setor da saúde e do campo do desenvolvimento social, como Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAP), Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Centro de Convivência e Cooperativa (Cecco) e escolas de formação, criando espaços facilitadores para o convívio humano.	3.d	F, E, M

4.3.3 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
4	Fortalecer estratégias educacionais que combatam desinformação, injustiça social e ideologia racista no contexto de produção e transmissão do conhecimento artístico-cultural e que possibilitem aprendizagens para além dos saberes ocidentais de cunho eurocêntrico.	4.7	F, E, M
	Estimular a participação de mestres e mestras das culturas popular e tradicional, representações quilombolas e indígenas no contexto da educação formal em todos os níveis.	4.7	F, E, M
	Assegurar presença efetiva das artes e da cultura na educação escolar, gerando experiências com as mais diversas linguagens a partir de componentes curriculares e conteúdos didáticos, incluindo competências midiáticas.	4.4, 4.7	F, E, M
	Estimular projetos que incluam crianças, jovens, adultos e pessoas idosas na aprendizagem de práticas artísticas, como teatro, dança, artes visuais, música, cinema, poesia etc.	4.4, 4.7	F, E, M
	Fortalecer ações educativas nos equipamentos culturais para geração de processos formativos que refletem as práticas artísticas em exposição e, igualmente, para a consolidação de comunidades de aprendizagens nesses espaços.	4.7	F, E, M
	Criar espaços de produção de conhecimento intercultural e de práticas artísticas destinadas a diversos públicos.	4.5, 4.7	F, E, M
	Assegurar formação e apoio profissional às pessoas que trabalham nos equipamentos culturais para o atendimento a pessoas idosas, pessoas gordas, pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual, dentre outras.	4.7	F, E, M
	Estimular a criação de espaços experimentais de Cultura e Artes que impulsionem a aprendizagem sensível, a produção colaborativa e a inteligência coletiva.	4.a	F, E, M
	Estimular a capacidade de aprender artes na vivência com outras pessoas da comunidade, desenvolvendo interesse pelo trabalho colaborativo e a interação social.	4.7	F, E, M
	Incentivar os processos educacionais que garantam a compreensão das bases científicas de produção, circulação e funcionamento das tecnologias digitais.	4.4	F, E, M
	Assegurar a compreensão da memória como categoria fundamental para a geração de projetos individuais e coletivos voltados ao presente e ao futuro.	4.7	F, E, M
	Criar espaços que potencializem a utilização de acervos através de editais de pesquisa, fomentando parcerias com ênfase em universidades e em centros de investigação.	4.3	F, E, M
	Criar escolas de formação integral com base de aprendizagem em contextos de experimentação artística.	4.1, 4.2, 4.3, 4.4	F, E, M
	Fortalecer a criação de cursos de formação universitária em territórios indígenas e quilombolas a partir de perspectivas interculturais e com participação ativa das comunidades.	4.4	F, E, M

4.3.4 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Reconhecer, de diferentes formas, a interseccionalidade entre as relações de gênero e as desigualdades, chamando atenção para a politização recente e as ameaças regressivas, seja em situações extremas internacionais, seja em discursos contemporâneos no Brasil, fortalecendo políticas para a promoção da igualdade de gênero no campo das Artes e da Cultura.</p>	5.c	F, E, M
	<p>Fomentar a produção cultural e artística de projetos relacionados ao enfrentamento das opressões estruturais.</p>	5.c	F, E, M
	<p>Investir na estruturação de arquiteturas de encontro e de diálogo intercultural que permitam aos diferentes sentidos, que produzem sujeitos e grupos, espaços de circulação e disputa na arena pública, com ênfase na mitigação da desigualdade de gênero.</p>	5.c	F, E, M
	<p>Criar espaços de representatividade étnica, racial e de gênero na gestão dos equipamentos culturais nas mais diferentes funções.</p>	5.5	F, E, M

4.3.5 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Instituir programas de financiamento que incentivem a realização de trabalhos artísticos e/ou pedagógicos em colaboração, estimulando parcerias entre mestres ou mestras das tradições populares e artistas da cena contemporânea nacional e internacional, articulando a produção artística local à arte contemporânea e promovendo trabalho decente para todas e todos.</p>	8.3	F, E, M
	<p>Gerar condições para a criação e a produção cultural e artística, bem como para a fruição cultural, estimulando a interculturalidade e o turismo sustentável por meio de políticas orientadas para o desenvolvimento do setor cultural.</p>	8.3, 8.9	F, E, M
	<p>Impulsionar projetos culturais e criativos centrados em políticas solidárias, práticas colaborativas e ações sustentáveis.</p>	8.3, 8.4	F, E, M
	<p>Criar sistemas férteis de trabalho com a dimensão da cultura para que as práticas artísticas possam se desenvolver de modo inovador e orgânico em contextos locais, globais, territoriais e de diversidade.</p>	8.3	F, E, M
	<p>Assegurar condições para a qualificação, a amplificação e a criação de políticas culturais, que criem condições de vida e de trabalho no campo da Cultura por meio de projetos sustentáveis.</p>	8.3, 8.5	F, E, M
	<p>Instituir a contratação de agentes das comunidades para o desenvolvimento de projetos que relacionem Arte, Cultura e Educação Sustentável.</p>	8.3, 8.4	M

4.3.6 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular a interação entre saberes tradicionais de cada local ou ecossistema com as contribuições derivadas dos avanços científicos e tecnológicos, estimulando o acesso de diferentes agentes culturais aos serviços financeiros e às tecnologias de informação.	9.3, 9.c 11.7	M
	Instituir programas de investimento na infraestrutura necessária para a melhoria da acessibilidade nos equipamentos culturais, atuando de forma a garantir que os espaços estejam preparados para receber pessoas idosas, pessoas gordas, pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual, dentre outras.	9.c, 4.a, 11.7	F, E, M
	Fomentar o uso da Inteligência Artificial no setor cultural consolidando políticas de letramento digital e implementando projetos de regulação das <i>big techs</i> com o objetivo de prevenir e mitigar práticas ilícitas.	9.b	F, E, M
	Fomentar os processos criativos de segmentos da economia criativa e das novas mídias tais como audiovisual, arte digital, jogos eletrônicos, animações, internet.	9.5	F, E, M
	Criar sistemas de informação culturais como forma de prover dados e indicadores que permitam diagnosticar, monitorar e avaliar políticas, programas e ações, tornando a gestão pública mais transparente e participativa.	9.5	F, E, M
	Criar indicadores culturais por meio dos quais as populações possam avaliar e participar criticamente da aferição dos projetos e programas públicos em desenvolvimento.	9.5	F, E, M
	Fomentar a criação de núcleos de comunicação comunitária nos equipamentos culturais.	9.c	M
	Assegurar o desenvolvimento de usinas de inteligência e inovação por meio das quais artistas, pesquisadoras/es, gestoras/es culturais proponham soluções, ideias e novas realidades para o campo das artes e da cultura e suas dimensões econômicas.	9.5	F, E, M
	Incentivar a criação de linhas de financiamento e fomento para modelos de negócios culturais inovadores e para o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade e sustentável.	9.1, 9.a, 4.a	F, E
	Estimular políticas de manutenção de acervos por meio de fundos patrimoniais que garantam a sustentabilidade e a perenidade dos trabalhos desenvolvidos nas instituições culturais que os detêm.	9.b, 12.a	F, E, M
	Investir na estruturação de metodologias de coleta, manutenção, proteção, difusão e democratização dos acervos através de tecnologias sociais que não obedeçam apenas às lógicas técnicas consagradas e que incentivem a consolidação de espaços de participação e experimentação por meio de processos de cogestão.	9.5	F, E, M

4.3.7 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Equilibrar o fluxo de bens e serviços culturais e a mobilidade dos atores culturais das mais diferentes regiões, facilitando assim o acesso e a participação de todas e de todos no campo da cultura.	10.3	F, E
	Instituir políticas de incentivo à publicação e à divulgação de materiais de pesquisa e/ou materiais didáticos desenvolvidos por mestres e/ou mestras das culturas tradicionais cujas bases colaborem para a descolonização dos currículos e das práticas de ensino de artes nas escolas e nas universidades.	10.2, 10.3	F, E, M
	Incentivar a criação de empresas no setor da cultura e da arte cuja composição de profissionais seja paritariamente formada por pessoas negras, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e/ou em situação de vulnerabilidade.	10.2, 10.3, 8.3	F, E, M
	Assegurar apoio a espaços/instituições públicas ou independentes que promovam criação, difusão ou formação artística continuada das populações vulnerabilizadas.	10.3	F, E, M
	Criar e implementar ações formativas consistentes de apoio aos/as artistas das comunidades periféricas com vistas a incentivar e a incrementar sua participação nas políticas públicas para o setor das Artes e da Cultura.	10.2, 10.3	M
	Desenvolver o potencial emancipatório da cultura, com foco na diversidade dos saberes e dos fazeres coletivos e como ambição de experiências solidárias, combatendo políticas que, historicamente, vêm definindo exclusão e exclusividade para determinadas práticas artísticas e culturais.	10.2, 10.3, 10.4	F, E, M
	Reconhecer e valorizar processos criativos associados às matrizes culturais indígenas e africanas estimulando as produções culturais dos povos e comunidades tradicionais.	10.2, 10.3	F, E, M
	Garantir o direito de acesso e de participação à cultura a todas as pessoas como princípio da cidadania e da democracia.	10.3, 4.4	F, E, M
	Assegurar maior representação das pessoas socialmente vulnerabilizadas em tomadas de decisão, a fim de produzir políticas culturais mais democráticas e que atendam aos seus desejos e necessidades.	10.3, 10.6, 16.7	M

4.3.8 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Identificar e apoiar projetos culturais já existentes, reconhecendo a cultura produzida em diferentes localidades do país.	11.4	F, E, M
	Incentivar e implementar políticas para a realização de programas e projetos artísticos em cidades do interior dos estados, fortalecendo princípios democráticos de fruição das Artes e de valorização dos patrimônios culturais.	11.4	E, M
	Fomentar a participação cidadã na definição e na gestão de projetos de construção de equipamentos culturais em territórios deles desprovidos, envolvendo a comunidade local e reconhecendo a necessidade de redução do impacto ambiental negativo.	11.3, 11.6	M
	Apoiar as iniciativas interculturais e os intercâmbios artísticos destinados a promover a compreensão e a solidariedade entre diferentes comunidades culturais.	11.4	F, E, M
	Fomentar políticas de acompanhamento, cuidado e proteção dos patrimônios, a partir da educação, da conscientização e da participação das comunidades.	11.4	F, E, M
	Estimular a geração de projetos culturais e urbanos que ativem o espaço das cidades como laboratório de experimentação, potencializando processos artísticos sustentáveis, dinâmicas interculturais e meios de difusão das Artes e da Cultura.	11.3	M
	Garantir a colaboração das comunidades periféricas no planejamento e na preservação estratégica dos patrimônios.	11.4	M
	Mapear, identificar e valorizar os patrimônios materiais e imateriais como elementos fundamentais para o reconhecimento e o fortalecimento da diversidade cultural.	11.4	F, E, M
	Garantir a proteção e a promoção do patrimônio natural e cultural, bem como da diversidade étnico-racial, de gênero, artística e cultural.	11.4	F, E, M
	Valorizar os patrimônios materiais e imateriais das culturas locais como fontes para a criação e para a revitalização das memórias, indispensáveis para a consolidação democrática.	11.4	M
	Instituir políticas de salvaguarda e de proteção do patrimônio natural, material e imaterial.	11.4	F, E, M
	Estimular projetos de educação patrimonial com Arte que formem agentes das comunidades para a realização de trabalhos técnicos que atuem no sentido de preservação da biodiversidade e do meio ambiente.	11.4	M
	Promover o turismo cultural sustentável, garantindo a preservação patrimonial e ambiental e estimulando ações que dinamizem as cadeias produtivas da cultura, a exemplo do turismo comunitário.	8.9, 11.4, 12.b	E, M

4.3.9 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fortalecer políticas e medidas que integrem a cultura ao desenvolvimento sustentável de forma abrangente.	12.8, 17.14	F, E, M
	Estimular contatos e articulações de parcerias e de redes entre as organizações culturais no campo do desenvolvimento sustentável.	12.8, 12.b	F, E, M
	Estruturar e regular a economia da cultura, desenvolvendo o mercado interno e externo, a partir de modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária, o mercado de trabalho e a geração de renda.	12.8, 12.b	F
	Desenvolver políticas de inclusão e participação dos catadores nas usinas de reciclagem por meio do incentivo a projetos que envolvam diferentes atividades culturais e artísticas.	12.8	F, E, M
	Estimular políticas de regulação das plataformas digitais com a finalidade de desestimular a desinformação e fomentar o compartilhamento de dados por meio da geração de acervos públicos.	12.6	F, E, M
	Garantir o direito à consulta pública e à recuperação da informação em acervos de plataformas de mídia pública e privada.	12.6	F, E, M

4.3.10 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Articular redes que agreguem museus comunitários, ecomuseus, museus de território, dentre outros espaços de preservação e difusão do patrimônio cultural, de maneira a assegurar o direito à memória e à ação crítica acerca das alterações climáticas a diferentes grupos.	13.1, 13.3	M
	Fomentar mapeamentos e censos contínuos que comprendam e analisem a complexidade cultural dos territórios diante dos desafios das alterações climáticas.	13.1, 13.3, 13.b	F, E, M

4.3.11 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar e reabilitar espaços culturais, proporcionando investimento em áreas verdes nos teatros, praças, centros comunitários, bibliotecas, cineclubes, dentre outros, expandindo as possibilidades das populações para a fruição cultural.	15.a, 11.7	E, M
	Assegurar a proteção de espaços historicamente reconhecidos como territórios autossustentáveis como quilombos, terreiros, aldeias indígenas, entre outros.	15.a	F, E, M
	Proteger os sistemas de conhecimento tradicional e as línguas indígenas, identificando sua contribuição para a proteção ambiental e para a gestão de comunidades sustentáveis.	15.9	F, E, M
	Incorporar a dimensão territorial na implementação da economia da cultura, valorizando o enfoque regional, local, urbano e rural.	15.9, 15.a	F, E, M
	Promover políticas de financiamento a projetos que associem de modo transversal Arte, Cultura e Biodiversidade.	15.a	F, E, M
	Desenvolver atividades de treinamento em gestão ambiental, bem como programas de intercâmbio para expandir a capacidade de artistas, gestores e representantes políticos do setor cultural.	15.a	F, E, M

4.3.12 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Instituir políticas de editais públicos para gestão de equipamentos culturais e políticas de cogestão de equipamentos culturais vinculados aos territórios e às comunidades.	16.6, 16.7	M
	Estimular a criação de equipamentos culturais para encontros interculturais que relacionem práticas expositivas, projetivas, performativas de tradição ocidental a experiências sensoriais e estéticas de quilombos, terreiros, acampamentos ciganos, aldeamentos indígenas, entre outros.	16.b	F, E, M
	Fomentar a criação de museus identitários e comunitários e/ou de equipamentos culturais congêneres, que organizem estéticas, histórias e narrativas locais e que integrem a sociedade em práticas de mediação cultural, incentivando, dessa maneira, possibilidades de implementação de políticas de restituição de acervos produzidos nas periferias e nos interiores das cidades e que se encontram em equipamentos culturais localizados em outras regiões.	16.b	F, E, M
	Investir na criação e na expansão de Fóruns de Cultura e Artes que envolvam pessoas de diferentes realidades sociais e étnico-raciais visando criar espaços interculturais de diálogos, parcerias e trocas nas tomadas de decisão.	16.6, 16.7	F, E, M
	Garantir a participação democrática da sociedade, sobretudo das populações indígenas e quilombolas na elaboração dos planos de cultura nos três níveis.	16.6, 16.7	F, E, M
	Estabelecer novos arranjos institucionais e jurídicos que permitam formas inovadoras de colaboração entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil.	16.6, 8.4	F, E, M
	Instituir ou fortalecer instâncias de participação e orçamento participativo em equipamentos culturais.	16.7	F, E, M
	Implementar a formação de laboratórios colaborativos da imaginação em que artistas, agentes e gestores da cultura possam pensar e produzir estratégias em defesa da liberdade artística, contra a censura e a autocensura institucional.	16.10	F, E, M
	Instituir formas de combate à censura perpetrada, muitas vezes, pela gestão dos equipamentos culturais, pelas instituições religiosas ou por determinados setores da sociedade civil, protegendo a liberdade das artes como pilar da democracia política.	16.10	F, E, M
	Criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude por diferentes pessoas e de diferentes formas.	16.10	F, E, M
	Defender e apoiar a liberdade de criação artística e sua perspectiva experimental, disruptiva, transgressora.	16.10	F, E, M
	Incentivar a criação de bibliotecas municipais interculturais que fomentem a aprendizagem sobre a ancestralidade e estimulem ciclos de transmissão de conhecimento com ênfase em saberes afro-indígenas.	16.b	M
	Incentivar sistemas de capilarização da produção cultural e das práticas artísticas que estruturem redes distribuídas, conectando instituições, equipamentos e agentes culturais.	16.5, 16.6	F, E, M

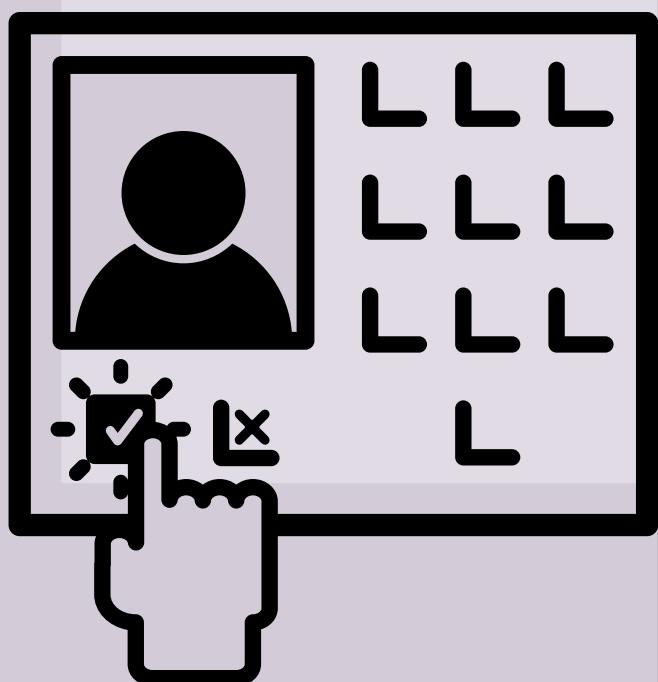
4.3.13 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Construir e consolidar políticas culturais para a cidade que mobilizem os setores público, privado e comunitário.</p>	17.17	F, E, M
	<p>Assegurar formação qualificada e continuada por meio de intercâmbios, residências e laboratórios artísticos regionais, nacionais e internacionais para gestores culturais.</p>	17.9, 17.17	F, E, M

5

EIXO

DEMOCRACIA



5.1 PREMISSAS DO EIXO DEMOCRACIA

A democracia brasileira tem sido colocada em xeque, por parcelas não desprezíveis da população. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, esta vem sendo modificada e alterada, às vezes, sob a justificativa de que ela “não cabe” no país.

Assim, o cancelamento de cláusulas sociais, trabalhistas e orçamentárias vem se tornando um processo de corrosão da constituição e, com isso, da própria democracia.

Outro processo que atua de forma corrosiva sobre a democracia é a desvinculação entre os representantes eleitos e as expectativas da população que os elegeu, entre representantes e representados. Pautas e agendas de teor relativo a interesses privados sustentadas por parlamentares e outros políticos eleitos e fragilidade do controle dos eleitores sobre seus representantes eleitos favoreceram esse distanciamento.

Por tudo isso, impõe-se a necessidade de políticas públicas no sentido de educar, informar e discutir a democracia, fundamentais no combate à sua corrosão.

5.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Revisar o processo partidário e eleitoral e os modos de financiamento das campanhas eleitorais, recuperando a legitimidade da representação política; introduzir maior transparência dos procedimentos e processos de decisão no Parlamento, especialmente no campo orçamentário.
- » Repensar o papel e o lugar das Forças Armadas na sociedade brasileira, e garantir o efetivo controle do poder civil sobre elas; combater todas as formas de violência arbitrária do Estado e do aparelho policial.
- » Recuperar o papel do Estado na indução do desenvolvimento econômico sustentável e equitativo; promover políticas públicas de qualidade voltadas para a garantia de direitos (educação e saúde pública, habitação, infraestrutura, ciência e tecnologia).
- » Estimular as formas de associação, como sindicatos e organizações comunitárias; fortalecer os movimentos sociais, tanto os organizados em torno de reivindicações de direitos (moradia, saúde, educação) quanto os movimentos sociais emergentes, tais como movimento negro, protagonismo indígena, coletivos de cultura, movimentos ligados à causa de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+), entre outros.
- » Criar mecanismos eficientes e claros de “entregas” das atividades culturais à população em geral, considerando âmbitos regionais e sociais.
- » Educar e informar a população sobre o regime democrático; compreender melhor a dinâmica política e social dos meios de comunicação eletrônica, a fim de elevar a qualidade do debate público; introduzir o ensino dos valores e do funcionamento da democracia desde a escola fundamental.

5.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRÍNSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

5.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 1 ERRADECAÇÃO DA POBREZA	Tornar as políticas de transferência de renda políticas permanentes de Estado.	F, E, M	

5.3.2 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 3 SAÚDE E BEM-ESTAR	Promover debate a respeito da lei do teto dos gastos (Emenda Constitucional 95/2016) e de sua substituição por outros mecanismos de responsabilização fiscal, que não inviabilizem a capacidade de investimento do Estado e a manutenção do funcionamento adequado dos serviços públicos.	F	
	Fortalecer o sistema público de saúde.	F, E, M	

5.3.3 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Resgatar a proposta dos fundos soberanos, a serem destinados a áreas consideradas estratégicas, como a educação (à luz das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação de 2014) e a pesquisa (reativando, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).	F	
	Garantir a universalização do acesso à escola junto com o combate à evasão.	F, E, M	
	Incorporar conteúdos e dimensões democráticas nos diferentes momentos e ciclos da educação brasileira.	F, E, M	

5.3.4 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 5 IGUALDADE DE GÊNERO	Fomentar políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e proteção dos direitos das mulheres, seja no mercado de trabalho, seja na esfera reprodutiva, seja em outras esferas sociais.	F, E, M	
	Promover o reconhecimento das demandas das organizações da sociedade civil no que concerne à promoção da igualdade e da diversidade de gênero, a fim de construir agendas que possam ser traduzidas para os programas e iniciativas dos partidos e demais instituições políticas.	F, E, M	
	Promover políticas públicas e assegurar mecanismos institucionais que garantam a promoção da igualdade e da diversidade de gênero em seus diferentes âmbitos sociais.	F, E, M	

5.3.5 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Elaborar políticas de investimento direto do Estado, voltadas para áreas da economia permeáveis ao recrutamento maciço de trabalhadores.	F, E, M	
	Propor planos de incentivo à geração de empregos estáveis, de qualidade e com remuneração digna; promover políticas de redução dos altos índices de rotatividade.	F, E, M	
	Promover reforma da legislação administrativa, civil, comercial e societária visando estimular nas empresas privadas e públicas, nacionais e estrangeiras, práticas de contabilidade e auditoria que inibam a violação dos direitos humanos em suas atividades econômicas.	F, E, M	
	Revisar a legislação trabalhista, com vistas a readequá-la ao que prescreve os capítulos sobre os direitos sociais da Constituição Federal de 1988 (CF-88).	F, E, M	
	Promover a organização coletiva dos trabalhadores, através, por exemplo, do incentivo à sindicalização.	F, E, M	
	Retomar a política de ajustes anuais do salário mínimo de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais a taxa de inflação.	E, F	

5.3.6 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar políticas industriais e de inovação que tenham como base o desenvolvimento local, a redução da pobreza e das desigualdades sociais em seus múltiplos aspectos.	F, E, M	
	Propor planos de incentivo à criação de emprego industrial, em geral mais bem remunerados.	F, E, M	
	Garantir mecanismos institucionais que estabeleçam a associação entre infraestrutura com direitos sociais, garantindo que o desenvolvimento corra junto com a democratização do acesso à saúde, educação, moradia, e à cidade.	F, E, M	
	Garantir no âmbito legislativo e nas políticas públicas o fortalecimento entre desenvolvimento tecnológico e progresso social. Vedar o retrocesso social diante da implementação de novas tecnologias, seja na esfera do trabalho, seja em outras esferas da vida social.	F, E, M	

5.3.7 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Fomentar políticas públicas que reforcem transetorialmente a Democracia como exercício responsável de liberdades fundamentais individuais e coletivas (políticas, civis, econômicas, sociais, culturais e ambientais), nos termos do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático do MERCOSUL (1998), do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL (2005), da Carta Democrática Interamericana da OEA (2001), e das diferentes Resoluções adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) desde os anos 2000, e da Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), e do Estatuto de Roma (1998).</p>		F, E, M
	<p>Incluir em editais para contratações públicas de quaisquer empresas privadas, nacionais e estrangeiras, o cumprimento dos critérios ligados ao reforço intersetorial da Democracia (exercício responsável de liberdades fundamentais individuais e coletivas – políticas, civis, econômicas, sociais, culturais e ambientais).</p>		F, E, M
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	<p>Fomentar políticas públicas que busquem melhor combinar a dimensão da Democracia como governo da maioria com a dimensão relativa à proteção dos direitos das minorias.</p>		F, E, M
	<p>Promover reformas institucionais que garantam permanente representação de grupos segregados por motivos de religião, gênero e origem étnica na administração pública direta e indireta (federal, estadual e municipal), em assuntos que afetem suas formas de vida.</p>		F, E, M
	<p>Promover reformas institucionais que garantam permanente representação de povos e culturas tradicionais nos órgãos da administração pública direta e indireta (federal, estadual e municipal), em assuntos que afetem suas formas de vida e a posse dos territórios que a CF-88 e a legislação correlata lhes atribuem.</p>		F, E, M
	<p>Promover o reconhecimento das demandas das organizações da sociedade civil na elaboração das políticas públicas que afetem seus respectivos campos de atuação; e promover o diálogo com os movimentos sociais em sua pluralidade – seja no âmbito das questões ambientais, seja no das pautas de gênero, de raça e indígenas, entre outras –, a fim de construir agendas que possam ser traduzidas para os programas e iniciativas dos partidos e demais instituições políticas.</p>		F, E, M

5.3.8 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover o reconhecimento das demandas das organizações da sociedade civil em relação ao direito à cidade. Promover o diálogo com os movimentos sociais em sua pluralidade – seja no âmbito das questões ambientais, seja no das pautas de gênero, de raça e indígenas, entre outras –, a fim de construir agendas voltadas ao direito à cidade, as quais possam ser traduzidas para os programas e iniciativas dos partidos e demais instituições políticas.		F, E, M
	Promover a capilaridade dos equipamentos públicos de saúde e educação, assim como sua inserção nos territórios, reforçando os vínculos entre os serviços que oferecem e as comunidades que neles vivem.		F, E, M

5.3.9 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover mecanismos que ampliem a participação popular nas ações governamentais voltadas ao desenvolvimento sustentável.		F, E, M
	Promover políticas de produção e consumo responsáveis voltadas para a redução da insegurança alimentar.		F, E, M

5.3.10 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Garantir mecanismos regulatórios estatais que promovam e assegurem o acesso democrático e igualitário a bens essenciais, como a água.		F, E, M

5.3.11 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular e aprofundar a capilarização das ações do Estado por meio de instâncias interfederativas, regionais e locais, assim como fóruns e plenárias que agilizem as decisões e a implementação das políticas sociais.	F, E, M	
	Promover a identificação do eleitorado com os partidos políticos, através de reforma dos mecanismos eleitorais.	F	
	Abrir amplo debate sobre o funcionamento dos mecanismos eleitorais, visando aperfeiçoar o sistema de representação em seu conjunto.	F, E, M	
	Abrir debate sobre medidas e recomendações para democratizar a vida interna dos partidos, especialmente na escolha das direções partidárias e dos candidatos majoritários e proporcionais.	F, E, M	
	Tornar o jogo político do Congresso mais transparente e afeito às demandas da sociedade, reduzindo a extrema e artificial fragmentação partidária que prevalece atualmente.	F	
	Reducir os custos das campanhas eleitorais, fixando um teto mais rigoroso para os gastos das candidaturas, a fim de tornar mais equitativa a competição por cargos públicos.	F	
	Fortalecer e fomentar vínculos e diálogos com países latino-americanos como um dos eixos da política externa brasileira, reforçando seu caráter regional e/ou continental.	F, E, M	
	Estimular o compromisso de nossa política externa com pactos multilaterais que reforcem a cooperação mútua dos países na defesa dos respectivos regimes democráticos.	F, E, M	
	Condicionar a aprovação em provas de concursos de admissão para todos os cargos públicos da administração pública, em particular os diplomáticos, ao conhecimento dos critérios democráticos.	F, E, M	
	Incluir o tema da Democracia, em seus múltiplos aspectos, nos diferentes ciclos de educação básica (infantil, fundamental e médio) e superior.	F, E, M	
	Incluir, nos diferentes ciclos da educação básica e superior, a memória crítica sobre a injustiça de regimes autoritários no Brasil e no mundo.	F, E, M	
	Promover o aprendizado e a reflexão sobre a história e as políticas que emanam de governos autoritários, bem como sobre os efeitos deletérios que a ascensão de grupos que pregam a intolerância e a violência produzem na vida democrática, tanto em âmbito nacional como internacional.	F, E, M	
	Promover a repactuação dos poderes constitucionais, nos termos de nossa Carta Magna, visando à garantia e reforço de sua separação e cooperação, assim como de sua fiscalização mútua.	F, E, M	

CONTINUA >>

CONTINUAÇÃO »

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover reformas institucionais que promovam a sujeição de todos os órgãos do Estado, inclusive e especialmente as Forças Armadas, ao poder civil e ao Estado de Direito.	F, E, M	
	Promover o fortalecimento do ministério público, visando garantir sua autonomia, como é o caso do respeito às indicações para compor a lista tríplice dos procuradores-gerais (federal e estaduais), e outras formas de proteção contra o arbitrio e interferência em seus modos próprios de funcionamento.	F, E	
	Promover a reforma da legislação eleitoral para dificultar a candidatura, eleição ou permanência em cargos eletivos de representantes e líderes partidários que adotem posturas contrárias à Lei Federal n. 2.889/1956 (sobre genocídio) e ao art. 60, §4º, da CF-88 (sobre “cláusulas pétreas”).	F, E, M	
	Promover a reforma da legislação civil e penal para imputar empresas, dirigentes e eventuais sócios por ação ou omissão relacionadas à disseminação de discursos e práticas proscritas na Lei Federal n. 2.889/1956 (sobre genocídio) e no art. 60, §4º, da CF-88 (sobre “cláusulas pétreas”); e introduzir legislação federal sobre empresas e direitos humanos, focando a responsabilidade das empresas pela observação dos direitos humanos em seus respectivos domínios de atuação.	F, E, M	
	Promover o controle das várias formas de violência exercida pelo Estado, através de seus órgãos de repressão policial, a fim de garantir efetivamente o direito à vida a todas as camadas sociais da população brasileira.	F, E, M	
	Pautar, com amplo debate, uma agenda nacional que permita examinar as questões relacionadas à segurança pública, tais como: a violência social e policial, o encarceramento em massa, as medidas extralegais de punição – especialmente em suas dimensões racializadas –, e o controle dos aparelhos coercitivos do Estado (polícias e Forças Armadas) pelos poderes civis.	F, E, M	
	Recuperar a capacidade de planejamento global do Poder Executivo em matéria orçamentária, eliminando o chamado “orçamento secreto” no Congresso e disciplinando as emendas parlamentares.	F, E, M	
	Fortalecer os mecanismos de participação social na formulação de políticas públicas, tais como fóruns e plenárias setoriais, interrompidos nos anos recentes, de modo a recompor a arquitetura institucional prevista na CF-88.	F, E, M	
	Instituir políticas para a gestão social da mídia e da internet, estimulando o debate prévio de uma agenda pública que interroga as formas de comunicação política e questões ainda pouco compreendidas, como as relações entre redes sociais, produção de dados, privacidade e seus impactos na democracia.	F, E, M	

6

EIXO

ECONOMIA



6.1 PREMISSAS DO EIXO ECONOMIA

A economia é definida como um conjunto de normas de produção, consumo e distribuição de recursos em constante transformação. Ela tem como seu centro o bem-estar da sociedade. Essas normas e o bem-estar social estão fundamentalmente integrados ao meio ambiente. Isto porque o sistema econômico depende de recursos naturais e, portanto, o meio ambiente é componente fundamental do processo produtivo e consequentemente do consumo.

Como agentes econômicos fazem escolhas de produção e consumo visando ao bem-estar privado, eles não são incentivados a considerar as consequências de suas decisões sobre o meio ambiente e a sociedade. Quando ocorre um desalinhamento entre interesses privados e sociais em economias de mercado, o mercado falha em promover o maior bem-estar social possível. São as falhas de mercado e a promoção do bem-estar social que pautam em um mundo moderno o papel do Estado e o desenho de políticas públicas para alinhar interesses privados e sociais. Tais políticas vão desde comando e controle até a criação de novos mercados, como no caso de créditos de carbono. Também importante para a relação entre economia e meio ambiente é a qualidade da informação e seu acesso por parte dos cidadãos. Isto ocorre porque a informação gera demanda por normas formais e informais de comportamento de agentes econômicos, bem como por produtos e padrões de consumo sustentáveis.

6.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Criar políticas de alinhamento de preços relativos e incentivos fiscais responsáveis onde há falhas de mercado, para que agentes econômicos tenham o incentivo de inovar, produzir e consumir de forma consistente e sustentável, com o aumento do bem-estar social.
- » Desenhar incentivos para agricultura de baixo impacto ambiental, bioeconomia, produção de energia sustentável, preservação e conservação ambiental, uso sustentável da biodiversidade, regeneração de florestas e uso racional de recursos naturais em um ambiente de fortalecimento de instituições democráticas.
- » Desenhar incentivos que promovam saneamento, preservação de mananciais, reúso de água e garantia da segurança hídrica num cenário de mudanças climáticas.
- » Desenvolver práticas de governança de empresas e órgãos públicos e privados que integrem transparência, sustentabilidade ambiental e social – práticas Environmental, Social, and Governance (ESG).
- » Propor, analisar e avaliar reformas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País, como no caso das reformas tributária, administrativa, trabalhista e previdenciária. Deve-se explorar em cada uma dessas reformas e no seu conjunto a relação entre crescimento econômico, qualidade ambiental e combate à pobreza.
- » Construir políticas públicas de promoção do capital humano e sua produtividade através de investimentos em saúde e educação. Incluem-se aqui tanto a capacidade de resposta a crises de saúde emergenciais, como a Covid-19, quanto crises de saúde insidiosas em grande escala, como aquelas associadas à obesidade, nutrição de baixa qualidade e poluição do ar e da água.
- » Promover pesquisa, ensino e difusão do conhecimento para orientar o uso eficiente de recursos, produzir novas tecnologias, fomentar a inovação e o desenvolvimento limpo.
- » Avaliar políticas públicas diversas para o seu aperfeiçoamento ou construção de alternativas para alcance dos objetivos do desenvolvimento econômico sustentável.
- » Esclarecer e analisar o papel de princípios como independência do Banco Central, equilíbrio fiscal, defesa da concorrência e respeito a contratos no crescimento econômico, qualidade ambiental, diminuição de desigualdades e promoção do bem-estar social.

6.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO FIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA FIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

6.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 	Incentivar a criação e manutenção de empregos formais e produtivos.	8.3	F, E
	Focalizar políticas de geração de emprego e renda.	8.3	F, E
1 	Aumentar a abrangência e qualidade de serviços de saúde e educação para famílias de baixa renda.	3.8	F, E, M
	Expandir e unificar programas existentes de subsídio ao emprego com foco em grupos de maior vulnerabilidade, incluindo os microempreendedores individuais.	8.3, 8.5	F, E, M
	Fomentar o crescimento econômico para que a economia possa雇用 mais trabalhadores e permitir uma alocação mais eficiente de trabalhadores.	8.1, 8.5	F, E

6.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
2 	Garantir a oferta de alimentos de qualidade nas escolas públicas, preferencialmente oriundas da produção familiar orgânica e por meio de programas de compras públicas.	2.1	E, M
	Aumentar o investimento na pesquisa e a assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar.	2.a	F, E
	Assegurar linhas de crédito específicas para produtores da agricultura rural.	8.1	F, E
	Erradicar a má nutrição relacionada à desnutrição, ao sobre-peso e à obesidade.	2.2	F, E, M
	Incentivar o associativismo e o cooperativismo, em especial entre pequenos produtores locais.		F, E, M

6.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Garantir acesso a saúde de qualidade, especialmente para as populações de mais baixa renda.	3.7	F, E, M
	Melhorar os incentivos aos profissionais de saúde, com atenção às novas demandas (envelhecimento, padrões de alimentação, poluição).	3.c	F, E
	Articular políticas de saúde pública com políticas de combate à pobreza e à poluição (prevenção e redução de custos com saúde).	3.c	F, E, M
	Promover acesso à informação sobre poluentes aos quais os cidadãos estão expostos, consequências e formas de proteção.	3.9	F, E, M
	Articular políticas de saúde com políticas de saneamento e nutrição.		F, E, M

6.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Incluir mais atividades esportivas, culturais, artísticas, cidadania, limpeza, culinária dentro do ensino básico em período integral.	4.a	E, M
	Buscar a valorização e remuneração dos professores do ensino básico dentro do ensino básico em período integral.	4.2	E, M
	Valorizar a certificação profissional, nos moldes Sesi e Senai, e oferecer bolsas de estudos remuneradas dentro do ensino médio.	4.4	E, M
	Facilitar o ingresso para todos os alunos, aumentando o número de vagas no primeiro ano dentro do ensino superior.	4.2	F, E
	Aumentar a oferta de bolsas para graduandos e pós-graduandos, premiando aqueles com desejo ou aptidão para pesquisas dentro do ensino superior.	4.3	F, E

6.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
5 IGUALDADE DE GÊNERO 	Implantar programas de capacitação de populações minoritárias devido a gênero e identidade de gênero.	5.b, 5.c	F, E, M
	Criar programas de informação e conscientização de meninos e homens sobre igualdade de gênero.		F, E, M
	Fortalecer instituições de monitoramento e punição da violência de gênero, com promoção de atendimento profissional e digno a vítimas de violência.		F, E, M
	Promover um ambiente de trabalho diverso nos setores público e privado.		F, E, M
	Promover o acesso a creches próximas a ambientes de trabalho.		F, E, M

6.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	Expandir oferta de saneamento e água potável para populações de baixa renda.	6.1	F, E, M
	Articular políticas de saneamento e oferta de água potável com política de saúde (por exemplo, priorizar a infraestrutura em áreas com piores indicadores de saúde por doenças veiculadas pela água).		F, E, M
	Promover ambiente institucional que garanta investimentos e eficiência de sistemas de saneamento e oferta de água potável.		F
	Articular políticas de saneamento e oferta de água potável com política ambiental (por exemplo, proteger áreas de mananciais, combater a poluição de recursos hídricos).	6.1, 6.2, 6.3, 6.b.	F, E, M
	Aumentar oferta de água de reúso. Incluir campanhas de informação sobre qualidade de água de reúso e sua adequação para consumo.		F, E, M

6.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular investimento público e privado em P&D para baixar custo de geração, transporte e armazenamento de energia renovável.	4.b, 4.c	F, E
	Estabelecer parcerias internacionais para financiamento de geração de energia limpa com geração de créditos de carbono.	7.a	F, E, M
	Implementar cronograma para eliminação de investimentos em novas termelétricas e de expansão de requisito mínimo de energia renovável na matriz energética.		F
	Desenvolver melhores práticas para licenciamento e monitoramento da cadeia de produção de energia renovável, abordando questões como fertilizantes, biocombustíveis e ameaças às abelhas.	7.1	F, E
	Subsidiar geração distribuída de energia para famílias de baixa renda.	7.1	F, E

6.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fornecer condições objetivas para que o jovem possa ter um ensino de qualidade.	4.2, 4.4	F, E, M
	Fomentar o primeiro emprego de jovens pelo mercado de trabalho.	8.3, 8.5, 8.6, 8.b	F, E
	Combater formas de trabalho degradantes (especialmente o trabalho escravo e o trabalho infantil).	8.7	F
	Fomentar o crescimento econômico para que a economia possa雇用 mais trabalhadores.	8.1, 8.2	F, E
	Fomentar a transição do subemprego para um emprego com proteção social.	8.3, 8.6, 8.8	F

6.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA 	Investir em infraestrutura de transporte que aumente eficiência e diminua as emissões (como ferrovias para grandes distâncias).	9.a	F, E
	Promover programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) envolvendo a indústria e a academia, especialmente em áreas onde o Brasil possa ter vantagem comparativa, como a bioeconomia.	9.2, 9.4, 9.5	F, E, M
	Promover a substituição de impostos sobre produção e folha de pagamento por impostos sobre externalidades (incentivo a inovação limpa).		F
	Promover treinamento do trabalho em ambiente de introdução de tecnologias disruptivas.	9.5	F, E, M
	Investir em ciência e tecnologia nacional com parceria internacional.	9.1	F, E, M

6.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 	Promover oportunidades de acesso, empoderamento de minorias, cotas raciais e outras políticas de inclusão social.	10.2, 10.3	F
	Criar programas de renda mínima e transferência de renda aliados a ações de educação, saúde, alimentação e saneamento.	1.3	F, E, M
	Promover políticas de tributação progressiva, além de políticas salariais e de proteção social.	10.4	F
	Incentivar a oferta de serviços financeiros e de acesso ao crédito, com taxas de juros reduzidas, para famílias de baixa renda.	8.10, 9.3	F
	Adotar ações para melhoria na qualidade do serviço público de saúde e educação, sobretudo nas áreas em que vivem a população de mais baixa renda.	3.8	F, E, M

6.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	11.2, 11.7	F, E, M
	Garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos. Urbanizar as favelas.	11.1	F, E, M
	Reducir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes. Diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.	11.5, 1.5, 3.9, 11.b	F, E, M
	Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis.	11.3, 11.b	F, E, M
	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	11.a	F, E, M

6.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Substituir impostos distorcionários (como sobre a folha de pagamento) por impostos sobre poluentes. Promover mercados de poluição (cap and trade) para viabilizar transição para produção e consumo mais limpos.		F
	Reformular normas de licitação de gastos públicos para conterem métricas de performance ambiental.		F, E, M
	Estabelecer fundos soberanos com receitas de atividades extrativas e normas de gastos de rendimentos desvinculados de despesas correntes e atrelados à promoção de capital humano, bens públicos e infraestrutura.		F
	Incentivar a formação de câmaras setoriais para identificar melhores práticas Environmental, Social, and Governance (ESG) de empresas e para relatórios de sustentabilidade de forma objetiva e para minimizar possibilidade de greenwashing.		F, E
	Promover o acesso à informação sobre poluentes tóxicos, suas fontes de emissão e suas consequências (nos moldes do Toxic Releases Inventory Program dos Estados Unidos).	12.4	F, E

6.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Criar usinas de hidrogênio a partir de usinas hidrálicas existentes, com abundância de água e uso da energia gerada.	7.2	F, E
	Promover a Agricultura Orgânica de forma gradativa, ou seja, um mixto da agricultura tradicional com outras formas mais sustentáveis. Essa ação tem que ser apoiada por políticas públicas, incentivos fiscais e tributários, mecanismos de compensação, títulos verdes, visando ressaltar a segurança alimentar como fator estratégico brasileiro.	2.4	E, M
	Implementar a cobrança de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) relativo ao saldo residual de carbono das regiões florestais do Brasil, a serem cobradas de estados e países mais desenvolvidos.		F, E, M
	Manter as árvores em pé, pois elas valem mais em pé do que deitadas. Nas regiões amazônicas, principalmente, manter e levar benefícios para as comunidades indígenas e ribeirinhas, pois são elas as verdadeiras protetoras dessas regiões. Benefícios como: escolas híbridas (virtuais e presenciais), currículos adaptados para essas regiões com assuntos específicos, faculdades com cursos temporários para gerar mão de obra nessas regiões; postos de atendimento de saúde básica e de pronto atendimento, água potável e saneamento básico, energia elétrica subsidiada e solar/ídrica, igrejas e templos, turismo, empreendedorismo, bolsas florestas e políticas de fixação dos filhos nessas comunidades.	15.1, 15.2	F, E, M
	Promover a transição para uma Pecuária Alternativa que seja menos intensiva, mas mais produtiva e eficiente, juntamente com o manejo florestal, de pesca e de caça.	2.4	E, M

6.3.14 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
15 VIDA TERRESTRE	Emitir títulos verdes, sociais e de sustentabilidade com base nas principais florestas brasileiras e ofertar no mercado nacional e internacional.		F
	Fortalecer as comunidades indígenas e ribeirinhas com serviços básicos de saúde, educação, esportes, água potável, energia, turismo e cidadania.	10.2	F, E
	Fortalecer as políticas públicas para incentivar a preservação e manutenção das florestas nativas, com benefícios financeiros ou tributários.	15.b	F, E
	Criar projetos de preservação ambiental das florestas, terras agricultáveis e biomas com base em instrumentos financeiros, tais como: <i>project finance</i> , parceria público privada (PPP), <i>blended finance</i> , <i>green bond</i> , títulos sociais e títulos de sustentabilidade.	15.1, 15.2	F, E
	Implementar Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) dos biomas e ecossistemas ambientais do Brasil com base nos benefícios para o meio ambiente (carbono, oxigênio, rios e águas etc.).		F, E

7

EIXO

EDUCAÇÃO



7.1 PREMISSAS DO EIXO EDUCAÇÃO

A educação brasileira enfrenta um estado de deterioração extremamente complexo e multifacetado. A distribuição geográfica dos problemas é bastante diversa, em parte devido ao pacto federativo, que confere aos municípios, estados e à União responsabilidades distintas. Consequentemente, ao longo do tempo, formou-se um mosaico de situações que compartilham problemas estruturais variados, como deficiências na infraestrutura, remuneração inadequada dos profissionais, currículos pouco representativos, jornadas de trabalho excessivas, entre outros.

Esse cenário é uma das consequências dos diferentes impactos desses problemas pelo país afora. Enquanto grande parte das escolas carecem de infraestrutura e pessoal qualificado, outras operam sem dificuldades, como é o caso de algumas redes de ensino municipais. Todavia, em sua absoluta maioria, as escolas públicas lidam com salas superlotadas, gestores indicados, professores contratados de forma precária e políticas curriculares e formativas inconsistentes.

A diversidade dos sistemas educacionais brasileiros resulta em uma ampla gama de perfis de estudantes, com distintas formações que, muitas vezes, são barreiras para acessar melhores oportunidades de emprego e engajamento político-social. Na educação superior a situação é semelhante: dois cenários coexistem. Enquanto as universidades públicas oferecem melhores condições de trabalho e investimentos no ensino, na pesquisa e na extensão, em grande parte das instituições privadas, que atendem o maior contingente do público estudantil, as relações se baseiam na comercialização de serviços educacionais de baixa qualidade. Apesar das diferenças, em ambos os casos, vive-se o desafio de organizar e desenvolver experiências curriculares que simultaneamente contribuam para a formação de profissionais alinhados às demandas da sociedade em relação ao trabalho (indústria, serviços etc.), à cultura e à democracia.

Há, sem dúvida, um significativo filtro epistêmico na educação, sobre tudo no âmbito universitário, o qual demanda um esforço considerável. Esse esforço consome recursos financeiros e energéticos que poderiam ser direcionados para uma educação mais igualitária, voltada para o bem-estar de cada sujeito e da sociedade como um todo. Essa realocação de recursos possibilitaria um ensino mais equitativo, visando à promoção do desenvolvimento humano e social.

7.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Mapear a diversidade geográfica da educação básica brasileira no sentido de compreender as diferenças e os processos geradores das desigualdades epistêmicas.
- » Planejar estratégias que produzam meios para regeneração e manutenção da infraestrutura educacional no Brasil.
- » Ajustar a remuneração de profissionais da educação de forma a garantir qualidade de vida e adaptações às especificidades de diferentes regiões e situações socioeconômicas do Brasil.
- » Garantir a perenidade do processo educacional desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.
- » Proporcionar, por meio do currículo escolar de todas as etapas, saberes e conhecimentos diversificados, garantindo uma visão mais ampla, crítica e profunda sobre a complexidade sociocultural e ambiental.

7.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; E F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

7.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 	Ofertar educação especial aos públicos-alvo, quilombola, indígena, profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA).	4.7	F, E, M
	Promover a alfabetização científica, midiática e informacional como eixo formativo e criativo em diferentes espaços educativos, com especial atenção às mulheres e às comunidades vulneráveis.		F, E, M

7.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 	Instituir programas de merenda escolar que apoiam a agricultura familiar promovendo práticas sustentáveis de produção de alimentos, formação de estudantes e aumento da renda dos familiares/pequenos produtores, objetivando a redução da flutuação ao redor da linha da pobreza e a segurança alimentar e nutricional.		F, E, M

7.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Ampliar a contribuição de conteúdos, vivências e conhecimentos artísticos e culturais na formação inicial docente.		F, E, M
	Incluir as escolas nas políticas de financiamento/fomento à cultura e à produção cultural.		F, E, M
	Adotar como princípio das ações educativas, dentro e fora do espaço escolar, o diálogo e a convivência democrática entre indivíduos e grupos diversificados, com seus respectivos sistemas de pensamento, códigos e formas de expressão e de produção simbólica.		F, E, M
3 SAÚDE E BEM-ESTAR 	Alinhar ações pedagógicas e educativas em Arte às características dos territórios das escolas e dos demais espaços educativos, respeitando e valorizando as experiências pessoais de estudantes, docentes e comunidades.		F, E, M
	Implementar programas de vivência cultural e iniciação artística em múltiplas linguagens e formas de expressão, das mais tradicionais às mais contemporâneas (artes visuais, música, teatro, dança, literatura, cinema, artes do corpo, entre outras), desde os primeiros anos do ensino fundamental.		F, E, M
	Promover ações que estimulem a fruição estética e o hábito de frequentar espaços museológicos, exposições, galerias de arte, teatros, auditórios, salas de cinema, saraus, concertos, feiras culturais, festivais, entre outros.	4.c	F, E, M
	Promover programas de formação docente pautados em vivências artístico-educativas relacionadas à vida cotidiana e ao mundo contemporâneo, que sejam bases para valorizar e respeitar as diferenças e as pluralidades culturais.		F, E, M

7.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover ações afirmativas que favoreçam a equidade, diversidade e inclusão e possibilitem o exercício da democracia, da cidadania e dos direitos humanos		F, E, M
	Fomentar programas de bolsas de iniciação (pré-científica, científica e tecnológica) e cursinhos preparatórios às universidades públicas.	3.7	F, E, M
	Fomentar e desenvolver ações direcionadas a transformar currículos, espaços e gestão para a promoção de escolas sustentáveis.		F, E, M
	Fomentar projetos educacionais que problematizam as questões de justiça ambiental e gestão de riscos de forma transformadora, crítica e emancipatória.	4.7, 4.c	F, E, M
	Considerar as contribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental garantindo a obrigatoriedade e as diferentes abordagens da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, incluindo os direitos ambientais.		F, E, M
	Criar e fomentar ações de valorização da carreira docente.		F, E, M
	Promover ações para ampliação de inovações didática e curricular, bem como o acesso a recursos didáticos apropriados e a ações interdisciplinares.		F, E, M
	Garantir a produção e o acesso a materiais e livros didáticos de qualidade e que possam ser recontextualizados de acordo com as características de docentes e estudantes.		F, E, M
	Fomentar o trabalho em rede entre agentes educacionais e profissionais que atuam na promoção da saúde (física e mental) e na proteção à infância e adolescência.		E, M
	Garantir a participação de docentes e representantes da gestão da educação básica nos espaços de produção de políticas públicas voltadas à educação e ao currículo.		F, E, M
	Reconhecer e valorizar as escolas como espaços de produção de conhecimento, dando visibilidade às práticas educativas, criando espaços de compartilhamento de experiências inovadoras.	4.a	F, E, M
	Promover multiletramento científico, midiático e tecnológico.		F, E, M
	Promover ações que visem investigar e problematizar questões sociocientíficas nas escolas e demais espaços educativos.	10.3	F, E, M
	Promover ações que favoreçam o ensino-aprendizagem sobre as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente nas escolas e demais espaços educativos.		F, E, M

CONTINUAÇÃO »

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar ações que promovam vivências artístico-culturais nas múltiplas linguagens, garantindo o conhecimento, a fruição e a continuidade da produção do rico e diversificado acervo artístico e cultural da humanidade.		F, E, M
	Garantir condições para a implementação efetiva das leis federais n. 10.639 e n. 11.645 na Educação Básica e promover o intercâmbio entre pessoas e grupos pertencentes a culturas diversas, colaborando com a luta antirracista e com os processos de diferenciação e identificação de estudantes, com especial atenção às culturas indígenas e afro-brasileiras.	4.c	F, E, M
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	Mapear a diversidade geográfica da educação básica brasileira no sentido de compreender as diferenças e os processos geradores das desigualdades epistêmicas.		F, E, M
	Planejar estratégias que produzam meios para regeneração e manutenção da infraestrutura educacional no Brasil.		F, E, M
	Ajustar a remuneração de profissionais da educação de forma a garantir qualidade de vida e adaptações às especificidades de diferentes regiões e situações socioeconômicas do Brasil.		F, E, M
	Garantir a perenidade do processo educacional desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.		F, E, M
	Proporcionar, por meio do currículo escolar de todas as etapas, saberes e conhecimentos diversificados, garantindo uma visão mais ampla, crítica e profunda sobre a complexidade sociocultural e ambiental.		F, E, M

7.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 5 IGUALDADE DE GÊNERO	Promover ações educativas focadas na equidade, no respeito e na diversidade.	11.6, 11.a, 11.b	F, E, M
	Fomentar ações que potencializam, em especial, mulheres e negros, para o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e valores necessários para a compreensão do papel e das funções da ciência, da cultura e da tecnologia nas sociedades democráticas.	4.5	F, E, M

7.3.6 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Priorizar projetos de energia limpa e sustentável na construção e readequação das escolas públicas, incorporando o trabalho com essa temática nos currículos escolares.		F, E, M

7.3.7 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover ações de valorização da carreira docente, englobando o aprimoramento salarial, melhores condições de trabalho, oportunidades de formação continuada e apoio institucional desde o início da trajetória profissional.		F, E, M
	Implementar obrigatoriamente e elevar anualmente o Piso Nacional dos Professores.		F, E, M
	Garantir que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	4.7	F, E, M
	Criar condições para a participação de docentes em programas de pós-graduação sem diminuição de remuneração, assegurando igualmente o reconhecimento dos títulos obtidos na evolução na carreira e no correspondente implemento salarial.		F, E, M
	Buscar o máximo cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/2014).	4.c	F, E, M
	Garantir tempos e espaços adequados de formação de docentes e de produção de material didático prévios à implementação de reformas curriculares.	4.a	F, E, M

7.3.8 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA 	Fomentar e possibilitar a realização de cursos e projetos inovadores e interdisciplinares na educação básica para o estudo dos problemas complexos da realidade.	F, E, M	
	Promover programas e políticas de financiamento para atividades nas escolas e demais espaços educativos, com ênfase na fruição e na produção científica e tecnológica de estudantes, docentes e comunidades.	F, E, M	
	Garantir infraestrutura adequada (laboratórios científicos e de informática, espaços maker, pátios cobertos, salões e bibliotecas) e recursos materiais diversificados nas escolas.	F, E, M	
	Garantir, nas escolas e demais espaços educativos, infraestrutura, condições físicas e materiais adequados ao desenvolvimento de ações em arte e cultura, apropriados às especificidades de cada linguagem, tais como: ateliês, palcos, quadras, auditórios, entre outros.	F, E, M	

7.3.9 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 	Assegurar a inclusão de temas relacionados à diversidade/diferença nos currículos escolares.	4.5, 4.6	F, E, M
	Estimular ações de integração das minorias e valorização da diversidade nas escolas, em parceria com comunidades, universidades e instituições socioculturais.	2.1, 2.3, 2.4	F, E, M
	Valorizar e formular ações para fazer das escolas públicas, centros, espaços de difusão e democratização do acesso à internet de qualidade.	4.7	F, E, M
	Assegurar o acesso da educação básica para todo(a)s o(a)s brasileiro(a)s.	3.4	E, M
	Fortalecer o papel redistributivo do Fundeb para correção das desigualdades regionais/nacionais, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização de profissionais da educação.		F, E, M
	Garantir a participação democrática da sociedade na elaboração dos planos municipais e estaduais de educação.	5.1, 5.b	E, M
	Estudar e valorizar os territórios escolares para o planejamento didático de currículos que considerem diversidades, necessidades e especificidades de escolas e comunidade.		M
	Pautar a lógica das avaliações externas na valorização do engajamento estudantil nas diferentes atividades curriculares e extracurriculares promovidas na escola.		F, E, M
	Formular ações voltadas à promoção da coexistência democrática de múltiplos modos de ser, fazer e conhecer, nas escolas e demais espaços educativos.		F, E, M

7.3.10 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Desenvolver políticas curriculares articuladas a questões globais, regionais e locais, considerando os grandes temas dos ODS como eixos transversais da educação.	4.7	E, M
	Transformar as escolas e a comunidade no seu entorno em espaços sustentáveis.	F, E, M	
	Promover ações formativas para docentes e estudantes da educação básica sobre a importância de práticas e atividades de educação ambiental no contexto escolar.	F, E	
	Promover atividades extracurriculares que transformem o cotidiano escolar em um espaço de aproximação e interação entre a escola e a comunidade.	F, E, M	

7.3.11 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fortalecer as formas de participação democrática da comunidade na escola por meio de conselhos de escola, nos conselhos municipais de educação e nas representações de estudantes no espaço escolar.	4.7	F, E, M
	Combater a evasão escolar, favorecendo programas de permanência escolar na Educação Básica, com ênfase no Ensino Médio, como forma de garantir o acesso e a permanência de adolescentes e jovens em uma educação pública de qualidade.	4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.6	F, E, M
	Promover ações de combate a qualquer tipo de preconceito (gênero, etnia, religião etc.).	F, E, M	
	Estimular processos que visem a autonomia da equipe escolar na análise e no enfrentamento dos problemas cotidianos.	F, E, M	
	Garantir a participação de docentes da educação básica e superior nos processos de construção de reformas curriculares e de produção de materiais didáticos.	F, E, M	
	Incorporar no ambiente escolar ações para debater e praticar o uso construtivo e crítico das redes sociais e da internet.	F, E, M	

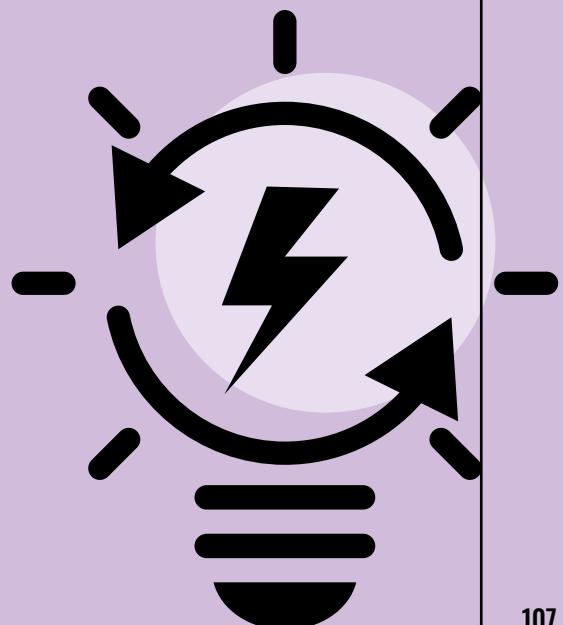
7.3.12 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Priorizar e valorizar a formação inicial docente em licenciaturas na modalidade presencial e a realização de estágios e residência pedagógica em escolas públicas.	F, E, M	
	Fomentar ações e programas de colaboração entre universidade, escolas e secretarias de educação para a formação docente (inicial e continuada), viabilizando a investigação e ação sobre os contextos e realidades educacionais.	F, E, M	
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Valorizar e incentivar programas de formação docente, como o Programa de Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, e apoiar docentes que recebem e orientam o estágio supervisionado de estudantes de licenciatura.	F	
	Garantir a participação das Instituições de Ensino Superior nas alterações das políticas públicas voltadas à formação docente.	F, E, M	
	Desenvolver ações que estimulem a cooperação entre escolas, famílias, organizações comunitárias, organizações sociais, cooperativas de artesanato e movimentos sociais, para mobilizar recursos locais e regionais que contribuam com o desenvolvimento do trabalho com arte e cultura nas escolas e nos demais espaços educativos.	F, E, M	

8

EIXO

ENERGIA



8.1 PREMISSAS DO EIXO ENERGIA

O Brasil se destaca no cenário mundial como um exemplo de aproveitamento significativo de energias renováveis. Além de uma matriz energética diversificada, com 47,4% de renováveis na oferta interna de energia em 2022 (BEN, 2023)¹, devido principalmente à energia hidráulica e à produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel), o país também apresenta uma produção robusta de energia elétrica renovável (92,1%, segundo BEN, 2023) oriunda de usinas hidroelétricas e com a participação significativa das energias eólica e fotovoltaica.

Contudo, a matriz energética brasileira também ainda apresenta uma participação importante de fontes não renováveis (52,6%, BEN, 2023). O país mantém uma produção importante de petróleo e seus derivados (35,7%), gás natural (10,5%) carvão mineral (4,6%) e urânio (1,3%), para a geração de energia nuclear. Apesar desses avanços, a crescente população e as demandas decorrentes deste aumento e também do desenvolvimento do país impõem um desafio para garantir a oferta de energia e produção de energia de forma sustentável. Isso se dá especialmente porque é preciso conciliar um projeto de crescimento industrial com a necessidade de garantir o acesso à energia de forma sustentável à população.

Como se sabe, a garantia da oferta de energia é de importância estratégica, com impacto direto na segurança nacional do país. Atividades urbanas e rurais requerem suprimento constante de energia e interrupções na oferta de energia têm impactos negativos importantes nos diferentes setores do país.

¹ Balanço Energético Nacional (BEN), 2023, Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2023>. Acesso em: 3 maio 2024.

Apesar da capacidade do Brasil em produzir e distribuir eletricidade, persistem desigualdades no acesso à energia nas regiões menos desenvolvidas. A situação é dramática no caso das populações isoladas, especialmente na Amazônia Legal, onde cerca de 3,5% da população ainda é considerada excluída do sistema energético brasileiro, sofrendo com a falta de acesso à energia. É fundamental, portanto, buscar soluções para estas desigualdades, promovendo um acesso universal e justo à energia.

8.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Ampliar e fortalecer o desenvolvimento tecnológico para produção de energias renováveis, com foco especial na biomassa, eólica e solar fotovoltaica, visando aumentar sua presença na matriz energética do Brasil.
- » Maximizar a eficiência na distribuição e consumo de energia elétrica por meio de planos inteligentes para reduzir o desperdício.
- » Avançar na consolidação da tecnologia de produção do etanol de segunda geração, biogás, biometano e biodiesel, para incrementar a produção de biocombustíveis, aumentando a eficiência agrícola e industrial dos processos de produção e reduzindo os custos envolvidos.
- » Preservar a operacionalidade do sistema nuclear e, quando viável, aprimorá-lo para ampliar sua contribuição para a matriz energética do país de forma ambientalmente sustentável.
- » Erradicar a desigualdade energética no Brasil, assegurando o acesso à energia para as populações em toda a extensão do país.
- » Desenvolver um plano estratégico para impulsionar a industrialização de forma eficiente em termos energéticos e com maior participação de renováveis, reduzindo o impacto no fornecimento de energia para outras atividades e também as emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- » Aperfeiçoar a capacitação de recursos humanos com relação à importância da energia, sua relação com a sustentabilidade e o desenvolvimento social, em todos os níveis do sistema educacional, enfatizando sua importância para o país.

8.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; E F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

8.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 ERADICAÇÃO DA POBREZA 	Estabelecer campanhas para conscientizar a população quanto ao uso racional de energia em residências e ambientes de trabalho, com foco na redução dos custos, mas também conscientizando para as questões de sustentabilidade.		F, E, M
	Desenvolver tecnologias mais eficientes e menos poluentes, com foco principal nos setores industrial e de transporte.		F
	Incentivar a regionalização e geração descentralizada de energia, visando reduzir custos de transmissão e distribuição, com principal foco nas regiões ainda não atendidas, principalmente aquelas de difícil acesso.		F
	Incentivar programas de acesso universal à energia elétrica em todo o território nacional.		F
	Aperfeiçoar a regularização da oferta de energia em comunidades ainda com acesso precário.		M

8.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Disseminar iniciativas e casos de sucesso na produção de energia elétrica sustentável e de baixo custo.	F, E, M	
	Aumentar o suporte a organizações não governamentais dedicadas a levar energia elétrica para comunidades vulneráveis.	M	
	Manter e fortalecer o programa “Luz para Todos” destinado a eletrificação rural e na região da Amazônia Legal.	F	
	Desenvolver processos de aproveitamento energético de resíduos agrícolas e de processamento agroindustrial, incluindo resíduos de madeira de reflorestamento para geração de energia elétrica para as comunidades do entorno.	M	
	Incentivar projetos e instalação com energia solar e eólica de pequeno porte para irrigação de pequenas propriedades.	M	

8.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) para desenvolvimento de tecnologias eficientes de mobilidade urbana e transporte de carga no país.	F, E	
	Facilitar e fomentar a criação de convênios entre municípios e universidades para a implementação de laboratórios de pesquisa em mobilidade elétrica e geração de energia distribuída para que soluções de sucesso possam ser implementadas em outros municípios com características semelhantes.	M	
	Fomentar programas de PDI para o aumento na oferta de fontes renováveis, visando permitir seu uso em sistemas de aquecimento, captação e tratamento, bem como de gerenciamento de água e outros serviços não disponíveis, assim como o aproveitamento de recursos energéticos, em comunidades rurais ou isoladas.	E, M	
	Aperfeiçoar programas de eficiência energética, incluindo a opção de geração de energia renovável (coletores solares, módulos fotovoltaicos, geração eólica, uso de resíduos de biomassa etc.) à população.	F	
	Ampliar os programas de universalização da energia considerando, além do atendimento de subsistência básica, a possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas e empreendedorismo locais.	7.b	F

8.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover eventos para alunos do ensino básico e médio sobre as diversas formas de energia e seus impactos na qualidade de vida de toda a população.	F, E, M	
	Disseminar os conceitos de energia renovável, visando sua introdução em todos os cursos de nível superior, incluindo tecnologias eficientes.	F, E	
	Estimular a capacitação de recursos humanos, através da introdução de jogos e atividades com temáticas visando a produção, consumo e uso racional da energia.	F	
	Desenvolver programas educacionais em todos os níveis, visando disseminar informações relativas à produção de energia com menores emissões de carbono, intensificando as ações do Programa PROCEL Educação.	F	
	Desenvolver produções educativas audiovisuais sobre energia, com enfoques na produção e no consumo, incluindo o consumo da energia na mobilidade urbana.	F, E, M	

8.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Criar bolsas de estudos nos níveis técnico, de graduação e de pós-graduação para capacitação de mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+) na área de energia, com especial apoio às pessoas de baixa renda e residentes em localidades vulneráveis.	F, E	
	Ampliar a inclusão energética e incrementar a renda de famílias residentes nos sistemas isolados, mediante a promoção da capacitação e treinamento de jovens, mulheres e LGBTQIA+ para operação de sistemas de geração autônomos e implantação de medidas de eficiência energética nestas localidades, reduzindo o uso de biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal) nas residências.	E, M	
	Ampliar os benefícios da universalização do atendimento energético e da inclusão de combustíveis limpos para coccão, incluindo nestes programas a informação para mulheres e LGBTQIA+ chefes de família sobre medidas de eficiência energética, economia de energia e seus impactos na gestão do orçamento familiar.	E, M	
	Fomentar a criação de grupos de apoio locais para trabalhar a aceitação de mulheres e LGBTQIA+ em quaisquer postos de trabalho ligados à área energética, em especial aqueles tradicionalmente dominados por homens.	E, M	
	Desenvolver campanhas para implementação de medidas e verificação de resultados mediante a medição e avaliação das medidas de inclusão energética adotadas no tocante à participação dos grupos de mulheres e LGBTQIA+.	F, E, M	

8.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar programas de PDI para desenvolvimento de tecnologias eficientes e de baixo custo para tratamento de água e efluentes.	F	
	Facilitar e fomentar a criação de convênios entre municípios e universidades para a implementação de laboratórios para teste de plantas piloto de tratamento eficiente de água e esgoto.	M	
	Promover o uso de fontes renováveis de energia em estações de tratamento de água e esgoto, em particular com o aproveitamento de resíduos do processo.	E, M	
	Fomentar programas de PDI para desenvolvimento de tecnologia para uso de biogás produzido nas estações de tratamento de esgoto para cogeração de energia e outros usos para estações de tratamento de esgoto.	F, E, M	
	Viabilizar o tratamento de água e esgoto em todos os municípios do país disponibilizando a infraestrutura necessária inclusive em localidades remotas.	F, E, M	

8.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estabelecer e expandir políticas de incentivo à geração de energia renovável, inclusive práticas de eficiência energética, aproveitando o potencial de fontes primárias de energia em cada região, tais como resíduos sólidos, biogás e demais biomassas disponíveis nos vários municípios, assim como o potencial eólico, solar e hidroelétrico.	F, E, M	
	Integrar agências reguladoras, órgãos de monitoramento e controle, setor produtivo, centros de pesquisa e universidades para estabelecimento de agendas conjuntas em relação às rotas de desenvolvimento estratégicos em relação à energia e seu uso. Intensificar o suporte a programas de inovação na área de energia, tais como os atuais PDI Aneel, ANP, CT-Energ, Finep e Lei do Bem.	F, E	
	Garantir o atendimento energético em todo o território nacional, melhorando a qualidade de fornecimento de energia, em particular nos sistemas isolados e zonas rurais.	F	
	Desenvolver políticas públicas visando o equilíbrio entre custos, encargos e valor final dos insumos energéticos nos seus vários usos, tais como iluminação, bombeamento de água, transporte e mobilidade, cocção etc., visando o atendimento à população de baixa renda.	F	
	Discutir com a sociedade a opção de mudança no paradigma na geração nucleoelétrica de grandes usinas para múltiplas usinas baseadas em pequenos reatores modulares e microrreatores.	F	

8.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Incentivar a descentralização e diversificação da matriz energética visando a criação de postos de trabalho relacionados a tecnologias de geração regionalizada.	F, E	
	Recompor o quadro de funcionários dos institutos de pesquisa ligados à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).	F	
	Estimular projetos de infraestrutura na área de energia, como parques eólicos, biomassa, solares e os reatores de Angra 3 e do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).	F, E	
	Disseminar a capacitação de recursos humanos, em particular através de cursos técnicos na área de tecnologia de energia em todo o território nacional, visando ampliar o conhecimento no uso de fontes renováveis de energia e qualificar as populações locais para os empregos a serem gerados com a diversificação da matriz energética.	F, E, M	
	Recomposição do quadro de funcionários de universidades e institutos de pesquisa.	F, E	

8.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover a integração energética com os países vizinhos para aumentar a disponibilidade e resiliência energética dos sistemas elétricos.	F	
	Ampliar os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento para o setor de energia, em especial aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e fundos setoriais CNPq, tal como FAP, valorizando as parceiras entre o setor público, universidades, centros de pesquisa e as empresas.	F	
	Subsidiar e capacitar a sociedade, em especial o setor elétrico, de petróleo e gás natural para as mudanças de paradigma decorrentes da ampliação da geração distribuída e da introdução de novas opções para a mobilidade, como veículos híbridos flex, a hidrogênio e elétricos, incluindo biocombustíveis. Estas ações devem abranger os setores de pesquisa, ensino, regulatório e técnico pertinentes.	7.b	F
	Criar políticas para ampliação da geração distribuída, considerando empresas de menor porte sem acesso à rede ou com demanda reprimida, bem como para redução da dependência de fontes energéticas mais poluentes.	7.b	F
	Mapear e incentivar a criação de uma cadeia produtiva nacional para lidar com os novos desafios da indústria da mobilidade elétrica, armazenamento de energia, biocombustíveis e geração distribuída.	F, E, M	

8.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar programas de PDI para aumento da presença de fontes renováveis em todos os níveis de capacidade, do pequeno ao grande produtor.	F, E	
	Fomentar programas para permitir o uso de sistemas de aquecimento, captação e tratamento de água e esgoto, bem como outros serviços em comunidades rurais ou isoladas, incluindo o uso de fontes renováveis.	F, E, M	
	Fomentar programas de PDI para desenvolvimento de tecnologia de gerenciamento de recursos energéticos em comunidades de pequeno e médio porte.	F, E, M	
	Oferecer junto aos programas de eficiência energética a possibilidade de geração de energia (coletor solar, painel fotovoltaico, geração eólica, biomassa etc.) por fontes renováveis à população.	F, M	
	Ampliar os programas de universalização da energia, considerando, além do atendimento de subsistência, o fomento de atividades econômicas e empreendedorismo.	7.b	F, M

8.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estabelecer e expandir políticas de incentivo à oferta de energia renovável em centros urbanos.	M	
	Discutir e incentivar programas de mobilidade urbana com baixo impacto ambiental e menores emissões de gases de efeito estufa (GEE).	M	
	Intensificar os programas de eficiência energética e consumo consciente de energia; criar mecanismos para promover a modicidade de custos da energia elétrica e de transporte para a população de baixa renda.	F, E, M	
	Integrar agências reguladoras, órgãos de monitoramento e controle, setor produtivo, centros de pesquisa e universidades para estabelecimento de agendas sobre as rotas de desenvolvimento estratégico em relação à energia e seu uso.	F	
	Garantir a operação confiável do sistema elétrico considerando alto índice de penetração de geração, distribuição e potencial introdução da mobilidade elétrica.	F	

8.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Estimular a reciclagem, o descarte adequado de resíduos e materiais provenientes de diferentes processos. Criar campanhas de conscientização e promover a economia circular.		F, E, M
	Discutir e implementar com a sociedade (setor produtivo, consumidores, centros de pesquisa e de governo) programas educativos sobre uso racional de recursos energéticos e melhoria do meio ambiente.	8,4	F, E, M
	Integrar agências reguladoras, órgãos de monitoramento e controle, setor produtivo, centros de pesquisa e universidades para estabelecimento de rotas de desenvolvimento estratégico em relação à energia e seu uso.		F, E
	Fomentar programas de PDI para desenvolvimento de tecnologia de gerenciamento de recursos energéticos em comunidades de pequeno e médio porte.		F, E, M
	Discutir políticas de inserção de novos serviços no setor de energia para tratamento das questões de eficiência energética, qualidade de energia, comerciais e de meio ambiente.		F

8.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Incentivar o aumento de fontes renováveis na oferta de energia, por meio de projetos inovadores para superar eventuais barreiras técnicas e regulatórias, visando aumentar sua participação na matriz energética brasileira.		F
	Discutir a implementação de pequenas usinas nucleares para geração de energia elétrica com baixas emissões de gases de efeito estufa. Essa ação deve ser precedida de pesquisa, desenvolvimento e de processo de informação visando analisar a percepção da sociedade sobre as características e a segurança dessa forma de geração de energia elétrica.		F
	Investir no aumento da eficiência dos atuais motores à combustão interna movidos a biocombustíveis, em especial o biogás, e também intensificar as pesquisas sobre biocombustíveis tanto para transporte terrestre quanto para aéreo. Etanol como fonte de energia primária para células combustíveis através do hidrogênio verde.	F, E	
	Investir em infraestrutura adequada para a descarbonização da frota de veículos leves, de transporte rodoviário e de carga, focando os veículos híbridos-flex (utilizando biocombustíveis) no curto prazo e, no médio e longo prazo, nos veículos elétricos e a hidrogênio. Essa infraestrutura deve compreender o planejamento sobre a localização de postos de recarga, os quais precisam ser associados a fontes renováveis e a sistemas de armazenamento de energia para não sobrecarregar o sistema de geração e de distribuição de energia elétrica.	F, E, M	
	Incentivar a continuidade dos estudos já existentes sobre as tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono, bem como criar regulamentação e segurança jurídica para comercialização dos créditos de carbono decorrentes e a exploração dessa atividade no país. Incentivar a continuidade do Programa RenovaBIO.	F	

8.3.14 ODS 14: VIDA NA ÁGUA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estruturar políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, buscando reduzir seus impactos nas populações que vivem em regiões vulneráveis e demais impactos ambientais, como a mudança de regimes de rios e impactos na agricultura e nos aquíferos, incluindo obras de contenção em portos marítimos e fluviais, além do aproveitamento de energias renováveis nos portos.	11.b, 1.5, 14.2	F, E, M
	Fomentar o desenvolvimento e melhor aproveitamento do modal de transporte em rios e costas marinhas e explorar novas possibilidades de logística nos oceanos para transporte internacional de bens e mercadorias, tendo em vista que o uso da energia no setor de transporte é o maior responsável pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE).		F, E
	Fomentar programas de PDI para o melhor aproveitamento de energias de oceanos, marés e rios, tais como das energias hidrocinéticas (correntes de águas em rios e oceanos, energia das ondas, diferenciais de temperaturas e de altura das marés); bem como das tecnologias de geração de energia eólica off-shore e da geração fotovoltaica sobre corpos de água. Analisar os impactos decorrentes destas opções na vida marinha.		F, E
	Fomentar programas de PDI para captura e estocagem de CO ₂ em reservatórios de petróleo, especialmente naqueles que atingiram o final de sua vida útil, bem como de geração de hidrogênio verde obtido com fontes renováveis e fonte azul, aproveitando a oportunidade de uso do gás natural (GN), associado nos reservatórios off-shore.		F, E
	Estabelecer uma legislação rigorosa para o descomissionamento de plataformas de petróleo em meio marinho, facilitando ao mesmo tempo seu reaproveitamento para outras atividades, como o estabelecimento de postos de pesquisa avançados no mar; bases para lançamento de satélites e foguetes; e o seu aproveitamento para geração de renda com turismo sustentável, entre outros usos adequados dessas estruturas que atingiram o final de sua vida útil.		F

8.3.15 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Aperfeiçoar a legislação ambiental nos níveis municipal, estadual e federal, incluindo separação, reciclagem, aproveitamento energético e descarte adequado dos resíduos finais, considerando os resíduos urbanos e industriais.	F, E, M	
	Desenvolver programas de capacitação de recursos humanos, visando a reciclagem e descarte adequado de resíduos pela sociedade.	M	
	Aperfeiçoar a legislação para controle no uso da terra, evitando desmatamento e a desertificação, e incentivando o uso adequado do solo, com a conservação de ecossistemas, visando à manutenção da biodiversidade.	15.1, 15.3	F, E, M
	Desenvolver programas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico visando o adequado uso da terra, incluindo incentivos aos estudos já em andamento sobre o conteúdo de carbono no solo e a implementação de corredores biológicos para conservação da fauna.	F	
	Aperfeiçoar os estudos sobre impacto ambiental, em particular sobre o uso da terra, provocado pelos projetos de geração de energia, incentivando melhores práticas para o desenvolvimento sustentável.	8.4	F, E, M

8.3.16 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Ampliar os canais de comunicação entre consumidores e empresas prestadoras de serviço, visando aprimorar a percepção pública dos diferentes processos energéticos.	F	
	Promover o aprimoramento da regulação e fiscalização no setor energético, garantindo preços finais adequados para a sociedade e evitando que eles sejam excessivamente elevados, praticados por oligopólios e cartéis atuantes no fornecimento da cadeia de energia nas suas mais diversas formas.	F, E, M	
	Aprimorar os mecanismos de contratação nos leilões de energia elétrica, visando promover melhores preços visando a competitividade do país, bem como acelerar o processo de modernização deste setor.	F	
	Analizar e discutir as estruturas existentes de mercado nos segmentos de petróleo, gás e biocombustíveis, visando ampliar a competição sempre que possível, como forma eficaz de garantir preços finais mais reduzidos para a sociedade.	F	
	Especificar a diferença entre contribuinte e consumidor nas áreas de energia de forma que contribuintes não subsidiem aqueles consumidores que não necessitam de subsídios, sejam estes de combustíveis ou de energia elétrica.	F, E	

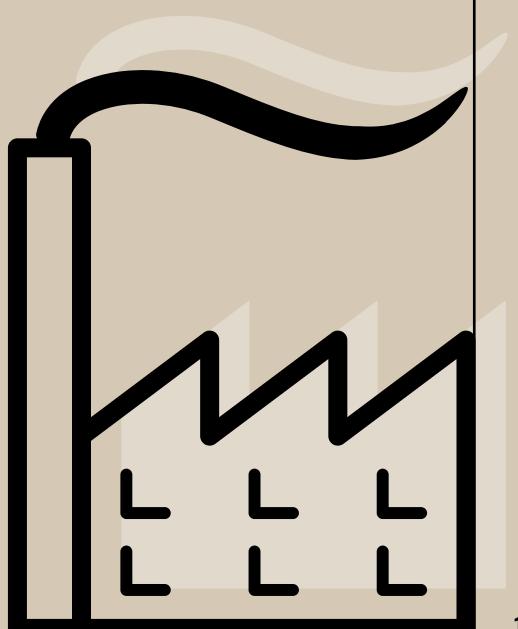
8.3.17 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Promover a capacitação de recursos humanos no país por meio do fortalecimento/criação de escolas técnicas, de grupos de pesquisa e/ou de trabalho para estudar e desenvolver tecnologias e regulamentação relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando interação com iniciativas de sucesso implementadas internacionalmente.	9.5, 4.7, 17.9	F
	Discutir e aumentar programas permanentes de cooperação internacional focando o desenvolvimento sustentável, aproveitando-se de acordos e blocos econômicos dos quais o Brasil já é integrante, tais como Mercosul e BRICS.		F
	Fornecer incentivos financeiros para o desenvolvimento de projetos de inovação em empresas, ligados à sustentabilidade e que envolvam parcerias com a indústria e estimulem a criação de novos modelos de negócio.		F
	Buscar recursos financeiros em organismos internacionais e empresas do setor elétrico brasileiro para fornecer energia elétrica até localidades isoladas do Sistema Interligado Nacional, para promover o desenvolvimento econômico e social dessas localidades (exemplo: Internet, serviços bancários, acesso à informação etc.).		F
	Criar um fundo setorial de natureza transversal para financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável.		F

9

EIXO

INDÚSTRIA



9.1 PREMISSAS DO EIXO INDÚSTRIA

Sem a indústria nada funciona. Não há inclusive como obter serviços e produtos dos quais depende diretamente o nosso bem-estar. Todo e qualquer serviço – inclusive a Internet e a rede de celulares – depende de equipamentos e produtos industriais. Os ambientes são construídos tanto para moradia como para transporte, saúde, produção de energia e de alimentos.

No entanto, devido à globalização, a indústria brasileira encolheu, afetando a produtividade, derrubando salários e causando dependência em áreas importantes. Vimos isso durante a pandemia, quando o Brasil precisou recorrer à indústria internacional para obter itens que vão de remédios, passando por máscaras e até imunizantes. Apesar de termos iniciado uma indústria de vacinas, incluindo alguns insumos, não estávamos preparados.

A competitividade da indústria e sua capacidade de atender demandas sociais está intimamente relacionada à inovação permanente. Nesse quesito, o Brasil se distancia dos países avançados, tornando-se cada vez mais consumidor e menos produtor. Esta é uma das causas de o setor industrial brasileiro estar decadente nas últimas décadas.

A indústria é um dos pilares centrais da sociedade. É o setor que paga os maiores salários, gerando um importante impacto social. Por outro lado, a produção industrial demanda recursos materiais, água e energia, provocando impactos no meio ambiente, incluindo os gases de efeito estufa (GEE). Assim, para ser competitiva a indústria precisa ter baixo impacto ambiental, especialmente de baixo carbono, devendo ser uma das ferramentas para enfrentar as mudanças climáticas.

O Brasil precisa se reindustrializar. Mas deve fazê-lo de forma inclusiva, fomentando indústrias de diferentes setores da economia, como bioeconomia, agricultura & pecuária, alimentos, fármacos & cosméticos,

computação e indústria pesada. O esforço deve ser na direção de criar uma estrutura que permita a diversidade industrial, que explore as vantagens competitivas em nível global e que também responda a demandas por produtos necessários à população.

9.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Elevar a interação empresas-governo-academia-sociedade a novos patamares, quebrando velhas soluções que deixaram um legado de desindustrialização do Brasil.
- » Estabelecer mecanismos para que, em um diálogo constante entre os diferentes atores da sociedade, o Brasil desenvolva um modelo de reindustrialização inclusiva. A universidade precisa estar no centro desse diálogo, com propostas baseadas no conhecimento científico e com capacidade de ouvir e se reinventar para atender demandas.
- » Ver a reindustrialização como um projeto de Estado, o que exigirá esforço de longo prazo capaz de sustentar uma indústria ancorada na inovação contínua, que depende da pesquisa e da integração entre indústria e academia. A universidade tem papel fundamental.
- » Aperfeiçoar e acelerar a formação de recursos humanos para a indústria em todos os setores, explorando os meios (universidades, escolas técnicas etc.) já disponíveis. Estes recursos humanos precisam estar capacitados para atender às necessidades da indústria do futuro, em permanente transformação. Nesse sentido, o processo de reindustrialização está ancorado na ciência e só pode ocorrer atrelado a projetos sérios de educação.
- » Desenvolver modelos inovadores capazes de fomentar a criação de startups *deep-tech* a partir dos resultados das pesquisas avançadas, adequadas à realidade do cenário brasileiro, é um desafio a ser enfrentado pela universidade, governo, empresas, *venture capital* com criatividade e originalidade.
- » Disponibilizar e aumentar o apoio à pesquisa científica e tecnológica, tanto na indústria quanto na academia, pois indústria sustentável depende de fluxo constante de inovação *deep-tech*, que exige base tecnológica, recursos humanos especializados, laboratórios sofisticados e investimentos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) elevados e de longo prazo. Isto requer fortalecer

agências financiadoras de pesquisa e de tecnologia, como a Finep, CNPq, FAP e a Embrapii, bem como cobrar agendas específicas com metas. A indústria mundial se ancora no desenvolvimento tecnológico, que é exponencial e totalmente dependente da produção de conhecimento.

9.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇá-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

9.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 ERADICAÇÃO DA POBREZA 	Assegurar o crescimento de uma indústria mais competitiva e atenta aos desafios atuais e com padrão de desenvolvimento que incorpore a agenda de enfrentamento da desigualdade, a desigualdade de classe, de gênero, a racial, que exclui as pessoas de um padrão de consumo.	9.2	F, E
	Estimular políticas de inovação com foco em novas tecnologias industriais que respeitem o meio ambiente e auxiliem no desenvolvimento econômico e social do país.	9.2, 9.5	F
1 ERADICAÇÃO DA POBREZA 	Priorizar as políticas públicas voltadas para tratar a pobreza como parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social e não só a questão da justiça social.	F, E, M	
	Fortalecer as instituições e cadeias de inovação e voltando essas cadeias para o mercado, de forma a desenvolvê-las economicamente.	F	
	Acompanhar o impacto de políticas públicas voltadas para novas tecnologias na trajetória do emprego de trabalhadores, criando incentivos jurídicos, normativos e financeiros de forma a mitigar o efeito negativo esperado das tecnologias atuais sobre o corte de pessoas e custos.	F	

9.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Elaborar políticas públicas direcionadas à erradicação da fome, garantindo o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.	2.1, 2.2	F, E, M
	Propor políticas de combate à pobreza incentivando a geração de emprego na indústria, focando, prioritariamente, na mitigação dos impactos da entrada de novas tecnologias no emprego das populações mais pobres.		F, E
	Incentivar o crescimento de indústria alimentícia atenta às questões de saúde pública e às ameaças ao meio ambiente.		F
	Criar políticas voltadas ao aumento da produtividade agrícola e focada em melhorar as condições de vida e renda dos pequenos produtores de alimentos, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, considerando tanto a produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto o seu desenvolvimento socioeconômico, privilegiando mulheres chefes de família.	2.3, 2.4, 2.a	F

9.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Elaborar um diagnóstico inicial da situação brasileira no que diz respeito ao setor industrial ligado à saúde, avaliando capacidade produtiva, necessidades e distribuição.		F
	Incentivar políticas públicas com foco na inovação e na pesquisa capazes de atender a capacidade produtiva de insu- mos, matérias-primas, vacinas e produtos industriais para prover a área de saúde pública.	9.5	F
	Incentivar políticas públicas com foco na inovação e na pesquisa para o estudo de viabilidades de fontes renováveis para permitir suprir potenciais crescimentos da indústria ligada à saúde.		F
	Diminuir as mortes associadas à poluição urbana gerada por veículos. Criar condições para o desenvolvimento de setor industrial focado em produzir alternativas menos poluentes para o meio ambiente.	3.9	F, E, M

9.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover políticas públicas voltadas para jovens brasileiros, que nem estudam nem trabalham, a fim de reduzir o percentual daqueles que vivem nessa situação, incorporando-os a um sistema que promova educação de qualidade e trabalho digno.	F, E, M	
	Promover ações de valorização da carreira docente englobando desde a melhoria de salário, das condições de trabalho, da formação continuada e do apoio institucional ao início da carreira. Promover a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos que respeitem as tradições e os saberes das comunidades do campo, dos quilombolas e dos indígenas.	F, E, M	
	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento humano para os diferentes grupos.	4.6	F, E, M
	Implementar políticas públicas que assegurem que crianças e adolescentes brasileiros alcancem níveis básicos de proficiência em português, leitura e matemática, segundo critérios internacionais.	4.7, 4.5, 4.1, 4.2	F, E, M
	Promover educação de qualidade com foco nas oportunidades e nos desafios do meio ambiente, da sustentabilidade e do desenvolvimento humano.	F, E, M	

9.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Construir indicadores adequados à sua mensuração, incentivando a visibilidade quantitativa desses grupos que se encontram em situação de maior desigualdade no Brasil e mais sujeitos à condição de pobreza e precarização do trabalho.	4.2	F
	Oferecer bolsas de estudos para alunos do ensino médio, nos níveis técnico, graduação e pós-graduação para formação de mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+) com especial apoio às de baixa renda, mães chefes de família, meninas e residentes em localidades mais pobres.	F, E, M	
	Reducir a desigualdade educacional entre os gêneros, a discriminação de gênero, o trabalho infantil feminino, a exploração sexual de meninas.	F, E, M	
	Desenvolver e monitorar a aplicação de arcabouço legal para promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo, cor, religião.	F, E, M	
	Criação de políticas para oferecer capacitação de mão de obra e empregos na indústria para mães chefes de família.	F, E, M	

9.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em parcerias com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e municípios, para incorporar nos currículos disciplinas orientadas para questões globais e locais, considerando os grandes temas dos ODS como eixos transversais do crescimento econômico e industrial.	9.2	F
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	Facilitar e fomentar a criação de convênios entre municípios e governo federal, no âmbito de programas ligados a universidades e de convênios do MCTI para a implementação de projetos de melhor uso da água e de recursos naturais.		F, E, M
	Estimular programas de parcerias entre governos e empresas privadas de forma a expandir experiências com fontes de energia renováveis, tais como a fotovoltaica, e procurando conectar comunidades isoladas do norte do país.		F, E
	Criar mecanismos de incentivo ao desenvolvimento das indústrias comprometidas com uma sociedade mais sustentável e que ajam cooperativamente com os gestores locais em todos os municípios do país, disponibilizando a infraestrutura básica necessária para a sobrevivência da população.	9.2, 9.4	F, E, M

9.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Políticas públicas de incentivo à conservação de energia de forma a reduzir o consumo de energia fóssil e estimular o uso de novas formas de energia com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa.		F
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 	Desenvolver estudos e pesquisas a fim de promover o acesso da população de baixa renda aos serviços de energia elétrica e o provimento de serviços essenciais.		F, E, M
	Focar uma política governamental que assegure a independência energética no Brasil, privilegiando a criação de instrumentos legais de incentivo à geração descentralizada de energia por fontes renováveis, utilizando as diferentes formas e possibilidades que o país tem de gerar energia, incentivando a eficiência energética, criando postos de trabalho na área e capacitação de mão de obra.	8.2	F

9.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Políticas direcionadas à melhoria no setor industrial com foco no incremento da produtividade, crescimento do setor, crescimento econômico e aumento da renda per capita.	F	
	Mobilização a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para políticas que visem o crescimento da indústria no país.	F	
	Criar mecanismos através de políticas públicas para que, mesmo com mais desenvolvimento da tecnologia, haja preservação de postos de trabalho ligados ao setor, uma vez que o Brasil é o segundo país que mais criou empregos em energias renováveis.	F	
	Criar cursos técnicos em setores com alto potencial de crescimento da indústria, como na área de indústria fotovoltaica. Promover treinamento e capacitar recursos humanos para construir placas solares e instalação de pequenas usinas de abastecimento de energia solar, seja para comunidades isoladas, seja para condomínios.	F, E	
	Criar políticas públicas que, mesmo em meio ao surgimento de novas tecnologias, priorizem a manutenção dos empregos, do trabalho digno e das condições de sobrevivência de trabalhadores.	F, E	

9.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Propor políticas de diminuição da tributação para setores que podem acelerar o crescimento da indústria, diminuindo o custo Brasil e a taxa de juros.	9.2, 9.4	F
	Estabelecer cooperação com entidades e empresas nacionais e internacionais que identifiquem os seguintes requisitos: fabricação em grande quantidade, com o custo mais baixo e com baixa emissão de carbono e diminuição do desmatamento.	F	
	Preparar para a transição energética; reindustrializar o Brasil em novos patamares, em direção à agenda verde, sustentável e preocupada com as gerações seguintes.	F, E, M	
	Preparar os setores de pesquisa, ensino e desenvolvimento de forma a lidar com os novos desafios da indústria 4.0, incluindo a atenção e formas de preservação do emprego de grupos mais pobres e com menor qualificação.	F	
	Criar alternativas de financiamento e estímulo à produção industrial não predatória. Um plano focado na indústria, tal como foi feito no setor do agronegócio nos últimos anos.	F	

9.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Fomentar programas que preparem as pessoas para o trabalho de uma indústria digital.	F	
	Promover negócios sustentáveis, articulados via governos, com a finalidade de promover entre a população carente valores e benefícios sustentáveis, abrangendo princípios econômicos, sociais e ambientais da sustentabilidade nas atividades desenvolvidas podendo, ao mesmo tempo, gerar oportunidades empreendedoras para pessoas.	F	
	Pensar a agenda social, econômica e ambiental como instrumento para organizar políticas de enfrentamento à fome e tendo bancos públicos, como o BNDES, no centro dessas ações.	F	
	Criar políticas públicas que privilegiam as mulheres chefes de família e as meninas, amparando educacionalmente e na inserção em postos de trabalho dignos.	F, E, M	
	Incentivar programas de inclusão de mulheres e outros grupos minoritários na vida acadêmica e em grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação das universidades públicas.	F, E, M	

9.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Promover políticas de incentivo via MCTI, governos locais e empresas para estudos para transição do sistema elétrico de forma a viabilizar, no setor da indústria, alternativas mais sustentáveis para a produção e a geração de energia renovável, priorizando o atendimento de centros urbanos e localidades isoladas.	F	
	Desenvolver e incentivar a promoção de políticas que visem a mobilidade da população e que estejam preocupadas com a sustentabilidade ambiental.	F, E, M	
	Promover ações afirmativas que favoreçam a equidade, diversidade e inclusão e possibilitem o exercício da democracia, da cidadania e dos direitos humanos, ferramentas fundamentais para a compreensão de seu papel na busca da sustentabilidade socioambiental.	4.7	F
	Integrar agências reguladoras, órgãos de monitoramento e controle, setor produtivo, centros de pesquisa e universidades para estabelecimento de agendas em relação às rotas de desenvolvimento estratégico em relação à energia e seu uso.	F	
	Preparar o país para a transição energética, reindustrializar o Brasil em novos patamares, em direção à agenda verde.	F	

9.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular o desenvolvimento econômico de forma a ter um melhor uso de recursos naturais, por meio de novos modelos de negócios e da otimização nos processos de fabricação com menor dependência de matéria-prima.	F, E, M	
	Discutir e implementar novas formas de produzir e comercializar produtos para garantir o uso e a recuperação inteligente dos recursos naturais.	8.4	F, E
	Ampliar a articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para estruturação de uma indústria 4.0.		F
	Aperfeiçoar, através de campanhas e políticas públicas direcionadas a diferentes setores da sociedade, o sistema econômico atual visando um novo relacionamento com os recursos naturais e sua utilização pela sociedade.		F
	Priorizar a utilização de insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis		F

9.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Retomar o protagonismo na discussão global na área ambiental utilizando universidades, centros de pesquisa e o desenvolvimento de políticas de inovação.		F
	Investir por meio de projetos inovadores para superar eventuais barreiras técnicas, regulatórias, de infraestrutura e transporte de forma a subsidiar o setor industrial.	9.2	F
	Desenvolver políticas públicas que amparem regiões mais pobres para se adaptarem às mudanças climáticas com programas de financiamento e de justiça ambiental.		F
	Promover o debate entre os setores da indústria sobre a necessária mitigação das mudanças climáticas e a transição global para um modelo energético mais sustentável.		F, E

9.3.14 ODS 14: VIDA NA ÁGUA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Aperfeiçoar estudos de impacto socioambiental para acelerar o crescimento nos próximos anos de indústrias solares para abastecer regiões isoladas que ainda utilizam o diesel, procurando sempre as melhores práticas para manter o desenvolvimento sustentável.		F
	Desenvolver políticas e regulações ambientais relacionadas ao crescimento da indústria, preocupando-se concomitantemente com a sustentabilidade da vida na água, tanto em meios marinhos quanto aquático-terrestres.		F
	Garantir o uso sustentável e a manutenção da biodiversidade de oceanos, mares e rios através de programas de pesquisa e desenvolvimento.		F
	Ampliar programas de atendimento a comunidades carentes que tiram seu sustento dos meios marinhos e aquático-terrestres e fomentar negócios sustentáveis.	14.7, 14.2	F, M

9.3.15 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Desenvolver e aperfeiçoar a legislação ambiental ligada à indústria nos níveis municipal, estadual e federal, estimulando o desenvolvimento de pesquisas e inovação que colaborem para a qualidade da vida terrestre.		F, E, M
	Desenvolver e incentivar políticas públicas de inovações voltadas para a produção de soluções competitivas e resilientes às mudanças climáticas.		M
	Punir o desmatamento ilegal nos biomas brasileiros, estimulando o reflorestamento e o manejo sustentável do meio ambiente, inserindo e dando responsabilidade ao setor industrial sobre essas ações.	15.1	F
	Oferecer segurança jurídica e institucional, estimulando fontes de recursos financeiros para ações no âmbito da indústria que estimulem o uso adequado da terra e a conservação da biodiversidade.		F

9.3.16 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Propor, via MDIC, um debate para proposição de uma política pública industrial que desempenhe um papel no desenvolvimento social e econômico do país.	F, E	
	Promover o aprimoramento da regulação e fiscalização em áreas que contribuam para o desenvolvimento industrial de forma a estimular a cooperação entre governos e empresários do setor.	F	
	Aprimorar os mecanismos regulatórios que incentivem a industrialização e o crescimento sustentável da economia brasileira	F	

9.3.17 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular o desenvolvimento ambiental, econômico e social, a redução das desigualdades sociais locais e regionais, a educação, o desenvolvimento de conhecimentos e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis em regiões pobres do país.	9.5, 4.7	F, E
	Criar incentivos jurídicos e financeiros a indústrias e empresas que foquem o desenvolvimento sustentável, o compromisso com o meio ambiente e o respeito às diferentes desigualdades brasileiras.	F	
	Incentivar a capacitação de recursos humanos nacionais por meio de acordos de cooperação internacional em parceria com centros de pesquisa e universidades brasileiras.	F, E, M	
	Estimular a relação entre setor produtivo, universidades e centros de pesquisas, nacionais e internacionais, que fomentem práticas de desenvolvimento econômico com sustentabilidade.	15.1	F

10

EIXO

MEIO AMBIENTE



10.1 PREMISSAS DO EIXO MEIO AMBIENTE

As questões ambientais se tornaram centrais em quaisquer das ações de políticas públicas consideradas. Os impactos das mudanças climáticas globais já se tornam evidentes, afetando não somente o clima, mas a economia e a saúde das pessoas. As ciências evoluíram vertiginosamente no mundo e particularmente no Brasil, que hoje é um dos países centrais tanto na produção de conhecimento na área quanto na sua aplicação.

Programas de estudos da biodiversidade avançaram muito no país nas últimas décadas, e ainda que não seja o suficiente e necessitarmos de mais pesquisa científica, já é possível, em várias subáreas das ciências ambientais, aplicar os conhecimentos para políticas públicas embasadas. Os grandes desafios que se apresentam são: o desmatamento, os impactos da degradação ambiental sobre a saúde, a falta de controle e prevenção/adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, as mudanças ambientais nas cidades e a relação entre ambiente e agricultura.

O enfrentamento desses grandes desafios, apenas exemplos de uma gama muito maior, cria múltiplas oportunidades de pesquisa e engajamento em políticas públicas: como diminuir o desmatamento e, ao mesmo tempo, ativar a bioeconomia nos biomas brasileiros, contribuindo para a estabilização do clima e obtendo impactos sociais positivos? Como amenizar os efeitos das mudanças climáticas no campo e nas cidades brasileiras? Como restaurar biomas que já se deterioraram? Como obter sinergia entre a produção agrícola e o meio ambiente? Como tratar a costa brasileira de forma a evitar a enorme poluição que vemos nos mares?

Estes são alguns dos desafios que pedem o desenho de políticas públicas nos diferentes níveis federativos do Brasil. Tais políticas precisam ser embasadas no conhecimento científico, com uma organização institucional sólida e, ao mesmo tempo, contar com a participação da sociedade na construção coletiva de um futuro melhor para os brasileiros.

10.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Reduzir o desmatamento, tanto na Amazônia como em quaisquer dos biomas brasileiros.
- » Desenvolver políticas de uso sustentável da biodiversidade que contemplam o conhecimento acadêmico e não acadêmico atrelado a fatores ambientais e socioeconômicos que visem a diminuição da desigualdade ambiental e quaisquer outras desigualdades relacionadas.
- » Intensificar ainda mais o diálogo com a sociedade, seja através de ações de educação ambiental ou de estímulo à coprodução de conhecimento e, também, por meio da participação nas tomadas de decisão sobre meio ambiente, de forma que a sociedade participe de forma ativa no desenho de políticas públicas ambientais.
- » Conceber e implementar os Planos de Adaptação às Mudanças Climáticas, tanto no nível nacional quanto estadual e municipal.
- » Incluir entre as políticas de saúde pública, sempre, as questões ambientais, dentro de uma perspectiva de saúde única. Desenhar políticas que levem em conta a possibilidade do surgimento de novas epidemias e pandemias, que têm origem no desequilíbrio ambiental.
- » Avançar no desenho de políticas públicas que ajudem a implementar a agricultura de baixo carbono, focadas na intensificação ecológica ou na agroecologia. Estas políticas tendem a tornar o agronegócio brasileiro ainda mais forte, pois, além de altamente produtivo, contribuiria com o equilíbrio ambiental e a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.
- » Auxiliar no desenho e implantação de políticas públicas urbanas, através do planejamento e implementação de soluções baseadas na natureza que amenizem problemas de poluição, desastres naturais e ilhas de calor, que tendem a se intensificar com as mudanças climáticas.
- » Compor políticas públicas de bioeconomia, focadas na conservação e uso sustentável da biodiversidade terrestre e marinha, promovendo, em particular, cadeias produtivas sustentáveis a partir da floresta em pé ou do uso sustentável de recursos naturais; participar ativamente na composição de políticas públicas relacionadas à produção de energias renováveis.

10.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUZIDOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

10.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 	Participar ativamente da estruturação, implementação e tomada de decisões no órgão colegiado responsável pela governança da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.		F
	Detalhar e aprimorar os critérios socioambientais para os contratos de Pagamentos por Serviços Ambientais.	E, M	

10.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL 	Estimular a intensificação ecológica, baseada em serviços ecossistêmicos (por exemplo, polinização, controle de pragas), com baixo uso de insumos e pesticidas, estimulando assim uma agricultura mais sustentável e saudável. Sistemas agroflorestais ou práticas da agroecologia são exemplos de sistemas com essas características.		F, E, M
	Desenvolver sistemas de informação e monitoramento para regiões propensas à desertificação e seca.	E, M	
	Apoiar e proteger o agricultor familiar, através, por exemplo, de assistência técnica, suporte para a adequação ambiental (via, por exemplo, Pagamentos por Serviços Ambientais), subsídio para compra e escoamento da produção, dentre outras formas.	E, M	
	Implantar um manejo apropriado das formações naturais, com vistas à conservação da biodiversidade, à proteção das bacias hidrográficas e à sustentabilidade da produção.	F, E	
	Avaliar e atualizar o mapeamento de áreas desertificadas e intensificar a política de reabilitação dessas áreas.	F, E	
	Empreender programas acelerados de florestamento e reflorestamento usando espécies resistentes à seca e de crescimento rápido.	F, E, M	

10.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Investir em programas para informar a população sobre as formas de transmissão das doenças.	E, M	
	Fortalecer ações de educação ambiental em relação ao controle da dengue.	F, E, M	
	Fortalecer e ampliar o número de agentes de saúde ambiental, principalmente no controle de vetores de doenças.	E	
	Mapear as áreas com maior risco para arboviroses e infestação dos mosquitos.	M	
	Garantir investimentos em pesquisas científicas e sua divulgação.	F, E	

10.3.4 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular a proteção e restauração de Áreas de Preservação Permanente, definidas pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa, que atuam na recarga de aquíferos, proteção de mananciais e de áreas ribeirinhas, favorecendo tanto a disponibilidade quanto a qualidade de oferta hídrica.	F, E	
	Fortalecer os órgãos que atuam na gestão de bacias hidrográficas, incluindo a consolidação dos comitês de bacias.	F, E	

10.3.5 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Aumentar o uso das fontes eólica e solar e desenvolver novas estratégias energéticas (como o hidrogênio).	F, E	

10.3.6 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Inserir em Planos Diretores e em outras regulamentações do planejamento urbano estímulos à expansão da infraestrutura verde/azul, considerando que essas áreas provêm um conjunto de serviços culturais e de recreação que promovem maior qualidade ambiental, resiliência às mudanças climáticas e melhores condições de vida e bem-estar.	M	

10.3.7 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Reducir os resíduos ao mínimo, estimulando a reciclagem e a introdução de novos produtos ambientalmente saudáveis.	12.5	E, M
	Estabelecer políticas de preços que incorporem os custos ambientais, fornecendo indicações aos consumidores e produtores sobre estes custos.		F, E
	Reforçar os valores que apoiam o consumo responsável por meio da educação, de programas de esclarecimento público, publicidade de produtos ambientalmente saudáveis.		F, E, M
	Privilegiar, em políticas públicas, o atendimento pelo setor produtivo de critérios de comunicação proativa com as partes interessadas externas à empresa sobre suas ações relativas ao ciclo de vida de seus produtos e gestão de resíduos sólidos.		F, E

10.3.8 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Implementar mecanismos de fiscalização e controle do desmatamento em todos os biomas brasileiros.		F
	Fortalecer a estrutura dos órgãos de controle ambiental.		F, E
	Aumentar a participação de energia solar e eólica na matriz energética brasileira.	7.2	F, E
	Desenvolver novas tecnologias sustentáveis (tais como o hidrogênio verde).		F, E, M
	Fortalecer os órgãos e mecanismos de comando e controle do desmatamento na Amazônia, visando implementar o compromisso de desmatamento zero em 2030, como comprometido no Acordo de Paris.		F
	Garantir investimentos em pesquisas científicas e na divulgação científica.		F, E
	Estruturar programas de educação científica em todos os aspectos da mudança climática.	13.3	E, M
	Fortalecer o plano ABC.		F, E, M
	Reducir o uso de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos.		F, E, M
	Estimular pesquisas para o desenvolvimento da bioagricultura.		F, E, M
	Prover mecanismos de financiamento visando a implementação do plano nacional de adaptação.		F
	Implementar soluções de mobilidade urbana nas cidades médias e grandes.		M
	Atualizar os planos diretores visando o transporte sustentável.		E, M
	Promover ações para melhorar a segurança hídrica.		F, E, M
	Implementar gestão de resíduos sólidos.		F, E, M
	Mapear áreas de riscos e implementação de políticas para lidar com eventos climáticos extremos.		F, E, M
	Privilegiar, em políticas públicas, o atendimento pelo setor produtivo de critérios de comunicação proativa com partes interessadas externas à empresa sobre suas ações climáticas, bem como de eficiência energética e de aumento da participação de energias renováveis.		F, E, M

10.3.9 ODS 14: VIDA NA ÁGUA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Discutir, propor, implementar e avaliar políticas públicas com impacto sobre os recursos hídricos e oceanos.	F, E, M	
	Ampliar a participação da Universidade em fóruns de discussão da agenda oceânica nacional e internacionalmente.	F	
	Estabelecer a gestão apropriada de unidades de conservação costeiras e marinhas (representativas e conectadas) que promovam a proteção efetiva da biodiversidade e dos benefícios providos para as pessoas.	14.2, 14.5, 14.7	F, E
	Fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, incluindo aquelas voltadas para energias renováveis, segurança alimentar (pesca e aquicultura) e biotecnologia, bem como fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação para desenvolvimento de novas abordagens econômicas no oceano, pautados, por exemplo, em tecnologia da informação, <i>big data</i> e mobilidade.	14.a, 14.7, 9.a, 9.5, 14.2, 7.b, 8.3	F, E, M
	Compartilhar os benefícios derivados do oceano de forma mais equitativa (oceano para todos).	F, E, M	
	Dar suporte ao Planejamento Espacial Marinho e ao manejo de sistemas naturais e produtivos costeiros.	14.2	F, E
	Ampliar a compreensão da importância do oceano pela sociedade e por tomadores de decisão.	F, E, M	
	Fomentar a mobilização social e a visão crítica para sua proteção e uso sustentável.	F, E, M	
	Producir materiais de promoção do oceano, como animações, documentários, séries e filmes.	F, E, M	
	Promover a formação continuada de professores para incorporar o oceano na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	F	
	Criar estratégias de ensino para a ação/transformação (educação para cidadania) voltadas para a transformação do oceano e da sociedade.	F, E	
	Fortalecer a abordagem ecossistêmica e integrada (teleconexões/abordagem Source-to-Sea – Brumadinho e Mariana; óleo nas praias do nordeste).	F, E, M	
	Compreender e combater as causas da degradação do ambiente costeiro e marinho (por exemplo, lixo no mar, petróleo, esgoto urbano, poluentes químicos e microrganismos patogênicos) e propor soluções.	14.1	F, E, M
	Compreender e combater efeitos sinérgicos e cumulativos das mudanças climáticas (por exemplo, acidificação, elevação do nível do mar, aumento de frequência e magnitude de eventos extremos) e causas locais de degradação ambiental.	F, E, M	
	Combater o Racismo Oceânico reduzindo a vulnerabilidade de grupos marginalizados social e ambientalmente.	F, E, M	
	Fomentar um sistema eficiente e operacional de monitoramento ambiental e de previsão da qualidade do oceano e dos riscos associados a causas locais e globais.	F, E	



10.3.10 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Alterar as normativas vigentes sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de modo a impedir cadastros sobrepostos a terras indígenas e quilombolas.		F
	Promover pesquisa que embase a avaliação de diversos serviços ecossistêmicos, que olhe para além dos serviços de regulação climática global (captura de carbono) e de provisão hídrica. Por exemplo, o serviço de polinização apresenta grande potencial econômico, porém não há ainda metodologia adequada de avaliação e mapeamento deste potencial, que possa subsidiar uma política de estímulo à polinização.		F, E, M
	Trabalhar na conjunção da oferta de serviços ecossistêmicos com a adaptação climática, em particular no que se refere à redução dos riscos de desastres naturais. É fundamental aliar as agendas de pesquisa de serviços ecossistêmicos com a de resiliência de mudanças climáticas.	1.5, 11.b, 13.1	F, E
	Intensificar a fiscalização de atividades de mineração e madeireiras e apoiar os órgãos atuantes no setor.		F, E, M
	Desenvolver/incentivar sistemas de produção sustentáveis e específicos para cada bioma; estimular o desenvolvimento e planejamento da ocupação territorial a partir de Zoneamentos Ecológicos e Econômicos.		F, E
	Mapeamento do estado atual dos biomas brasileiros, visando a definição de atuação de recuperação de danos.		F, E, M
	Estimular uma economia da floresta em pé, fomentando cadeias produtivas madeireiras e não madeireiras sustentáveis.		F, E
	Incentivar e apoiar pesquisas voltadas ao controle de espécies exóticas invasoras e à mitigação de seus impactos, com a elaboração de protocolos e planos de ação.	15.8	F, E
	Ampliar a fiscalização em portos, aeroportos, correios e locais de fronteira.		F, E, M
	Estimular o desenvolvimento de técnicas alternativas ao uso do fogo em ambientes sensíveis e a implementação de Manejo Integrado do Fogo (MIF) em ecossistemas adaptados ao fogo.		F, E
	Criar condições para restauração incentivada – cadeia de negócios relacionadas à restauração.		F, E
	Focar em ciência e tecnologia com base para uso comercial de espécies nativas (madeireira e não madeireira, espécies animais).		F, E
	Privilegiar, em políticas públicas, o atendimento pelo setor produtivo de critérios de comunicação proativa com as partes interessadas externas à empresa sobre suas ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.		F, E, M

10.3.11 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Privilegar em políticas públicas o atendimento pelo setor produtivo de critérios de comunicação proativa com as partes interessadas externas à empresa.	E, M	
	Reavaliar e promover amplo debate sobre o Projeto de Lei Federal 3.729/2004, que contraria tanto o princípio da precaução quanto o ODS 16, principalmente em sua meta 16.7 ("Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis").	F	
	Regulamentar e implementar instrumentos como avaliação ambiental estratégica e avaliação de sustentabilidade.	F, E, M	

11

EIXO

SAÚDE



11.1 PREMISSAS DO EIXO SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (sus) tem fundamentos doutrinários e organizativos que favorecem a cooperação entre os entes federativos e a integração das suas ações entre as instituições públicas, filantrópicas e privadas.

Nesse contexto, o sus tem acumulado experiências exitosas, mas ainda convive com obstáculos: subfinanciamento, deficiências de governança na aplicação dos recursos públicos e na atenção à saúde, dificuldades de recrutamento e retenção de recursos humanos, baixa inclusão dos seus desafios nas agendas da educação, pesquisa e inovação e, consequentemente, baixo reconhecimento como patrimônio social nacional.

As políticas de Estado podem reduzir desigualdades sociais e melhorar o desempenho do sus, sobretudo aquelas com potencial para garantir renda mínima e emprego, redução da tributação regressiva e das renúncias fiscais, e aquelas que promovem o acesso à educação de qualidade, a melhoria das condições ambientais, de saneamento e de moradia.

11.2 PROPOSTAS GERAIS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



OS ITENS DESTA AGENDA ESTÃO INTRINSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS

- » Ampliar o financiamento do Estado para a saúde mediante redução da tributação indireta regressiva e supressão das isenções fiscais sem contrapartida social, com melhor distribuição da proporção de recursos destinados à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, transparência dos gastos, aplicação consequente dos mecanismos de fiscalização e controle já existentes, tomando como referência o planejamento sanitário.
- » Fortalecer a cooperação entre os entes federados para a regionalização da atenção à saúde, mediante cobertura integral da atenção primária e vigilância pelos municípios, implementação de redes assistenciais com serviços de complexidades distintas, distribuídos para um conjunto de municípios e acesso ordenado por meio de complexos reguladores com utilização de sistema único de informação, telessaúde e protocolos embasados em evidências científicas.
- » Alinhar a formação e a especialização de profissionais de saúde com as necessidades loco-regionais, da população e da organização do SUS, mediante regulação da formação graduada e especializada pelo Estado, combinada à adoção de políticas que favoreçam a distribuição, a educação permanente e a fixação de equipes pelo país, com o compromisso de produção de bons indicadores de saúde, sobretudo na atenção primária e terciária e na regulação da assistência e do sistema.
- » Incorporar os desafios do SUS na agenda da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento tecnológico, com indução das agências de fomento, das universidades e do complexo econômico industrial, pelo Estado, na busca de soluções para reduzir a dependência externa por insumos, vacinas, medicamentos e equipamentos.
- » Prover as necessidades contemporâneas e prever problemas potenciais no futuro a partir de técnicas de modelagem em saúde pública para orientar as agendas do Estado, dos governos e da sociedade e concretizar o SUS como um patrimônio social nacional.

11.3 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ITENS DE AGENDA PRODUTOS PELO EIXO NO ÂMBITO DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP (PROETUSP) E CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), METAS ESTABELECIDAS PELA ONU PARA ALCANÇÁ-LOS E NÍVEL FEDERATIVO BRASILEIRO (M: MUNICIPAL; E: ESTADUAL; F: FEDERAL). OS ITENS DE AGENDA A SEGUIR ESTÃO INTRÍNSECAMENTE RELACIONADOS AOS ODS ACIMA ILUSTRADOS.

11.3.1 ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Adotar a renda mínima universal permanente como política de Estado associada a programas de obtenção de renda a partir da educação profissional básica e técnica, com inclusão produtiva, a partir das necessidades e potencialidades locais, na dimensão das diferentes economias emergentes: verde, digital, circular, tecnológica, de saúde e cuidados, alimentação saudável, dentre outras.	1.2, 1.3	F, E
	Garantir acesso aos benefícios assistenciais, de educação e saúde previstos nas políticas públicas, com ênfase na identificação de grupos populacionais vulneráveis, como pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, famílias com crianças na pré-escola e ensino fundamental, combinando transferência de renda com estratégias que reforcem políticas sanitárias e educacionais (por exemplo, frequência escolar e imunização atualizada).	1.3	F, E, M
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 	Garantir habitação saudável, acessível e integrada a serviços de infraestrutura e aos equipamentos sociais essenciais com padrões sanitários recomendados (livre de vetores de doenças, de poluição do ar, do solo e da água, de riscos de acidentes naturais, de superpopulação e de baixa incidência solar, com saneamento básico, acesso à mobilidade, educação e assistência social e à saúde em todos os níveis de atenção).	11.1	F, E, M
	Garantir cobertura integral da atenção primária à saúde em todos os municípios, em condições adequadas de infraestrutura, financiamento, recursos humanos e qualificação para promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com referência à atenção especializada pactuada, local ou regionalmente.	3.8	F, E, M
	Ampliar a oferta pública de ações e serviços de saúde, preenchendo lacunas e vazios assistenciais em conformidade com as necessidades de saúde em cada território e seguindo as diretrizes de planejamento, descentralização e regionalização definidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (sus), visando atingir o acesso universal e a atenção integral.	3.8	F, E, M

11.3.2 ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ODS	AGENDA	METAS	Nível
	<p>Eradicar as formas de má nutrição relacionadas à desnutrição e reduzir as formas relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, com ênfase nas crianças por meio das atividades educacionais formais, alimentação e atividade física nas escolas, e garantir a segurança alimentar e nutricional de adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades originárias, mediante ações educativas não formais, infraestrutura para atividade física, práticas de abastecimento e consumo.</p>	2.2, 2.1	F, E, M
	<p>Banir os agrotóxicos e quaisquer insumos agrícolas que gerem riscos à saúde segundo a classificação da Organização Mundial da Saúde e o conhecimento científico e adotar os padrões internacionais de regulação e vigilância sanitária.</p>	2.4	F, E
 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	<p>Manter a regulação da liberação de agrotóxicos e quaisquer insumos agrícolas tomando como base a classificação da Organização Mundial da Saúde e a avaliação por agentes de estado do Ministério da Saúde e Agência de Vigilância Sanitária.</p>	2.4	F
	<p>Garantir a agricultura familiar com acesso à terra necessária para viabilizar a atividade produtiva sustentável e propiciar o desenvolvimento social das famílias rurais e comunidades tradicionais, com segurança jurídica sobre a posse da terra, e assim fortalecer a política nacional de reforma agrária, intensificando a implantação de assentamentos, a produção de alimentos, a interiorização de serviços públicos, a promoção de cidadania e a justiça social no campo.</p>	2.4	F, E, M
	<p>Promover a disseminação de modelos sustentáveis de produção por meio de ações que estimulem a adoção de práticas social e ambientalmente responsáveis com baixa emissão de carbono, baixo emprego de insumos externos como os sistemas agroflorestais, a integração lavoura-pecuária-floresta, a agricultura orgânica e agroecológica e a prática agrícola resiliente com maior aptidão e capacidade de recuperação de um agroecossistema.</p>	2.4	F, E, M

11.3.3 ODS 3: SAÚDE E BEM-ESTAR

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	<p>Ampliar a oferta pública de ações e serviços de vigilância e atenção à saúde em todos os níveis, preenchendo lacunas e vazios assistenciais em conformidade com as necessidade de saúde em cada território, de acordo com as diretrizes de planejamento, descentralização e regionalização já estabelecidas no âmbito do sus.</p> <p>Pactuar uma rede de atenção de complexidade distinta, de abrangência regional, mediante estímulo de consórcios intermunicipais, com sistemática de atualização permanente do mapa assistencial e acesso regulado, preferencialmente, a partir da atenção primária programática ou de urgência/emergência, com utilização de um sistema único de informação, telessaúde e protocolos embasados em evidências científicas.</p>	3.8	F, E, M
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	<p>Alinhar a formação e a especialização de profissionais de saúde com as necessidades loco-regionais, da população e da organização do sus, mediante regulação qualitativa e quantitativa da formação graduada e especializada pelo Estado, combinada à adoção de políticas que favoreçam a distribuição, a educação permanente e a fixação de equipes pelo país, com o compromisso de produção de bons indicadores de saúde.</p>	3.c	F
	<p>Induzir a propagação e compartilhamento de experiências exitosas na gestão dos recursos públicos que priorizam as necessidades de saúde efetivamente demonstradas, a alocação equilibrada do orçamento entre as ações de gestão, vigilância e assistência, bem como a produção de bons indicadores de saúde associada à boa relação de custo/efetividade.</p>	3.c	F, E, M
	<p>Reducir a tributação regressiva, suprimir isenções fiscais sem contrapartida social e condicionar a aplicação de emendas parlamentares e outros recursos extraordinários ao cumprimento do planejamento sanitário dos entes federados envolvidos.</p>	17.13	F, E, M
	<p>Orientar e fiscalizar os gastos em saúde mediante garantia de otimização plena dos prestadores estatais, e, na sequência, se for o caso, complementar a oferta de serviços por meio de convênios com entidades filantrópicas e contratos com entidades privadas.</p>	3.c	F, E, M

11.3.4 ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Garantir acesso universal à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis.	4.1, 4.3	F, E, M
	Estimular a discussão na escola de temas como educação sexual, imunização, farmacodependência, saúde mental, poluição de ar, solo e água, alimentação segura e saudável, matriz energética, entre outros assuntos.	3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.9, 3.10	F, E, M
	Implementar estratégias para garantir a formação de especialistas para que atendam as necessidades de cobertura da atenção primária em todo o território brasileiro.	3.c	F, E
	Ampliar as vagas de graduação e pós-graduação <i>lato sensu</i> nas universidades públicas e reduzir nas instituições de ensino que não atingem nível de qualidade.	3.c	F, E
	Implantar a revalidação de exercício dos profissionais de saúde mediante exames periódicos e/ou realização de cursos de atualização e congressos.	3.c	F

11.3.5 ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.	5.4, 8.5, 4.5	F, E, M
	Implantar plano de carreira de estado para profissionais de saúde com progressão baseada na obtenção de bons indicadores de saúde por equipes, além de outras medidas para ampliar a capacidade de recrutamento e retenção de pessoal qualificado, especialmente em territórios mais vulneráveis.	3.c	F
	Assegurar o acesso universal à informação, à educação sexual e aos serviços e insumos para a saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, a diversidade, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.	3.7, 5.6	F, E, M
	Desriminalizar e garantir o acesso ao aborto seguro no âmbito do sus.	3.7, 5.6	F, E, M
	Capacitar profissionais e monitorar ações e serviços de saúde para combater todas as formas de discriminação de gênero e sexualidade e estimular boas práticas de promoção da diversidade e da igualdade, especialmente a atenção à gravidez, parto, nascimento, abortamento e puerpério.	3.7, 5.1, 5.2, 5.6	F, E, M

11.3.6 ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Garantir 100% de acesso à água potável e ao saneamento básico.	6.1	F, E, M
	Garantir habitação com condições sanitárias essenciais, com saneamento básico, livre de vetores de doenças, poluição do ar, do solo e da água, sem risco de acidentes naturais, evitando superpopulação e baixa incidência solar, com acesso à mobilidade, educação e assistência à saúde em todos os níveis de atenção.	11.1	F, E, M
	Investir na recuperação e manutenção da qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reúso seguro localmente.	6.3	F, E, M
	Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez desta.	6.4, 6.a, 6.3, 6.1	E, M
	Proteger e restaurar ecossistemas relacionados à água, reduzindo os impactos da ação humana e fortalecendo as comunidades locais.	6.6, 15.1	F, E, M

11.3.7 ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular a transição para fontes de energia limpa e socioambientalmente sustentável.	7.a	F, E, M
	Investir no aumento da eficiência energética.	7.3	F, E, M
	Garantir habitação com condições sanitárias essenciais, com saneamento básico, livre de vetores de doenças, poluição do ar, do solo e da água, sem risco de acidentes naturais, evitando superpopulação e baixa incidência solar, com acesso à mobilidade, educação e assistência à saúde em todos os níveis.	11.1	F, E, M
	Garantir 100% de acesso à energia a preços acessíveis, considerando também os requisitos de habitação e outros estabelecimentos com necessidade de equipamentos e cuidados de saúde.	7.1	F, E, M
	Garantir 100% de conectividade para estabelecimentos de saúde e domicílios com necessidade de equipamentos de saúde.	7.1	F, E, M

11.3.8 ODS 8: TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Revogar a Reforma Trabalhista de 2017.	8.8	F
	Revogação das reformas previdenciárias recentes e reconstituição das regras de aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) aos parâmetros vigentes em 2016.	8.8	F
	Garantir isonomia de direitos trabalhistas e previdenciários para trabalhadores em todas as modalidades de contratação e atividade laboral.	8.5, 8.8	F
	Restabelecer a política de valorização do salário mínimo baseada no reajuste inflacionário e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).	8.8	F
	Adotar políticas explícitas e combinadas de abastecimento, oferta pública e contenção de preços para produtos e serviços essenciais.	12.7	F

11.3.9 ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Estimular a autonomia para produção local, pública ou privada, ou a importação de insumos, equipamentos e produtos essenciais e estratégicos para o funcionamento regular de ações e serviços de saúde.	3.b, 3.c	F, E, M
	Estabilizar o investimento em ciência e tecnologia em todas as áreas do conhecimento, fomentando a pesquisa especialmente em linhas com potencial de aplicação em políticas e no sistema de saúde.	9.5	F, E
	Incluir novos serviços assistenciais, medicamentos e tecnologias diagnósticas e terapêuticas mediante informações obtidas dos Complexos Reguladores, da Judicialização e análise de Comissões Regionais, Estaduais e Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde.	3.b	F, E
	Implantar o prontuário médico eletrônico unificado e acessível em nível nacional, com ênfase na incorporação de protocolos já existentes, aprimoramento da gestão, interoperabilidade de sistemas, uso de dados, comunicação.	3.8, 3.d	F, E, M
	Regulamentar e incorporar a telessaúde em atividades da assistência, educação em saúde, regulação assistencial, consultoria de especialistas, respeitando critérios de segurança, qualidade, transparência e planejamento sanitário.	3.8, 3.d	F, E, M

11.3.10 ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 	Garantir benefícios assistenciais para grupos populacionais vulneráveis, como pessoas em situação de pobreza, pessoas idosas, pessoas com deficiência, famílias com crianças, combinando transferência de renda com estratégias que reforcem políticas sanitárias e educacionais (por exemplo, frequência escolar e imunização atualizada).	1.3	F, E, M
	Reforma tributária que promova a progressividade da arrecadação, priorizando a tributação direta sobre a indireta e desonerando bens e serviços essenciais e os estratos de renda mais baixos.	17.13	F
	Ampliar a oferta pública de ações e serviços de saúde, preenchendo lacunas e vazios assistenciais em conformidade com as necessidades de saúde em cada território e seguindo as diretrizes de planejamento, descentralização e regionalização definidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (sus).	3.8	F, E, M
	Garantir 100% de cobertura da Atenção Primária à Saúde em todos os municípios, em condições adequadas de infraestrutura, financiamento, recursos humanos e qualificação para promoção, prevenção, tratamento e reabilitação.	3.8	F, E, M
	Fortalecer as ações e serviços voltados à garantia de atenção integral à saúde dos povos indígenas, das populações negra, de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais (LGBTQIA+), de pessoas em situação de rua ou privadas de liberdade e de outros grupos incluídos nas políticas nacionais de promoção da equidade.		F, E, M

11.3.11 ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	Promover a criação, recuperação e ampliação de espaços de convivência e práticas comunitárias abertos, acessíveis e inclusivos.		E, M
	Garantir habitação com condições sanitárias essenciais, com saneamento básico, livre de vetores de doenças, poluição do ar, do solo e da água, sem risco de acidentes naturais, evitando superpopulação e baixa incidência solar, com acesso à mobilidade, educação e assistência à saúde em todos os níveis de atenção.	3.8, 11.1	F, E, M
	Investir recursos públicos para a redução do impacto ambiental das cidades, priorizando índices excelentes de qualidade do ar e gestão de resíduos sólidos.	11.6	F, E, M
	Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.	11.a	F, E, M

11.3.12 ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Reducir o desperdício de alimentos <i>per capita</i> , nos níveis de varejo e do consumidor, e as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.	12.3	F, E, M
	Condicionar processos de aquisição e contratação públicos ao cumprimento de parâmetros de sustentabilidade por parte de empresas fornecedoras.	17.14	F, E, M
	Intensificar políticas de inibição e conscientização sobre o consumo de alimentos processados, bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e tecnologias em saúde, incluindo a regulação da publicidade, a tributação, a rotulagem adequada e o banimento de produtos que ofereçam riscos à saúde.	2.1, 3.a	F, E, M
	Eliminar deduções de despesas médicas do imposto de renda.	17.13	F

11.3.13 ODS 13: AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Impedir a construção de habitações em áreas de risco, juntamente com o financiamento de habitações populares em local adequado.	11.1	F, E, M
	Investir em ações integradas em nível nacional de preparação, alerta, redução de riscos em todos os municípios do país, fortalecendo órgãos de defesa civil.	11.5	F, E, M
	Combater o desmatamento e todos os usos ilegais de áreas protegidas.	15.2	F, E, M
	Enrijecer a regulação e o controle sobre emissões de CO ₂ em todos os setores de atividade econômica.	3.9, 8.4	F, E, M
	Estimular a ampliação da cooperação internacional para o combate e o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, com foco prioritário nos interesses dos países menos desenvolvidos, mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.	13.b, 13.a	F, E, M

11.3.14 ODS 14: VIDA NA ÁGUA

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
14 VIDA NA ÁGUA 	Apoiar formas tradicionais e comunitárias de pesca artesanal, promovendo o acesso de produtores aos recursos naturais e mercados para a circulação de seus produtos.	14.b	F, E, M
	Abolir subsídios públicos a práticas predatórias e atividades econômicas nocivas aos ecossistemas.	14.4	F, E, M
	Ampliar a cobertura de áreas de proteção em zonas costeiras, marinhas e outros ecossistemas para preservação da biodiversidade, com desdobramentos positivos para novas tecnologias em saúde.	14.2, 14.5, 14.a, 14.7	F, E, M
	Proteger ecossistemas aquáticos ameaçados e impedir o avanço da ocupação predatória sobre áreas protegidas para prevenir epidemias zoonóticas e mitigar outros riscos sanitários decorrentes da destruição ambiental.	14.2	F, E, M

11.3.15 ODS 15: VIDA TERRESTRE

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
15 VIDA TERRESTRE 	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.	15.6, 2.5	F, E, M
	Zerar o desmatamento em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar a vegetação nativa degradada.	15.2	F, E, M
	Proteger ecossistemas terrestres ameaçados e impedir o avanço da ocupação predatória sobre áreas protegidas para prevenir epidemias zoonóticas e mitigar outros riscos sanitários decorrentes da destruição ambiental.	15.2	F, E, M
	Promover o conceito de saúde única para proteção dos animais em convivência com seres humanos.		F, E, M

11.3.16 ODS 16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Combater o racismo, a discriminação e a violência policial em todas as suas expressões e utilizar mecanismos da justiça restaurativa para tratar de delitos decorrentes de doenças mentais, como a farmacodependência.	10.2, 10.3	F, E, M
	Promover o desarmamento da população.	16.4	F, E
	Fortalecer mecanismos de prevenção e combate à violência contra mulheres e sujeitos LGBTQIA+.	10.2, 10.3	F, E, M
	Ampliar a oferta pública de ações e serviços de saúde, preenchendo lacunas e vazios assistenciais em conformidade com as necessidades de saúde em cada território e seguindo as diretrizes de planejamento, descentralização e regionalização definidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (sus).	3.8	F, E, M
	Apoiar e fortalecer o controle e a participação social na saúde por meio de conselhos, conferências, monitoramento do planejamento sanitário, Defensorias, Ministério Público e Tribunais de Contas.		F, E, M

11.3.17 ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

ODS	AGENDA	METAS	NÍVEL
	Aumentar o financiamento público federal direcionado para a área de saúde.	3.c	F
	Eliminar todas as formas de dedução, subsídios, subvenções e outras renúncias fiscais na área da saúde que não estejam diretamente relacionadas a ações e serviços que atendam à demanda do sus.	3.c	F, E, M
	Estabelecer acordos de cooperação internacional para reduzir a dependência tecnológica e em insumos estratégicos para a produção de produtos e serviços de saúde no Brasil e em outros países periféricos.	3.b	F
	Ampliar a produção de editais que respondam às necessidades tecnológicas e de insumos para a saúde e induzam a busca de solução por meio da integração entre setor produtivo, agências de fomento à pesquisa e inovação, universidades e Sistema Único de Saúde.		F, E
	Aperfeiçoar o arcabouço jurídico normativo para contratos e convênios entre setor produtivo, agências de fomento à pesquisa e inovação, universidades e Sistema Único de Saúde.		F, E

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS DO PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS

Ao discutir o que esperar do uso deste livro, na qualidade de subsídio para a elaboração de políticas públicas, é importante salientar alguns pontos essenciais. Primeiramente, sublinhar que as agendas aqui descritas não são políticas públicas em si mesmas, mas o primeiro passo para elaborá-las. É impossível, para qualquer pessoa ou grupo social, cobrir todas as possibilidades e necessidades envolvidas na diversidade de políticas públicas necessárias para assegurar o máximo bem-estar possível de uma população. Em segundo lugar, ressaltar que qualquer política pública precisa ser feita com base nas necessidades específicas da população e nos meandros do domínio da política e da economia de qualquer estrutura em qualquer um dos níveis federativos. Em terceiro lugar, é preciso destacar que política pública é um conjunto de diretrizes que, se adotadas numa certa ordem e em certo contexto, têm apenas uma certa probabilidade de atingir seu objetivo primário, isto é, o bem-estar da população. Essa característica é, portanto, probabilística, porque pessoas diferentes enxergam o bem-estar de modos distintos. Em outras palavras, a política pública é feita para um conjunto heterogêneo de pessoas. Consequentemente, essa natureza probabilística da política pública considera que todo esforço é direcionado para alcançar o mais perto possível do 100% de acerto. Em resumo, políticas públicas são processos dinâmicos adaptativos e devem ser tratadas como tais¹. Nesse universo variável, um conjunto de agendas como o descrito neste livro oferece subsídios para que grupos institucionais e sociais dinamizem essas propostas e propoñham os ajustes necessários para promover o melhor bem-estar possível para a população.

¹ Marcos Buckeridge, "Como Falhar Menos nas Políticas Públicas", *Jornal da USP*, São Paulo, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/como-falhar-menos-nas-politicas-publicas>. Acesso em: 3 maio 2024.

Considerando essas características das políticas públicas, tomou-se a decisão de abordá-las em um documento mais amplo, que forneça sugestões de agendas mais abrangentes, com pontos fundamentais claramente identificados no contexto brasileiro atual. Nesse sentido, a partir de sugestões de professores com longa carreira de sucesso em áreas de conhecimento cujos temas são abordados neste livro, apresentamos 11 eixos temáticos que podem ser utilizados por quaisquer grupos implementadores de políticas públicas e tomadores de decisão, para construir ações específicas para seus respectivos domínios, em qualquer um dos entes federativos do Brasil.

Ao concluir essa fase de selecionar coletivamente um conjunto de agendas para o estabelecimento de políticas públicas, identificamos limitações e vantagens que, em nossa opinião, paradoxalmente, se complementam. Por exemplo, se considerarmos a variedade dos temas abordados, os itens de agenda propostos podem parecer vagos se cotejados com soluções diretas e objetivas daqueles que se propõem a construir uma política pública. No entanto, lembramos que essa limitação é um crivo natural do universo de possibilidades de direções que podem ser tomadas pelos formuladores de políticas públicas. Também, como anteriormente, essa delimitação se relaciona com a própria natureza da construção de políticas públicas de forma dinâmica e adaptativa. Nesse sentido, as colocações de aparência mais genérica podem ser uma vantagem, se tivermos pontos de partida cientificamente embasados, que confirmam consistência para realizar projetos de políticas públicas mais específicos. Em outras palavras, o fato de terem sido escolhidos grandes temas nos levou à construção de agendas mais amplas por um lado, mas, por outro, criou bases consolidadas no conhecimento produzido pela principal universidade do país, uma das mais bem ranqueadas mundialmente. Acreditamos que a escolha de especialistas experientes nos respectivos temas aumenta a força dos argumentos no sentido de que seu embasamento teórico-prático se torna mais sólido e mais confiável.

É oportuno refletir sobre o impacto que essas agendas podem ter em nosso país. Desde a agricultura e pecuária até a saúde, passando por questões de cidades, combate às desigualdades, cultura e artes, democracia, economia, educação, energia e preservação do meio ambiente, cada eixo temático abordado neste livro representa um tópico fundamental presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e também ressalta a complexidade e a urgência de nossos dilemas contemporâneos. À medida que os grupos encarregados avançaram na produção das agendas, com metodologia unificada para que a linguagem no documento final fosse normatizada, uma série de atividades próprias de cada tema foi desenvolvida².

Neste momento da história, agricultura e a pecuária são pilares importantes da nossa economia. É crucial, no entanto, promover a produção sustentável e refletir sobre os impactos do uso de agrotóxicos na saúde

2 As atividades, com produção de textos, workshops e vídeos, podem ser vistas no site do programa. Disponível em <http://proetususp.webhostusp.sti.usp.br>. Acesso em: 3 maio 2024.

da população e sobre a segurança alimentar e as práticas sustentáveis, com garantia do bem-estar animal e da conservação ambiental. Do mesmo modo, o desenvolvimento urbano sustentável é essencial para assegurar melhor qualidade de vida nas cidades. Isso requer planejamento, inclusive com oferta de acessibilidade, habitação digna, mobilidade sustentável e gestão de resíduos, que contribuam para garantir ambientes livres de poluição do ar, do solo e da água. Além das agendas que figuram neste livro, o Programa Eixos Temáticos desenvolve estudos bibliométricos que complementam as agendas e dá ao seu usuário uma perspectiva dos grupos de pesquisa que atuam na Universidade de São Paulo (usp). Uma primeira publicação já se encontra disponível³ na literatura e outras serão igualmente disponibilizadas para cada um dos eixos.

O combate às desigualdades é primordial para promover uma sociedade mais equitativa, com medidas que alcancem desde a redução da pobreza até a promoção da igualdade de gênero e o acesso equitativo à saúde e à educação. Isso implica garantir recursos e serviços básicos para os mais necessitados, além de criar oportunidades igualitárias de desenvolvimento pessoal e profissional. A busca pela justiça social requer a eliminação de barreiras e preconceitos que perpetuam a exclusão e a marginalização de grupos vulneráveis. Por fim, a inclusão financeira emerge como um elemento-chave para assegurar que todos tenham acesso aos serviços financeiros necessários para prosperar e garantir a segurança econômica. Simultaneamente, as políticas culturais e artísticas, ao preservar nosso patrimônio cultural e promover o acesso às artes, desempenham papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, produzindo diversidade cultural e estimulando a inovação. Em conjunto, a democracia requer participação ativa dos cidadãos, transparência e prestação de contas do poder público, garantia de direitos humanos, combate à corrupção e fortalecimento do regime de liberdade por meio da participação cidadã na tomada de decisões políticas.

No contexto econômico, enfrentar desafios como a desigualdade de renda, o desemprego e o subemprego demanda a adoção de políticas que promovam o crescimento econômico sustentável alinhado aos princípios de responsabilidade social corporativa e inovação tecnológica. É imprescindível passar pela era da globalização, da inteligência artificial, da automação e das novas tecnologias com estratégias que garantam a equidade e o progresso para todos os setores da sociedade. Paralelamente, é fundamental assegurar acesso universal à educação de qualidade, promovendo a inclusão digital e capacitando as futuras gerações para um mundo em constante evolução. A educação é a pedra angular para capacitar nossos cidadãos e prepará-los para enfrentar os desafios e as oportunidades do século XXI, sendo essencial para o desenvolvimento sustentável e a formação de cidadãos esclarecidos.

3 Rafael Araujo Nascimento et al., "Sustainability and Brazilian Agricultural Production: A Bibliometric Analysis", *Sustainability*, vol. 16, n. 5, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su16051833>. Acesso em: 3 maio 2024.

A transição para fontes de energia renovável emerge como imperativo para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e garantir a segurança energética para todos. Essa mudança para energias limpas e sustentáveis não apenas reduzirá nossa dependência de combustíveis fósseis, mas também contribuirá para a preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos negativos das atividades humanas sobre o clima global. Paralelamente, a indústria desempenha papel-chave nesse processo, com foco crescente na sustentabilidade da produção industrial, na inovação tecnológica, na ética empresarial, na economia circular e na responsabilidade social corporativa. Essas abordagens promovem a eficiência dos processos produtivos, reduzem o desperdício de recursos naturais e incentivam práticas empresariais mais éticas e socialmente responsáveis. Essa combinação de esforços no processo de transição energética e produção industrial sustentável representa um passo significativo em direção a um futuro mais verde e equitativo.

A conservação do meio ambiente é essencial para a saúde global, pois está intrinsecamente ligada à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas. É essencial enfrentar os desafios das mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a poluição ambiental para garantir um ambiente saudável para as presentes e futuras gerações. A preservação da biodiversidade é fundamental para manter os ecossistemas saudáveis e sustentáveis, assegurando a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a saúde humana, como alimentos e água potável. Além disso, a gestão responsável deses recursos deve combater a degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a saúde de comunidades e ecossistemas. Reduzir a poluição ambiental é medida inadiável para proteger a qualidade do ar, da água e do solo e prevenir problemas de saúde causados pela exposição a poluentes. Portanto, deve-se investir em ações de conservação ambiental e adotar medidas eficazes para enfrentar esses desafios e promover a saúde e o bem-estar das pessoas em todo o mundo.

As propostas apresentadas aqui não são apenas teorias distantes. São antes um chamado à ação para contribuir com o desenvolvimento de nossa sociedade e nosso país. Ao abordar complexos problemas identificados em nossas agendas, buscamos construir um Brasil mais justo, inclusivo, inovador e próspero para todos os seus cidadãos.

Este livro é apenas o começo de uma jornada. Ele será seguido por outro estudo mais analítico, com exame mais aprofundado das agendas propostas aqui. Com o auxílio de metodologias de análise de discurso, técnicas de inteligência artificial e análise de dados textuais, caracterizaremos e analisaremos as agendas dispostas nesta obra. Os intentos teóricos nesse caso não podem ser vistos como carentes de visão prática, já que é essencial que compreendamos cada vez melhor como esse processo, realizado pela primeira vez na USP, pode ser aperfeiçoado continuamente, conectando a universidade com a sociedade sem deixar de considerar a sua dinâmica complexa.

Ao fechar este livro, instiga-se a produção de estudos mais aprofundados e, ao mesmo tempo, abrem-se as portas da universidade para os di-

ferentes setores da sociedade e seus representantes. Como mencionado anteriormente, enquanto este livro estava sendo elaborado, um conjunto de outras medidas foi levado a cabo para dar suporte ao seu uso no futuro. Realizamos um conjunto de estudos bibliométricos que expõem os principais grupos de pesquisa da USP que podem dar suporte, quando for necessário, à montagem de políticas públicas. Também avançamos no aperfeiçoamento do sistema de banco de teses desta universidade, que é um dos maiores do planeta. Com acesso mais fácil e profundo às teses produzidas na USP (com mecanismo de busca nos textos das teses e não apenas em resumos e palavras-chave), provemos outro elemento essencial à montagem de políticas públicas que poderão utilizar informações científicas de peso.

Ao realizar este trabalho com quase duas centenas de professores e pós-doutorandos e dirigentes da USP, ficou claro que a universidade está preparada para enfrentar os desafios contemporâneos. Mais do que isso: os inúmeros projetos que incluem trabalho em políticas públicas terminados e em andamento nesta universidade mostram claramente que a USP tem estado disposta a colaborar, compartilhar conhecimentos e expertises e trabalhar em colaboração com todos os setores da sociedade. E vai além: produz também gestores públicos e políticos que vêm atuando diretamente na execução das políticas públicas nos vários níveis da federação.

Finalmente, é importante lembrar novamente que, mesmo com as agendas e outros instrumentos gerados pelos Eixos Temáticos USP, a aplicação da democracia no processo de planejamento e a aplicação de qualquer política pública soprarão o ar de seu universo probabilístico, repleto de aspirações que não são uníssonas e que abrigam o dissenso característico dos sistemas democráticos. ■

PARTICIPANTES DO ProETUSP 2022-2024

REITOR

CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR

VICE-REITORA

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

COORDENADOR GERAL

ARLINDO PHILIPPI JUNIOR

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

COORDENADOR EXECUTIVO

MARCOS SILVEIRA BUCKERIDGE

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA USP

COORDENADOR EXECUTIVO ADJUNTO

BRUNO CARAMELLI

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

COORDENADORA EXECUTIVA ADJUNTA

CÉLIA REGINA DA SILVA GARCIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS

APOIO ACADÊMICO EXECUTIVO

SYLVESTRE AURELIANO CARVALHO

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

APOIO OPERACIONAL

HELOISA NOGUEIRA DE LIMA

EQUIPE DA CHEFIA DE GABINETE DO REITOR DA USP

AGRICULTURA E PECUÁRIA

COORDENAÇÃO DE EIXO

FRANCISCO PALMA RENNÓ

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA USP

GERD SPAROVEK

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA USP

AUGUSTO HAUBER GAMEIRO

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA USP

EQUIPE

Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS DA USP

Carlos Armênio Khatounian

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA USP

Fábricio Rossi

FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS DA USP

Rubens Nunes

FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS DA USP

Saulo da Luz e Silva

FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS DA USP

Terezinha Knobl

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA USP

Thiago Guilherme Péra

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA USP

PÓS-DOUTORANDO

Rafael Araujo Nascimento

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

COLABORADORA

Vanessa Theodoro Rezende

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA USP

COLABORADOR EXTERNO

Sérgio Schneider

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CIDADES

COORDENAÇÃO DE EIXO

JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

PEDRO ROBERTO JACOBI

INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA USP

EQUIPE

Eduardo Alberto Cusce Nobre

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Eduardo Cesar Leão Marques

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Jeferson Cristiano Tavares

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Leandro Luiz Giatti

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

Luciana de Oliveira Royer

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Luís Fernando Massonetto

FACULDADE DE DIREITO DA USP

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Mariana Aldrigui Carvalho

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Mauro Zilbovicius

ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Paulo Sinisgalli

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Pedro Luiz Côrtes

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

Renata Mirandola Bichir

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Silvia Helena Zanirato

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Tomás Antonio Moreira

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Ursula Dias Peres

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

PÓS-DOUTORANDA

Lira Luz Benites Lazaro

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

COMBATE ÀS DESIGUALDADES**COORDENAÇÃO DE EIXO**

ANA ELISA LIBERATORE SILVA BECHARA

FACULDADE DE DIREITO DA USP

VLADIMIR SAFATLE

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

EQUIPE

Ana Flávia D'Oliveira

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Dennis de Oliveira

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

Fabiana Cristina Severi

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Fernando Facury Scuff

FACULDADE DE DIREITO DA USP

Luciano Nakabashi

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Nelson da Silva Júnior

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

Tessa Moura Lacerda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

PÓS-DOUTORANDO

Fábio Luís Ferreira Nóbrega Franco

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

CULTURA E ARTES**COORDENAÇÃO DE EIXO**

LUCIA MACIEL BARBOSA DE OLIVEIRA

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

MARTIN GROSSMANN

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

EQUIPE

Ana Cecilia Arias Olmos

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Claudio Mubarac

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

David Sperling

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Esther Hamburger

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

Gabriela Pellegrino Soares

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Marcia Regina de Lima Silva

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Maurício Pietrocola Pinto de Oliveira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

Rosenilton Silva de Oliveira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

Silvana de Souza Nascimento

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Pós-Doutorando

Victor Hugo Neves de Oliveira

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

DEMOCRACIA**COORDENAÇÃO DE EIXO**

CIBELE SALIBA RIZEK

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

EQUIPE

André Singer

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Arthur Roberto Capella Giannattasio

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP

Aurea Maria Zöllner Ianni

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

Brasílio João Sallum Junior

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Leda Maria Paulani

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

Nilton Ken Ota

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

Paula Freire Santoro

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Ruy Sardinha Lopes

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

Vera da Silva Telles

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Virgílio Afonso da Silva

FACULDADE DE DIREITO DA USP

PÓS-DOUTORANDA**Ludmila Costhek Abílio**

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

ECONOMIA**COORDENAÇÃO DE EIXO****ARIASTER BAUMGRATZ CHIMELI**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

CLÁUDIO ANTONIO PINHEIRO MACHADO FILHO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

EQUIPE**Amaury José Rezende**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

André Luis Squarize Chagas

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

Eduardo Haddad

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

Eliezer Martins Diniz

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

José Roberto Kassai

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

Maisa Ribeiro

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Márcio Issao Nakane

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

Paula Pereda

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

Perla Calil Rebery

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Renata Narita

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA USP

PÓS-DOUTORANDA**Andrea Ferraz Young**

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

EDUCAÇÃO**COORDENAÇÃO DE EIXO****MARCOS NEIRA**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

TADEU FABRICIO MALHEIROS

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

EQUIPE**Adriana Marcondes Machado**

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

Cristina Leite

INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA USP

Osvaldo Luiz Ferraz

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE DA USP

Rosana Louro Ferreira Silva

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA USP

Sarita Mazzini Bruschi

INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO DA USP

Sérgio Cesar da Fonseca

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Sumaya Mattar

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP

Vanessa Martins do Monte

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Vinício de Macedo Santos

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

PÓS-DOUTORANDO**Gabriel de Moura Silva**

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

COLABORADORES**Ariane Baffa Lourenço**

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

Cássia Natanie Peguim

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

Leandro de Oliveira Rabelo

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

Vinicius Perez Dictoro

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

ENERGIA**COORDENAÇÃO DE EIXO****JOSÉ ROBERTO CARDOSO**

ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

SUANI TEIXEIRA COELHO

INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA USP

EQUIPE**Alberto Hernandez Neto**

ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Carlos Alberto Labate

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA USP

Cláudio Geraldo Schöñ

ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Eduardo Nobuhiro Asada

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

José Carlos de Melo Vieira Júnior

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

Mauricio Barbosa de Camargo Salles
ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Mauricio Parra Amézquita
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA USP

Renato Machado Monaro
ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Roberto Zilles
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA USP

Virginia Parente
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA USP

PÓS-DOUTORANDO

Rooney Ribeiro Albuquerque Coelho
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

COLABORADORA

Hirdan Katarina de Medeiros Costa
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA USP

INDÚSTRIA

COORDENAÇÃO DE EIXO

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA USP

VANDERLEY MOACYR JOHN
ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

EQUIPE

Agenor de Toledo Fleury
ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Eduardo de Senzi Zancul
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

Glauco Antonio Truzzi Arbix
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Guilherme Ary Plonski
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE DA USP

João Eduardo de Moraes Pinto Furtado
ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Liedi Legi Bariani Bernucci
ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

PÓS-DOUTORANDA

Carolina Botelho Marinho da Cunha Hecksher
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

MEIO AMBIENTE

COORDENAÇÃO DE EIXO

ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO
FACULDADE DE DIREITO DA USP

JEAN PAUL METZGER
INSTITUTO DE BIOCIENTÍCIAS DA USP

EQUIPE

Alexandre Toshiro Igari
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Alexandre Turra

INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA USP

Gabriela Di Giulio

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

Ilana Wainer

INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA USP

Luis Enrique Sánchez

ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

Paulo Artaxo

INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

Pedro Brancalion

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA USP

Sonia Regina Paulino

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Sueli Angelo Furlan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

Vania Pivello

INSTITUTO DE BIOCIENTÍCIAS DA USP

PÓS-DOUTORANDA

Camila Lorenz

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

SAÚDE

COORDENAÇÃO DE EIXO

BERENICE BILHARINHO DE MENDONÇA

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

EQUIPE

Altacílio Aparecido Nunes

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Ana Estela Haddad

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA USP

Anna Sara Shafferman Levin

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Flávia Mori Sarti

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Linamara Rizzo Battistella

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Mário César Scheffer

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Marta Rodrigues Maffeis

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Paulo Hilário Saldiva

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Paulo Rossi Menezes

FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Sebastião Sérgio da Silveira

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

PÓS-DOUTORANDO

Lucas Salvador Andrietta

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

**CONCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM PESQUISA**

COORDENAÇÃO DE TEMA

MARCOS SILVEIRA BUCKERIDGE

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA USP

CÉLIA REGINA DA SILVA GARCIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DA USP

PÓS-DOUTORANDOS

Sylvestre Aureliano Carvalho

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

Pedro Henrique Campello Torres
(até abril de 2023)

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

**USO DE BANCOS DE DADOS
E META-ANÁLISE EM PESQUISA**

COORDENAÇÃO DE TEMA

ADENILSO DA SILVA SIMÃO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO DA USP

PÓS-DOUTORANDO

Fábio José Muneratti Ortega

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
EM UNIVERSIDADES**

COORDENAÇÃO DE TEMA

ARLINDO PHILIPPI JUNIOR

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

EDMILSON DIAS DE FREITAS

INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E
CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS DA USP

JOÃO MAURÍCIO GAMA BOAVENTURA

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E

CONTABILIDADE DA USP

PÓS-DOUTORANDOS

Adriana Dias Pasco

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

Daniel Bruno Vasconcelos

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

COLABORADORES

Kátia Christol dos Santos

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA CHEFIA DE Gabinete DO REITOR DA USP

Ronaldo de Oliveira Santos Jhunior

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E

CONTABILIDADE DA USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Sergio Miceli Pessôa de Barros
Presidente COMISSÃO EDITORIAL
Vice-presidente Rubens Ricupero
Clodoaldo Grotta Ragazzo
José Tavares Correia de Lira
Laura Janina Hosiasson
Merari de Fátima Ramires Ferrari
Miguel Soares Palmeira
Rubens Luis Ribeiro Machado Júnior
Suplentes Chao Yun Irene Yan
Flávio Ulhoa Coelho
Pablo Ortellado
Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Copyright © 2024 by Marcos Silveira Buckeridge e Arlindo Philippi Junior

Esta edição está disponível no portal de livros abertos da Edusp (www.livrosabertos.edusp.usp.br). É uma versão eletrônica da obra impressa. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citadas a fonte e a autoria. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agendas para Políticas Públicas Brasileiras: Uma Contribuição da USP para a Sociedade / organização Marcos Silveira Buckeridge, Arlindo Philippi Junior. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2024.

ISBN 978-65-5785-190-6

1. Administração pública – Brasil 2. Políticas públicas – Brasil
3. Universidades públicas – Brasil I. Buckeridge, Marcos Silveira. II. Philippi Junior, Arlindo.

24-203947

CDD-361.610981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Políticas sociais: Bem-estar social 361.610981

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2024

Foi feito o depósito legal

Durante 22 meses, mais de 160 pesquisadores da Universidade de São Paulo (usp) trabalharam para apontar caminhos para o desenvolvimento sustentável no Brasil. O resultado desta empreitada é este livro, cuja intenção é apresentar um conjunto de agendas capaz de iluminar o caminho para a implementação de políticas públicas embasadas na ciência. Nesse sentido, a usp reafirma o compromisso de cumprir sua função social, ao promover, em médio e longo prazos, o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade brasileira e, quiçá, servir de exemplo para outras sociedades. ■ Este trabalho forjou uma rede colaborativa e interdisciplinar composta por pesquisadores dos onze eixos temáticos propostos: Agricultura e Pecuária; Cidades; Combate às Desigualdades; Cultura e Artes; Democracia; Economia; Educação; Energia; Indústria; Meio Ambiente; e Saúde. Foram criadas agendas com itens de políticas públicas voltadas para os três níveis federativos – municipal, estadual e federal – e norteadas pelos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ods) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (onu), tendo em vista, ainda, os três pilares da atual gestão desta universidade: sustentabilidade, inclusão e inovação. ■



PARCERIA



Instituto de
Estudos
Avançados da
Universidade de
São Paulo

APOIO



ISBN 978-65-5785-190-6

